



RELATÓRIO FINAL DO INQUÉRITO AO ORÇAMENTO FAMILIAR - IOF-2014/15

DEZEMBRO 2015



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA





INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

RELATÓRIO FINAL DO INQUÉRITO AO ORÇAMENTO FAMILIAR



Dezembro de 2015

PRESIDÊNCIA

Maria Isaltina de Sales Lucas
Presidente

Manuel da Costa Gaspar
Vice-Presidente

Valeriano da Conceição Levene
Vice-Presidente

FICHA TÉCNICA

Título:

Relatório Final do Inquérito ao Orçamento
Familiar- IOF 2014/15

Editor:

Instituto Nacional de Estatística
Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e
Sociais 5º Andar
Av. 24 de Julho, nº 1989, Caixa Postal 493 Maputo
– Moçambique
Telefones: + 2582130 55 27 / 8
E-Mail: info@ine.gov.mz
Homepage: www.ine.gov.mz

Direcção:

Cassiano Soda Chipembe, Firmino Guiliche

Produção:

Fátima Zacarias, Xadrique Maunze, Basílio
Cubula, Celso Zunguze, Ernesto Samo, João
Mangue, Maria Alfeu e Ruben Come.

Coordenação do Trabalho de Campo:

Arão Balate, Cristóvão Muahio e Gilberto
Nhampure

Amostragem:

Basílio Cubula e David Megill

Crítica e Processamento de Dados:

Ramiro Mouzinho; António Nhamuave

Design e Grafismo:

António Guimarães

Assistência Técnica:

Scanstat e Banco Mundial

Financiamento:

Governo de Moçambique, Fundo Comum de Apoio
ao SEN, Governo do Reino Unido (DFID)

Difusão:

Instituto Nacional de Estatística
Departamento de Difusão, Documentação e
Marketing da Direcção de Coordenação,
Integração e Relações Externas do INE (DICRE)

Tiragem:

1000 Exemplares

INDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	4
2.1 DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA AMOSTRA	4
2.2 ASPECTOS ORGANIZATIVOS DO IOF2014/15	6
2.3 RECOLHA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO IOF2014/15.....	6
2.4 ERROS DE AMOSTRAGEM	7
3. COMPOSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS AGREGADOS FAMILIARES	9
3.1 INTRODUÇÃO.....	9
3.2 TAMANHO E COMPOSIÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES.....	9
3.3 COMPOSIÇÃO ETÁRIA DOS MEMBROS DOS AGREGADOS FAMILIARES....	12
3.4 TAXAS DE CHEFATURA POR SEXO E IDADE DO CHEFE	14
3.5 RELAÇÕES DE PARENTESCO DOS MEMBROS DOS AGREGADOS FAMILIARES.....	17
3.6 ACTIVIDADES ECONÓMICAS DOS CHEFES DE AGREGADOS FAMILIARES	21
4. NÍVEL E ESTRUTURA DAS DESPESAS	24
4.1 INTRODUÇÃO.....	24
4.2 DESPESA POR AGREGADO FAMILIAR E PER CAPITA SEGUNDO ÁREA DE RESIDENCIA E PROVINCIA	24
4.3 DESPESA MENSAL PER CAPITA POR AGREGADO FAMILIAR SEGUNDO GRUPOS DE DESPESAS	26
4.4 NÍVEL E ESTRUTURA DE DESPESAS POR SEXO DO CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR	30
4.5 NÍVEL E ESTRUTURA DE DESPESAS POR QUINTIS DE POPULAÇÃO	31
4.6 COMPARAÇÃO DO NÍVEL E ESTRUTURA DE DESPESAS DE 2014/15 COM A DE 2008/09	34
4.7 POSSE DE BENS DURÁVEIS	38
5. CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM AS DESPESAS.....	41
5.1 INTRODUÇÃO.....	41
5.2 MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PREDOMINANTE NA HABITAÇÃO	41
5.3 PRINCIPAL FONTE DE ÁGUA PARA BEBER	48
5.4 FONTE DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO	53
5.5 SANEAMENTO	56
5.6 DISTÂNCIA PARA CHEGAR AOS SERVIÇOS BÁSICOS	59
6. EDUCAÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL.....	62
6.1 INTRODUÇÃO.....	62
6.2 TAXA DE ANALFABETISMO.....	62
6.3 NÍVEL DE ENSINO FREQUENTADO	63
6.4 RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E NÍVEL DE DESPESAS	65
6.5 PROBLEMAS DOS ALUNOS NA ESCOLA.....	68
6.6 FREQUÊNCIA ESCOLAR DA POPULAÇÃO DE 5 A 24 ANOS DE IDADE	70

7. SAÚDE.....	72
7.1 INTRODUÇÃO	72
7.2 ACESSO, NECESSIDADE, UTILIZAÇÃO E SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE	72
7.3. TIPO DE AGENTE CONSULTADO	75
7.4. PROBLEMAS TIDOS NAS CONSULTAS.....	77

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou em todo o território nacional, de 07 de Agosto de 2014 a 15 de Agosto de 2015 o Inquérito ao Orçamento Familiar 2014/15 (IOF 2014/15).

O IOF 2014/15 é uma pesquisa contínua e integrada aos Agregados Familiares, por amostragem e recolheu entre outros, dados sobre despesas e receitas dos agregados familiares residentes no País, força de trabalho, efeitos das calamidades naturais, indicadores de confiança e turismo.

Os resultados do IOF 2014/15 servirão de suporte para a formulação de políticas e programas sectoriais do Governo, sector privado, e da sociedade civil moçambicana no geral; e fornecem informação indispensável para o acompanhamento da evolução das condições de vida da população que reside no território nacional.

Este inquérito, segue-se ao IOF 2008/09 que cobriu 10.844 agregados familiares em todo o País e tem salvaguardado, no essencial, os aspectos metodológicos que garantem a comparabilidade dos resultados entre os dois inquéritos. No entanto, teve a particularidade de se realizar em Painel, o que permitiu que cada agregado familiar fosse visitado uma vez em cada trimestre do inquérito.

O presente relatório, para além dos aspectos metodológicos, apresenta indicadores sobre composição e estrutura de agregados familiares, nível e estrutura de despesas, condições da habitação e sua relação com as despesas, educação e bem-estar social e saúde.

Finalmente, importa mencionar que o IOF 2014/15 foi realizado com financiamento do Governo de Moçambique e dos Parceiros de Cooperação Internacional que apoiam o INE.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1 DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA AMOSTRA

A amostra do IOF2012/2015 é uma sub-amostra da Amostra Mãe, baseada no III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007 (III RGPH2007), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística. Esta Amostra Mãe foi desenhada para servir o programa de inquéritos nacionais de agregados familiares durante o período inter-censitário.

O IOF 2014/15 foi desenhado para seguir um sistema de painel não rotativo para ambos estratos, quer dizer, cada agregado familiar amostral seria inquirido 4 vezes durante o ciclo completo (um ciclo =12 meses) e durante as 4 semanas de um mês (ou seja, seguindo a regra 4x4).

A amostra é aleatória e estratificada e compreende três etapas de selecção:

- Na 1ª Etapa foram seleccionadas 1.236 Unidades Primárias de Amostragem (UPAs) com Probabilidade Proporcional ao Tamanho (PPS) de agregados familiares por estrato em cada província;
- Na 2ª Etapa em cada UPA foi seleccionada uma única área de enumeração com PPS por estrato em cada província;
- Na 3ª Etapa foram seleccionados 15 AF no estrato urbano e 12 AF no rural. Nestes 15 ou 12 AF foram seleccionados 4 AFs de reservas.

Deste modo, foram seleccionados para IOF 2014/15, 11.628 Agregados Familiares, distribuídos proporcionalmente pelas províncias do País (Quadro 2.1). Destes, 6.380 na área urbana e 5.248 na rural. Excluem-se do IOF 2014/15, todos os Agregados Familiares e membros que residem em estabelecimentos colectivos, tais como Quartéis, Lares, Hospitais, Cadeias, Hotéis, etc.

Como referido anteriormente a recolha de dados previa-se que decorresse em 12 meses com início a 07 de Agosto de 2014 e término a 15 de Agosto de 2015, conforme o quadro abaixo.

Trimestres do IOF	Recolha de dados		Número de dias
	Início	Término	
1º Trimestre	07-08-2014	07-11-2014	92
2º Trimestre	17-11-2014	17-02-2015	91
3º Trimestre	17-02-2015	17-05-2015	91
4º Trimestre	17-05-2015	15-08-2015	91

Por razões financeiras o terceiro trimestre do inquérito não foi coberto. Esta interrupção não afecta a fiabilidade dos resultados, que são essencialmente de natureza estrutural, primeiro porque o tamanho da amostra era suficientemente elevado e segundo pela metodologia de Painel que possibilitou que todos AF fossem visitados três vezes.

O Quadro 2.1 mostra que dos 11.628 agregados familiares previamente seleccionados, registou-se uma cobertura real de 98,7%, 89,1% e 91,3%, no Iº, IIº e IVº trimestres, respectivamente. O nível de realização do grau de cobertura no IIº Trimestre foi influenciado pelas cheias registadas, com particular destaque na Província da Zambézia, o que obstruiu vias de acesso e provocou deslocação das famílias.

QUADRO 2.1 AGREGADOS FAMILIARES SELECCIONADOS E INQUIRIDOS SEGUNDO PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

PROVÍNCIA	COBERTURA DE ÁREAS DE ENUMERAÇÃO						
	Amostra	Real. I TRIM	%	Real. II TRIM	%	Real. IV TRIM	%
Niassa	900	863	95,9	775	86,1	822	91,3
Cabo Delgado	964	957	99,3	855	88,7	841	87,2
Nampula	1 492	1 460	97,9	1 367	91,6	1 354	90,8
Zambezia	1 564	1 549	99,0	1 035	66,2	1 296	82,9
Tete	984	982	99,8	890	90,5	933	94,8
Manica	888	888	100,0	850	95,7	834	93,9
Sofala	1 012	986	97,4	979	96,7	985	97,3
Inhambane	856	856	100,0	818	95,6	798	93,2
Gaza	824	822	99,8	796	96,6	788	95,6
Maputo Provincia	1 044	1 043	99,9	1 007	96,5	989	94,7
Maputo Cidade	1 100	1 074	97,6	988	89,8	972	88,4
Moçambique	11 628	11 480	98,7	10,360	89,1	1 612	91,3

2.2 ASPECTOS ORGANIZATIVOS DO IOF2014/15

Para a recolha de dados do IOF foram constituídas 46 equipas de campo das quais 20 equipas Urbanas e 26 Rurais em todo o país. A Província da Zambézia foi a que contou com maior número de equipas, com 7, seguida da Província de Nampula com 6. Nas restantes províncias foram alocadas 3 e 4 equipas. Cada uma das 46 equipes era constituída por:

Equipe Urbana: 1 Controlador; 3 ou 4 Inquiridores; 2 Reservistas e 1 Motorista.

Equipe Rural: 1 Controlador; 3, 4 ou 5 Inquiridores; 3 Reservistas e 1 Motorista.

Em média, cada inquiridor visitou e entrevistou 11 AFs nas áreas urbanas e 8 nas rurais durante os 7 dias contínuos no AF.

O trabalho de campo foi dividido em 36 períodos de 10 dias (incluindo dias de descanso e deslocações)

Um total de 280 candidatos foram recrutados dentre controladores, inquiridores, reservistas e motoristas. A formação dos Supervisores, Controladores e Inquiridores foi conduzida ao mesmo tempo e num mesmo local por técnicos centrais do INE. Esta formação compreendeu palestras, sessões teóricas sobre os diferentes tópicos inclusive a condução de entrevistas, simuladas na sala de aulas e sessões de prática no terreno. Participaram na formação, candidatos a inquiridores em número superior ao necessário para permitir a selecção dos melhores e assegurar, desta maneira, uma maior qualidade técnica do pessoal de campo.

2.3. RECOLHA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO IOF2014/15

Para a recolha de dados nesta pesquisa foram usados 5 Tipos de Questionários:

1. Questionário das Características Gerais do Agregado Familiar;
2. Questionário das Despesas Diárias do Agregado;
3. Questionário das Despesas e Receitas (anuais e mensais);
4. Questionário Comunitário (preenchido pelo Controlador). Este último foi usado somente nas áreas rurais; e
5. Questionário para pessoas de 5 anos e mais. Adicionalmente, foi incluído um módulo sobre actividade turística em Moçambique.

Em termos práticos, foram utilizadas duas modalidades de recolha de dados:

- *Electrónica (Tablets)* para os 5 tipos de Questionários,
- Em papel para os Questionários de Despesas Diárias e Despesas e Receitas Mensais e Anuais para se garantir maior fiabilidade dada a sua complexidade de recolha.

A recolha de dados num agregado foi feita através de 3 visitas às unidades de alojamento durante 7 dias contínuos, respeitando a seguinte distribuição:

- No dia da primeira visita, o inquiridor preenchia o Questionário das Características Gerais do agregado familiar e uma parte do Questionário das Despesas Diárias (despesas, auto consumo e receitas em espécie correspondentes ao dia anterior). Nesta fase, o inquiridor preenchia também o módulo sobre turismo.
- Na segunda visita, (três dias depois da primeira) o Inquiridor recolhia as despesas mensais e anuais e preenchia o Questionário das Despesas Diárias do Agregado dos últimos 3 dias.
- Na terceira visita (três dias depois da segunda) o Inquiridor recolhia as receitas e transferências e preenchia o Questionário das Despesas Diárias do Agregado nos últimos 3 dias.

Regularmente eram solicitados aos inquiridores para que, depois de recolher os dados no campo usando o Questionário em papel ou via *Tablet*, fossem enviados para o respectivo Controlador e, este por sua vez, compilava todos os dados e enviava via internet ao INE Central para o sector de Informática e Crítica-Codificação e Digitação. A Equipe de Crítica e Codificação fazia uma análise da qualidade e atribuía códigos às perguntas abertas - Questionário em papel - somente os Questionários aprovados é que passavam para a digitação.

2.4 ERROS DE AMOSTRAGEM

Como em todos os inquéritos por amostragem, os seus resultados são afectados por dois tipos de erros: erros amostrais e erros não amostrais. Os primeiros resultam do facto de o inquérito não abranger todo o universo, mas sim apenas uma parte da população. O segundo tipo de erros ocorre no processo de recolha, processamento e validação dos dados. Este tipo de erros é minimizado com uma boa capacitação do pessoal envolvido no processo e com uma adequada supervisão.

O Quadro 2.2 mostra os erros padrão e os limites de confiança (95%) para a estimativa de Despesa Média Mensal por agregado familiar ao nível nacional e provincial. Assim, a média mensal por agregado familiar é de aproximadamente 6.925,00 Meticais. O coeficiente de variação (CV) é de 7,0%. Por outras palavras, se o inquérito fosse repetido muitas vezes a despesa média mensal situar-se-ia entre 5.573,00 Meticais e 8.278,00 Meticais.

A nível provincial, a qualidade dos resultados varia de província para província, sendo que, Maputo Cidade e a Província de Gaza apresentam coeficientes mais elevados com 16,7% e 15,5%, respectivamente.

QUADRO 2.2 ERRO PADRÃO E LIMITES DE CONFIANÇA. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Despesa per capita por mês / província	Estimativa da despesa	Erro Padrão	95% Intervalo de confiança		Coeficiente de Variação	Efeito de Desenho	Raiz quadrada do Efeito de Desenho	Casos Ponderados	Casos não Ponderados
			Inferior	Superior					
Niassa	5 602,70	116,47	5 369,76	5 835,63	0,088	2 301	2,30	311 468	864
C. Delgado	6 244,37	125,60	5 993,16	6 495,58	0,073	1 804	1,80	387 106	964
Nampula	4 123,42	186,22	3 750,98	4 495,86	0,150	1 872	1,87	1 016 455	1 470
Zambézia	3 748,92	79,86	3 589,20	3 908,65	0,075	2 463	2,46	1 008 082	1 551
Tete	6 429,19	204,49	6 020,21	6 838,17	0,107	2 086	2,09	494 825	979
Manica	7 565,12	140,36	7 284,41	7 845,84	0,071	1 911	1,91	328 131	888
Sofala	6 784,84	263,04	6 258,76	7 310,93	0,118	2 100	2,10	339 013	986
Inhambane	6 153,79	133,69	5 886,40	6 421,17	0,066	2 584	2,58	316 044	856
Gaza	6 120,90	302,42	5 516,06	6 725,74	0,155	1 765	1,77	271 125	822
Maputo Prov.	14 865,42	345,85	14 173,72	15 557,12	0,089	2 457	2,46	348 948	1 043
Maputo Cid.	25 911,68	1 328,07	23 255,54	28 567,82	0,167	2 724	2,72	237 567	1 083
Nacional	25 911,68	487,26	5 572,52	8 278,25	0,070	2 238	2,24	5 058 765	11 506

3. COMPOSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS AGREGADOS FAMILIARES

3.1 INTRODUÇÃO

O agregado familiar constitui o núcleo base da sociedade, por isso, tem sido o foco principal da maioria das análises sociais, económicas e demográficas, sobretudo no que diz respeito às necessidades de habitação, alimentação, abastecimento de água, saúde, educação, emprego, e no computo geral da situação do bem estar. Essas análises têm proporcionado indicadores que permitem monitorar e avaliar o impacto dos planos e programas de desenvolvimento social e económico.

O estudo das características dos agregados familiares, também reveste-se de grande importância no conhecimento da composição, estrutura e relações familiares que são estabelecidas dentro delas. Deste modo, o presente capítulo apresenta o tamanho de agregado familiar, composição, taxas de chefatura por sexo e idade, relações de parentesco, actividades económicas dos chefes de agregados familiares, entre outros aspectos, com a finalidade de compreender as suas diferenças sócio-económicas.

3.2 TAMANHO E COMPOSIÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES

Com base nos dados do IOF 2014/15 a estimativa de total de agregados familiares é de 5 058 763 (Quadro 3.1) destes, 69,4% encontram-se na área rural e os restantes na urbana. As províncias mais populosas do País, Nampula e Zambézia, têm o número mais elevado de agregados familiares com 20,1% e 19,9%, respectivamente, enquanto que Maputo Cidade (4,7%) e Gaza (5,4%) são as que apresentam menor número.

QUADRO 3.1 - DISTRIBUIÇÃO DE AGREGADOS FAMILIARES, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Província e área de residência	Agregados familiares Ponderados	Percentagens ponderadas
Total	5 058 763	100,0
Urbana	1 548 870	30,6
Rural	3 509 893	69,4
Niassa	311 468	6,2
Cabo Delgado	387 106	7,7
Nampula	1 016 455	20,1
Zambézia	1 008 082	19,9
Tete	494 825	9,8
Manica	328 131	6,5
Sofala	339 013	6,7
Inhambane	316 044	6,2
Gaza	271 125	5,4
Maputo Província	348 948	6,9
Maputo Cidade	237 567	4,7

O Quadro 3.2 apresenta a distribuição percentual de agregados familiares por número e média de membros por agregado familiar. No geral, a maior parte dos agregados familiares é constituída por 3-4 e 5-6 membros. Por seu turno, a média total de pessoas por agregado familiar é de 5,0 pessoas.

QUADRO 3.2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE AGREGADOS FAMILIARES POR NÚMERO DE MEMBROS E NÚMERO MÉDIO DE MEMBROS, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Características seleccionadas	Número de membros nos agregados familiares						Número de agregados	Número médio de membros
	1	2	3-4	5-6	7+	Total		
Total	6,3	10,0	29,7	29,6	24,3	100,0	5 058 763	5,0
Área de residência								
Urbana	6,1	8,9	28,4	30,9	25,7	100,0	1 548 870	5,1
Rural	6,4	10,5	30,3	29,1	23,6	100,0	3 509 833	4,9
Provincia								
Niassa	4,4	6,7	31,0	32,5	25,5	100,0	311 468	5,1
Cabo Delgado	6,1	10,3	33,1	26,8	23,7	100,0	387 106	4,9
Nampula	4,7	11,1	31,2	33,0	19,9	100,0	1 016 455	4,8
Zambézia	6,5	11,9	32,1	28,0	21,5	100,0	1 007 525	4,7
Tete	4,6	9,1	29,9	34,9	21,4	100,0	494 825	4,9
Manica	5,1	7,9	23,2	26,6	37,2	100,0	328 131	5,8
Sofala	4,2	8,2	22,5	28,6	36,5	100,0	339 013	5,9
Inhambane	12,6	11,2	28,1	25,0	23,1	100,0	316 044	4,7
Gaza	10,4	8,4	30,2	23,3	27,7	100,0	271 125	5,2
Maputo Provincia	9,1	10,4	27,6	30,0	22,9	100,0	348 948	4,8
Maputo Cidade	6,2	8,8	29,7	31,0	24,2	100,0	237 567	5,1
Sexo do chefe								
Homem	3,5	8,7	28,1	31,9	27,8	100,0	3 616 536	5,3
Mulher	13,3	13,5	33,7	24,1	15,4	100,0	1 441 671	4,2
Estado civil do chefe								
Solteiro(a)	32,8	17,0	27,6	14,6	8,0	100,0	262 050	3,0
Casado(a)	0,7	8,1	28,1	32,0	31,0	100,0	745 979	5,5
União marital	0,6	8,1	29,9	33,4	27,9	100,0	2 990 280	5,4
Viuvo(a)/Divorciado(a)/Separado(a)	18,7	16,6	32,1	21,8	10,7	100,0	420 913	3,7
Sem informação	20,3	14,0	30,2	20,6	14,8	100,0	638 621	3,9
Nível de escolaridade do chefe								
Nenhum	10,3	12,8	29,9	26,2	20,8	100,0	1 484 494	4,6
Primário do 1º grau	4,4	9,2	29,0	30,5	26,9	100,0	1 963 004	5,2
Primário do 2º grau	3,7	7,4	29,1	33,0	26,9	100,0	709 344	5,3
Secundário e +	6,0	9,6	31,4	30,9	22,1	100,0	880 757	4,9

Os agregados familiares chefiados por mulheres são predominantemente compostos por 3-4 pessoas (33,7%) enquanto que os chefiados pelos homens são constituídos por 5-6 pessoas (31,9%). No tocante ao número

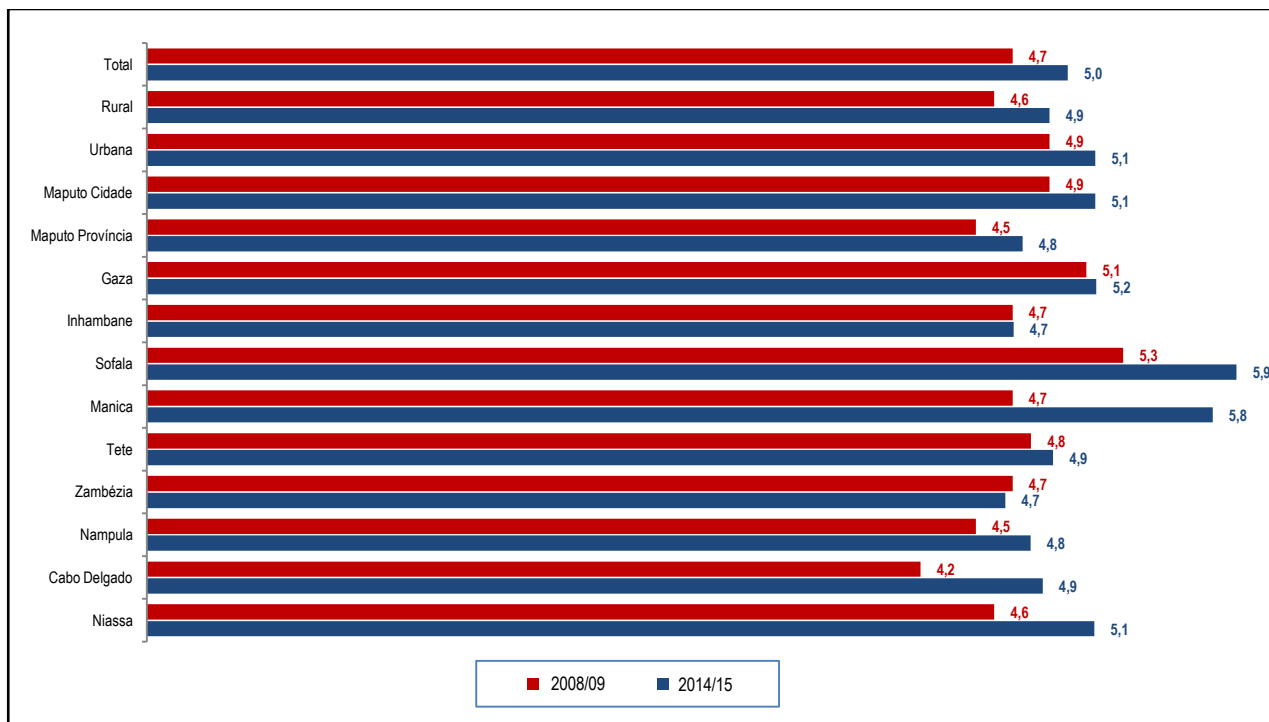
médio de pessoas por agregado familiar é elevado entre os agregados chefiados pelos homens (5,3), do que nos chefiados pelas mulheres (4,2 pessoas).

A distribuição de agregados familiares segundo o número de membros por área de residência, apresenta pequenas diferenças, contudo, a área urbana supera a rural no que diz respeito a percentagem de agregados compostos por 7 ou mais membros. A nível das províncias, também se registam diferenças quanto à composição dos agregados familiares. Nas províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Inhambane e Gaza predominam agregados familiares de 3-4 membros; enquanto, nas províncias de Niassa, Nampula, Tete, Maputo Província e Maputo Cidade a maioria tem 5-6 membros. A predominância de agregados familiares com 7 ou mais membros regista-se nas províncias de Manica e Sofala.

O número de membros por agregado familiar também difere em função do estado civil do chefe. Os agregados familiares chefiados por solteiros são maioritariamente compostos por 1 pessoa (32,8%). Em relação ao nível de educação não se observa diferenças de grande monta.

O Gráfico 3.1 apresenta a comparação do tamanho médio de membros por agregado familiar entre 2008/09 e 2014/15. A nível nacional, entre 2008/09 e 2014/15, o tamanho médio de agregado familiar aumentou de 4.7 para 5.0 membros. Este aumento foi mais pronunciado na área rural. A nível de províncias, o gráfico mostra que o número médio de membros por agregado aumentou em quase todas as províncias, com a excepção das províncias de Zambézia e Inhambane.

GRÁFICO 3.1 - NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR AGREGADO FAMILIAR, SEGUNDO PROVÍNCIAS..MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



3.3 COMPOSIÇÃO ETÁRIA DOS MEMBROS DOS AGREGADOS FAMILIARES

Um factor importante que tem influenciado a distribuição dos recursos sócio-económicos dentro dos agregados familiares, é a distribuição dos seus membros em idade activa e não activa. Assim, quanto maior for a percentagem de membros não activos, maior é a taxa de dependência.

O Quadro 3.3 apresenta o número médio de membros por idade e as taxas de dependência, segundo características seleccionadas. Em média, existem 2,4 pessoas menores de 15 anos por agregado familiar, 2,4 pessoas com idade compreendida entre 15-64 anos e apenas 0,2 pessoas com 65 anos e mais.

Esta distribuição da população por idade, mostra que o somatório dos indivíduos em idade não activa (menores de 15 e de 65 e mais anos), supera os indivíduos de idade activa, o que resulta numa elevada taxa de dependência de 107,9%. Isto é, em cada 100 pessoas em idade activa existem cerca de 108 pessoas em idade não activa. Ao mesmo tempo o quadro em observação mostra que existe uma elevada taxa de dependência da população jovem (101,0%).

Os dados também mostram que o número de menores de 15 anos é elevado nas áreas rurais que nas urbanas, por isso, a taxa de dependência geral e de jovens também é mais elevada na área rural.

Por províncias, nota-se que Maputo Cidade e Maputo Província, são as que apresentam menor número de menores de 15 anos comparativamente aos de maior idade, por isso, as respectivas taxas de dependência geral e de jovens, são menores que as das restantes províncias.

No tocante ao sexo do chefe, observa-se que os agregados dirigidos por mulheres apresentam um número médio de menores de 15 anos igual a 2,0, cifra menor que a dos homens (2,6). Entretanto, pelo facto de nos agregados familiares chefiados por mulheres haver um número médio de pessoas de 65 e mais anos maior que nos de homens, a taxa de dependência é maior nos agregados familiares chefiados por mulheres.

QUADRO 3.3 - NÚMERO MÉDIO DE MEMBROS POR AGREGADO FAMILIAR E GRUPOS DE IDADE, TAXA DE DEPENDÊNCIA, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Características seleccionadas	Número de membros por idade			Taxa de dependência		
	0-14	15 - 64	65 e +	Total	Jovens	Velhos
Total	2,4	2,4	0,2	107,9	101,3	6,6
Área de Residência						
Urbana	2,2	2,8	0,1	84,4	79,3	5,1
Rural	2,5	2,2	0,2	120,8	113,4	7,4
Província						
Niassa	2,8	2,2	0,1	132,5	126,9	5,6
Cabo Delgado	2,3	2,3	0,2	107,3	99,8	7,5
Nampula	2,5	2,2	0,1	116,0	110,5	5,5
Zambézia	2,3	2,2	0,1	111,1	105,8	5,3
Tete	2,6	2,2	0,2	123,6	116,6	7,1
Manica	2,9	2,7	0,2	111,3	104,5	6,8
Sofala	2,9	2,9	0,2	105,8	99,4	6,4
Inhambane	2,1	2,3	0,3	105,0	93,6	11,3
Gaza	2,5	2,4	0,2	115,1	105,7	9,4
Maputo Província	1,9	2,6	0,2	80,2	73,2	6,9
Maputo Cidade	1,8	3,2	0,2	59,9	54,5	5,3
Tamanho de agregado familiar						
1-2	0,1	1,2	0,3	37,8	11,8	26,0
3-4	1,4	2,0	0,1	78,8	71,5	7,3
5-6	2,9	2,5	0,1	122,1	118,0	4,0
7 +	4,6	3,7	0,1	130,6	126,5	4,1
Sexo do chefe						
Masculino	2,6	2,6	0,1	105,8	100,4	5,4
Feminino	2,0	1,9	0,2	115,0	104,3	10,6
Nível de escolaridade do Chefe						
Nenhum	2,3	2,0	0,3	124,8	111,4	13,4
Primário do 1º grau	2,6	2,4	0,1	112,6	106,5	6,1
Primário do 2º grau	2,6	2,6	0,1	101,0	98,4	2,6
Secundário e mais	2,2	2,7	0,1	82,5	80,5	2,0
Desconhecido	2,5	3,0	0,2	86,6	81,3	5,2

3.4 TAXAS DE CHEFATURA POR SEXO E IDADE DO CHEFE

O Quadro 3.4 apresenta as taxas de chefatura por sexo e idade do chefe. Os resultados mostram que em 2014/15, a taxa de chefatura foi 34,0% contra 36,3% de 2008/9, o que representa uma diminuição de 2,0 pontos percentuais. Esta diminuição observou-se em todos os grupos de idade e em ambas as áreas de residência.

QUADRO 3.4 - TAXAS DE CHEFATURA POR SEXO E ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO IDADE DO CHEFE. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

Grupos de idade	Total			Urbano			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2014/05									
Total	33,7	51,1	18,2	29,8	43,8	17,1	35,8	55,0	18,7
Menos de 20	1,3	1,7	1,0	0,8	0,9	0,8	1,6	2,1	1,1
20 - 24	19,8	34,2	8,3	12,6	19,5	6,8	24,6	45,1	9,4
25 - 29	34,8	64,0	11,5	28,0	47,7	11,1	38,6	73,6	11,8
30 - 34	48,2	81,2	21,8	43,1	69,9	20,1	51,0	87,9	22,7
35 - 39	53,3	88,1	23,7	52,3	80,2	25,9	53,7	92,2	22,8
40 - 44	58,8	90,6	30,1	55,6	87,3	29,5	60,3	92,1	30,4
45 - 49	61,1	91,5	33,3	64,2	91,3	38,7	59,6	91,6	30,8
50 - 54	64,4	93,3	38,9	66,4	92,6	41,6	63,5	93,7	37,8
55 - 59	65,2	92,9	40,2	69,3	93,3	46,2	63,3	92,6	37,5
60 - 64	72,0	91,1	53,8	71,7	91,5	52,9	72,1	91,0	54,3
65 e +	71,1	92,2	53,5	70,6	92,1	53,5	71,2	92,2	53,5
2008/09									
Total	36,3	54,9	20,0	32,0	46,6	19,0	38,3	59,1	20,5
Menos de 20	2,1	2,6	1,5	1,3	1,7	0,9	2,5	3,1	1,9
20 - 24	22,2	37,7	11,2	15,6	24,1	8,5	26,5	48,1	12,8
25 - 29	40,3	69,5	18,2	36,9	57,3	19,2	42,1	76,9	17,7
30 - 34	51,1	86,0	22,8	47,7	75,9	25,6	52,6	90,4	21,5
35 - 39	54,1	88,6	24,7	53,9	86,0	27,7	54,1	89,7	23,4
40 - 44	58,4	91,4	31,1	59,8	89,2	32,5	57,7	92,5	30,5
45 - 49	62,0	90,5	33,7	66,1	90,2	40,7	60,1	90,6	30,6
50 - 54	67,2	94,0	43,6	72,9	92,0	52,8	65	94,8	40,4
55 - 59	68,6	94,1	45,6	68,2	90,5	48,0	68,8	95,3	44,8
60 - 64	66,9	90,5	44,8	68,7	94,9	45,4	66,2	89,1	44,6
65 e +	70,4	91,9	52,0	66,8	89,0	50,2	71,5	92,7	52,6

As taxas de chefatura por sexo e idade são maiores em todas as idades nos homens do que nas mulheres. A chefia de agregados familiares, quer para homens como para mulheres, aumenta com a idade. Nos homens, a partir dos 25-29 anos em diante, as taxas ultrapassam os 50,0%.

Como foi referenciado anteriormente, entre as mulheres, as taxas de chefatura são comparativamente menores, mas nas idades mais avançadas a percentagem de mulheres que são chefes de agregados familiares aumenta consideravelmente. Assim, a partir dos 50 anos em diante a percentagem de mulheres que são chefes tende a aumentar atingido mais de 50,0%.

Outro ponto importante a ser referenciado é o das taxas de chefatura serem relativamente elevadas nas áreas rurais que nas urbanas. Esta tendência ocorre em quase todos os grupos de idade e em ambos os sexos.

A distribuição das taxas de chefatura por províncias é apresentada no Quadro 3.5. Os dados indicam uma variação, destacando-se as províncias da Zambézia, com 37,0%, Nampula, com 36,9%, como as que tem maiores taxas e Maputo com menor Cidade (26,4).

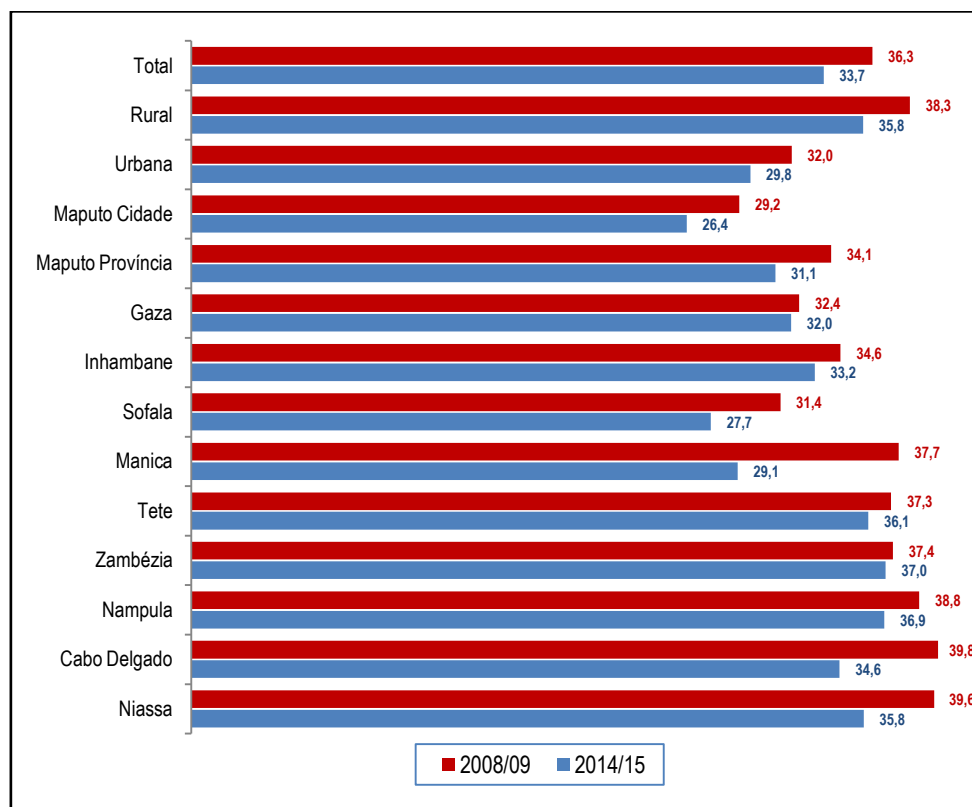
O Quadro 3.5 mostra também que a percentagem de mulheres que são chefes é relativamente elevada nas províncias de Inhambane (27,5%), Gaza (27,1%), e Maputo Província (20,9%).

QUADRO 3.5 - TAXAS DE CHEFATURA DE AGREGADOS FAMILIARES POR SEXO, SEGUNDO PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Província	Total	Homens	Mulheres
Total	33,7	51,1	18,2
Niassa	35,8	56,5	16,5
Cabo Delgado	34,6	52,5	17,4
Nampula	36,9	58,5	15,6
Zambézia	37,0	57,7	17,6
Tete	36,1	56,5	17,6
Manica	29,1	44,2	16,4
Sofala	27,7	44,6	12,9
Inhambane	33,2	40,9	27,5
Gaza	32,0	39,2	27,1
Maputo Província	31,1	43,2	20,9
Maputo Cidade	26,4	37,4	16,9

A comparação das taxas de chefes de agregados familiares entre 2008/9 e 2014/15 no Gráfico 3.2, mostra que, no geral, as taxas diminuíram, passando de 36,3% para 33,7%. As províncias de Manica e Cabo Delgado, são as que tiveram uma diminuição mais pronunciada.

GRÁFICO 3.2 - TAXAS DE CHEFATURA DE AGREGADOS FAMILIARES, SEGUNDO PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



A percentagem de indivíduos que são chefes de agregados familiares segundo o estado civil por sexo e área de residência são apresentadas no Quadro 3.6. Os dados indicam que em 2014/15, a percentagem de homens casados ou vivendo em união marital e que são chefes é muito elevada (87,0%), esta tendência é semelhante a que se registou em 2008/9 em ambas as áreas de residência.

Tanto em 2014/15, como em 2008/9, a percentagem de solteiros que são chefes é muito baixa, 3,8% e 3,4%, respectivamente. A percentagem de mulheres que são chefes de agregados familiares na categoria de *separado/divorciado* registou uma ligeira descida, tendo passado de 64,1% para 60,0%, entretanto, na categoria de *viúvo (a)*, a percentagem de indivíduos que são chefes de agregados familiares de ambos os sexos aumentou.

QUADRO 3.6 - TAXAS DE CHEFATURA POR ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO ESTADO CIVIL DO CHEFE. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Estado civil	Total			Urbano			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2014/15 Total	33,7	51,1	18,2	29,8	43,8	17,1	35,8	55,0	18,7
Solteiro(a)	4,9	3,8	6,3	5,3	4,9	5,8	4,6	3,0	6,6
Casado(a)/Uniao marital	46,2	87,0	8,9	45,0	84,2	7,7	46,7	88,1	9,4
Divorciado(a)/Separado(a)	58,6	52,9	60,0	52,1	46,7	53,9	63,3	59,7	64,0
Viuvo(a)	77,5	82,4	76,9	76,5	85,5	75,1	78,0	79,9	77,9
2008/9 Total	36,3	55,0	20,0	32,1	46,6	19,0	38,4	59,2	20,5
Solteiro(a)	3,3	3,4	3,1	4,2	4,3	4,1	2,6	2,8	2,4
Casado(a)/Uniao marital	48,0	89,3	11,3	47,0	85,7	11,3	48,4	90,8	11,3
Divorciado(a)/Separado(a)	62,8	58,0	64,1	57,8	54,9	58,7	65,9	60,7	67,0
Viuvo(a)	76,3	83,9	75,3	73,9	81,0	73,0	77,3	85,3	76,4
Sem informacao	19,2	28,3	6,4	27,9	25,5	29,3	17,7	28,6	0,0

3.5 RELAÇÕES DE PARENTESCO DOS MEMBROS DOS AGREGADOS FAMILIARES

O Quadro 3.7 mostra a distribuição percentual da população por relação de parentesco com o *chefe de agregado familiar*, segundo o estado civil e sexo. Os dados mostram que em 2014/15, a estrutura dos membros de agregados familiares foi seguinte: 33,7% de membros são chefes, 23,9% é composta por *marido ou esposa*, 26,1% são filhos, 15,3% de outros parentes e apenas 1,0% de indivíduos. Esta distribuição difere segundo sexo do chefe, assim, entre os homens, os chefes representam 51,0% seguido de filhos com 31,0% e nas mulheres, os chefes representam 18,0%, seguido de marido com 43,0% e filho com 22,0%.

Por área de residência também se registam diferenças na estrutura dos membros de agregados familiares considerando a relação de parentesco com o chefe de agregado familiar. Nas áreas urbanas, 32,0% de membros nos agregados familiares são chefes, seguido de filhos com 28,0% e depois marido/esposa com cerca de 21,0%. Na área rural, os chefes representam 38,0%, seguido por marido/esposa com 28,0% e filho com 21,0%.

Nos agregados familiares chefiados por *solteiros*, estes na estrutura ocupam apenas 4,9%, seguido de filhos com 63,6%. Na categoria de *casados ou maritalmente unidos*, os chefes representam 46,0% seguida por *marido/esposa* (44,3%).

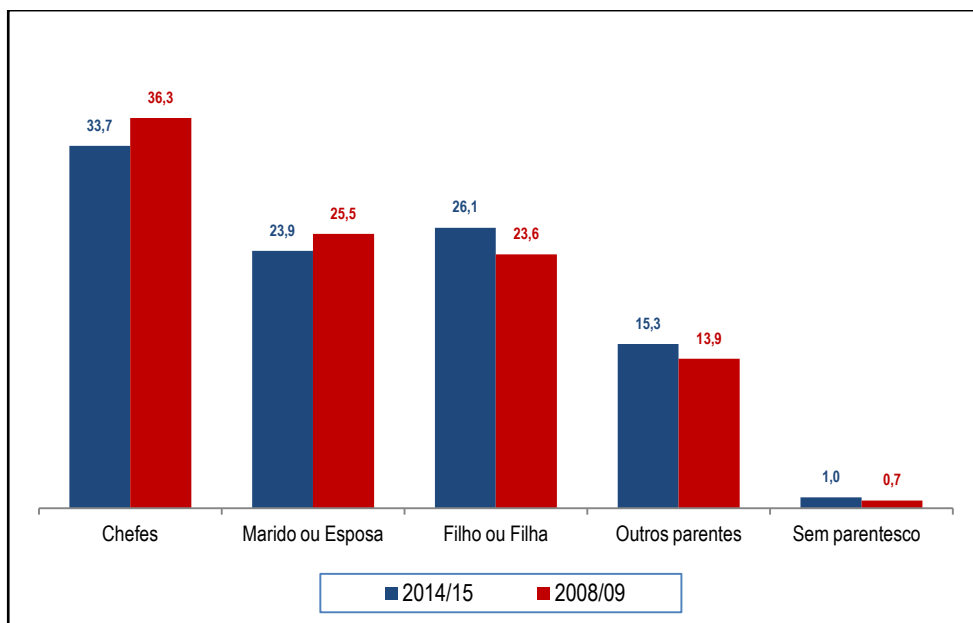
A maioria dos *separados/divorciados* e *viúvos* são chefes de agregados familiares; os valores correspondentes são 58,6% e 77,5%, respectivamente. A percentagem dos chefes *divorciados/separados* é seguida pela dos *filhos* (24,1%) e depois os *outro parentesco* (16,3%).

QUADRO 3.7 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O CHEFE DE AGREGADO FAMILIAR, SEGUNDO ESTADO CIVIL. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Área de residência e estado civil	Relação de parentesco com o chefe do agregado familiar							Número de pessoas
	Chefes	Marido ou Esposa	Filho ou Filha	Outros parentes	Sem parentesco	Sem informação	Total	
Total	33,7	23,9	26,1	15,3	1,0	0,0	100,0	15 005 798
Homem	51,1	2,5	30,6	14,5	1,2	0,0	100,0	7 076 200
Mulher	18,2	43,0	22,0	16,0	0,8	0,0	100,0	7 929 598
Urbano	32,0	20,6	28,3	17,8	1,2	0,0	100,0	4 188 017
Homem	46,6	2,4	32,0	17,5	1,6	0,0	100,0	1 977 375
Mulher	19,0	36,9	25,1	18,1	0,8	0,0	100,0	2 210 642
Rural	38,3	27,9	21,3	12,0	0,5	0,0	100	8 530 109
Homem	59,1	3,2	25,8	11,2	0,6	0,0	100,0	3 942 024
Mulher	20,5	49,2	17,4	12,6	0,3	0,0	100,0	4 588 085
Solteiro	4,9	0,1	63,6	29,5	1,9	0,0	100,0	5 372 843
Homem	3,8	0,0	64,4	29,6	2,3	0,0	100,0	2 ,987 642
Mulher	6,3	0,2	62,7	29,4	1,4	0,0	100,0	2 385 200
Casado/união marital	46,2	44,3	3,7	5,3	0,4	0,0	100,0	8 090 264
Homem	87,0	4,6	5,3	2,7	0,4	0,0	100,0	3 865 234
Mulher	8,9	80,6	2,3	7,8	0,4	0,0	100,0	4 225 030
Divorciado/separado	58,6	0,3	24,1	16,3	0,7	0,1	100,0	718 464
Homem	52,9	0,0	25,6	20,4	1,1	0,0	100,0	140 857
Mulher	60,0	0,3	23,7	15,3	0,6	0,1	100,0	577 607
Viúvo	77,5	0,0	2,5	19,1	0,9	0,0	100,0	824 227
Homem	82,4	0,0	5,1	10,7	1,8	0,0	100,0	82 467
Mulher	76,9	0,0	2,2	20,1	0,8	0,0	100,0	741 761

A comparação da estrutura de relação de parentesco nos agregados familiares como mostra o Gráfico 3.3, indica que entre 2008/9 e 2014/15, registou alguma mudança. Assim, houve diminuição na percentagem de indivíduos que são chefes, de 36,0% para 34,0%, de marido/esposa de 26,0% para 24,0%; e aumento da relação de filho(a) de 24,0% para 26,0% e de outros parentes.

GRÁFICO 3.3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR
 RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O CHEFE DE AGREGADO FAMILIAR.
 MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



O Quadro 3.8 mostra distribuição percentual da população por relação de parentesco com o chefe do agregado familiar.

Da análise da relação de parentesco, os dados sugerem uma certa diferença quanto à distribuição percentual da relação de parentesco. No geral, para as províncias do Norte, depois do *chefe*, a percentagem mais importante é a de *marido/esposa*, aparecendo a relação *filho ou filha* em terceiro lugar. Para as províncias do Centro, exceptuando a Província da Zambézia e as províncias do Sul, depois do chefe a percentagem mais importante é a de *filho(a)*.

QUADRO 3.8 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 12 ANOS E MAIS POR RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O CHEFE DE AGREGADO FAMILIAR, SEGUNDO SEXO E PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Província e sexo	Relação de parentesco com o chefe do agregado familiar							Número de pessoas
	Chefes	Marido ou Esposa	Filho ou Filha	Outros parentes	Sem parentesco	Sem informação	Total	
Total	33,7	23,9	26,1	15,3	1,0	0,0	100,0	15 005 798
Homem	51,1	2,5	30,6	14,5	1,2	0,0	100,0	7 076 200
Mulher	18,2	43,0	22,0	16,0	0,8	0,0	100,0	7 929 598
Niassa	35,8	26,7	25,4	11,7	0,4	0,0	100,0	869 077
Homem	56,5	2,5	28,2	12,4	0,4	0,0	100,0	420 709
Mulher	16,5	49,4	22,7	11,0	0,3	0,0	100,0	448 369
Cabo Delgado	34,6	26,3	21,5	17,2	0,4	0,1	100,0	1 120 325
Homem	52,5	5,3	23,8	17,9	0,5	0,0	100,0	547 936
Mulher	17,4	46,4	19,3	16,5	0,4	0,1	100,0	572 388
Nampula	36,9	29,3	20,0	13,3	0,5	0,0	100,0	2 752 058
Homem	58,5	3,5	23,4	13,9	0,8	0,0	100,0	1 368 664
Mulher	15,6	54,8	16,6	12,7	0,3	0,0	100,0	1 383 394
Zambézia	37,0	28,2	22,7	11,0	1,1	0,0	100,0	2 721 535
Homem	57,7	2,6	25,4	12,4	1,9	0,0	100,0	1 318 615
Mulher	17,6	52,3	20,0	9,7	0,4	0,0	100,0	1 402 920
Tete	36,1	26,9	28,0	8,4	0,6	0,0	100,0	1 371 718
Homem	56,5	2,6	31,6	8,3	1,1	0,0	100,0	651 235
Mulher	17,6	48,9	24,7	8,6	0,1	0,0	100,0	720 483
Manica	29,1	21,2	31,5	16,8	1,4	0,0	100,0	1 126 657
Homem	44,2	1,3	39,6	13,1	1,8	0,0	100,0	517 550
Mulher	16,4	38,1	24,6	19,9	1,1	0,0	100,0	609 107
Sofala	27,7	22,0	31,0	17,6	1,6	0,0	100,0	1 224 185
Homem	44,6	1,6	37,4	14,8	1,6	0,0	100,0	571 383
Mulher	12,9	40,0	25,5	20,1	1,5	0,0	100,0	652 801
Inhambane	33,2	17,6	28,9	18,7	1,6	0,0	100,0	951 165
Homem	40,9	3,0	36,8	17,8	1,4	0,0	100,0	406 944
Mulher	27,5	28,5	23,1	19,3	1,6	0,0	100,0	544 221
Gaza	32,0	14,6	28,6	23,3	1,6	0,0	100,0	848 294
Homem	39,2	1,5	39,6	18,1	1,7	0,0	100,0	341 168
Mulher	27,1	23,4	21,2	26,7	1,6	0,0	100,0	507 126
Maputo Província	31,1	17,5	29,8	20,1	1,5	0,0	100,0	1 120 961
Homem	43,2	1,3	36,2	17,7	1,5	0,1	100,0	513 833
Mulher	20,9	31,1	24,4	22,1	1,4	0,0	100,0	607 128
Maputo Cidade	26,4	14,3	35,1	23,5	0,7	0,0	100,0	899 823
Homem	37,4	0,5	40,2	21,5	0,4	0,0	100,0	418 163
Mulher	16,9	26,2	30,6	25,3	1,0	0,0	100,0	481 660

3.6 ACTIVIDADES ECONÓMICAS DOS CHEFES DE AGREGADOS FAMILIARES

O Quadro 3.9 revela que a maior parte dos chefes de agregados familiares são camponeses (61,5%). Por ordem de importância percentual, a ocupação principal dos chefes de agregados familiares que está na segunda posição é a de *operários não agrícolas* e a terceira é a de *pequeno comerciante*.

É importante notar que 76,3% dos chefes de agregados familiares do sexo feminino a sua ocupação principal é de *camponesa*, enquanto que entre os homens a proporção de 55,9%.

QUADRO 3.9 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE CHEFES DOS AGREGADOS FAMILIARES POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Características seleccionadas	Ocupação Principal												
	Altos dirigentes	Técnicos universitários	Técnicos não universitários	Administrativos	Operários não agrícolas	Artesão independente	Pequeno comerciante	Pessoal de serviço	Empregados domésticos	Camponeses	Operários agrícolas	Outras ocupações	Total
Total	0,7	3,2	2,1	1,1	9,8	0,0	9,2	3,9	0,9	61,5	5,8	1,9	100,0
Sexo													
Homens	0,8	3,8	2,3	1,2	12,8	0,0	8,7	4,9	0,2	55,9	7,3	2,1	100,0
Mulheres	0,2	1,8	1,6	0,9	2,0	0,0	10,5	1,0	2,4	76,3	2,0	1,4	100,0
Área de Residência													
Urbano	1,7	6,7	5,6	3,1	20,7	0,0	19,0	9,9	2,3	22,3	4,4	4,3	100,0
Rural	0,2	1,8	0,7	0,3	5,5	0,0	5,2	1,4	0,3	77,3	6,4	0,9	100,0
Províncias													
Niassa	0,7	3,4	0,9	0,3	5,0	0,0	9,4	1,4	0,1	72,5	5,1	1,2	100,0
Cabo Delgado	0,1	2,1	1,1	0,3	6,3	0,0	4,9	2,3	0,1	79,0	2,9	0,8	100,0
Nampula	0,5	3,2	1,6	0,6	8,2	0,0	8,3	2,1	0,3	68,3	5,0	1,9	100,0
Zambézia	0,3	3,1	1,0	0,5	6,3	0,0	8,1	1,6	0,4	70,8	7,2	0,8	100,0
Tete	0,4	2,2	1,5	0,4	5,0	0,0	4,5	1,7	0,6	78,2	4,2	1,2	100,0
Manica	0,9	5,2	1,9	1,7	14,2	0,0	8,1	4,0	0,6	56,6	5,0	1,9	100,0
Sofala	0,9	3,1	2,6	1,9	13,7	0,0	11,7	6,5	1,0	44,0	11,7	2,9	100,0
Inhambane	0,1	4,3	1,8	1,1	11,7	0,0	8,4	4,0	0,9	60,0	6,0	1,8	100,0
Gaza	1,0	1,7	2,6	1,7	12,8	0,0	10,4	3,8	0,4	58,6	5,3	1,6	100,0
Maputo Província	1,8	2,7	5,8	3,9	22,6	0,0	15,0	11,4	2,3	20,3	8,4	5,7	100,0
Maputo Cidade	2,8	5,9	8,0	3,0	20,8	0,0	24,7	17,6	6,7	4,8	1,6	4,0	100,0

Cerca de 68,0% dos chefes de agregados familiares estão vinculados ao ramo de *agricultura, silvicultura e pesca* (Quadro 3.10). Entretanto, os chefes do sexo masculino (63,8%), são deste modo, os menos representados naquele ramo de actividade económica. Contrariamente a maioria das províncias, onde os chefes de agregados familiares estão a desenvolver as suas actividades no ramo de *agricultura, silvicultura e pesca*, Maputo Cidade tem maior parte dos seus chefes vinculados à *outros serviços* (41,2%). Por ordem de importância percentual, segue o *ramo de comércio e finanças* (30,0%).

QUADRO 3.10 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE CHEFES DOS AGREGADOS FAMILIARES POR RAMOS DE ACTIVIDADE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Características seleccionadas	Ramos de Actividade									
	Agricultura, Silvicultura e Pesca	Indústria extractiva e minas	Indústria transformadora	Energia	Construção	Transporte e comunicações	Comércio e Finanças	Serviços administrativos	Outros serviços	Total
Total	67,9	0,7	4,4	0,1	0,1	1,6	10,0	2,8	12,4	100,0
Sexo										
Homens	63,8	1,0	5,2	0,1	0,1	2,1	9,9	3,4	14,4	100,0
Mulheres	78,7	0,0	2,2	0,0	0,0	0,1	10,5	1,4	7,1	100,0
Área de Residência										
Urbano	27,4	1,0	8,1	0,3	0,1	4,0	21,3	8,0	29,9	100,0
Rural	84,2	0,6	2,8	0,0	0,1	0,6	5,5	0,7	5,4	100,0
Províncias										
Niassa	78,1	0,2	1,8	0,0	0,1	0,9	9,6	2,4	7,0	100,0
Cabo Delgado	82,1	0,2	4,2	0,1	0,0	0,3	5,3	1,2	6,7	100,0
Nampula	73,5	0,3	4,9	0,0	0,0	0,8	9,0	2,1	9,3	100,0
Zambézia	77,9	0,5	4,1	0,0	0,0	0,8	8,3	1,3	7,1	100,0
Tete	82,6	1,1	1,1	0,2	0,0	0,7	4,8	1,7	7,8	100,0
Manica	62,1	1,8	5,9	0,1	0,0	2,4	9,0	2,9	15,8	100,0
Sofala	59,4	0,4	4,3	0,0	0,1	4,3	12,0	3,2	16,3	100,0
Inhambane	67,1	0,8	5,5	0,1	0,1	1,3	9,3	1,9	13,9	100,0
Gaza	63,5	3,1	2,3	0,0	1,1	1,2	11,1	4,7	13,1	100,0
Maputo Província	31,4	1,2	8,2	0,4	0,3	3,4	17,9	8,2	29,1	100,0
Maputo Cidade	5,8	0,2	6,8	0,4	0,1	6,1	30,0	9,4	41,2	100,0

A maioria dos chefes de agregados familiares encontra-se na condição de *trabalhadores por conta própria sem empregados* (73,1%). Por ordem de importância percentual, o posicionamento imediatamente a seguir é a *empresa privada* e a terceira posição a *administração pública*, com 10,9% e 6,1%, respectivamente.

No que tange ao posicionamento dos chefes de agregados familiares ao nível provincial, a condição de *trabalhador por conta própria sem empregados* é a mais destacada, embora a proporção não seja uniforme em todas as províncias.

QUADRO 3.11 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE CHEFES DOS AGREGADOS FAMILIARES POR POSIÇÃO NO PROCESSO LABORAL, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Características seleccionadas	Posição no processo laboral												
	Administração Pública	Autarquias Locais	Empresa pública	Empresa Privada	Cooperativa	Instituições sem fins Lucrativos	Casa particular	Conta Própria com empregados	Conta Própria sem empregados	Trabalhador familiar sem remuneração	Organismos Internacionais	Outras ocupações	Total
Total	6,1	0,3	0,5	10,9	0,1	0,4	1,7	3,6	73,1	3,3	0,0	0,0	100,0
Sexo													
Homens	7,2	0,3	0,7	13,7	0,1	0,4	1,3	4,1	69,6	2,6	0,0	0,0	100,0
Mulheres	3,3	0,3	0,1	3,5	0,1	0,1	2,9	2,2	82,3	5,2	0,0	0,0	100,0
Área de Residência													
Urbano	14,3	0,9	1,6	23,5	0,2	1,0	4,0	5,7	46,7	2,1	0,0	0,1	100,0
Rural	2,9	0,1	0,1	5,8	0,0	0,1	0,8	2,8	83,7	3,8	0,0	0,0	100,0
Províncias													
Niassa	5,9	0,2	0,1	4,1	0,4	0,1	0,1	2,4	82,6	4,1	0,0	0,0	100,0
Cabo Delgado	3,9	0,1	0,2	3,7	0,0	0,2	0,8	0,9	87,2	3,0	0,0	0,0	100,0
Nampula	5,9	0,2	0,2	6,6	0,0	0,1	1,1	2,3	80,7	2,8	0,0	0,0	100,0
Zambézia	4,9	0,2	0,1	5,2	0,0	0,1	1,1	2,8	82,2	3,3	0,0	0,1	100,0
Tete	4,3	0,1	0,4	5,9	0,0	0,2	0,9	3,3	79,2	5,7	0,0	0,0	100,0
Manica	8,8	0,6	0,8	12,7	0,1	0,7	1,5	4,9	68,4	1,5	0,0	0,0	100,0
Sofala	5,6	0,5	1,0	23,1	0,1	0,9	2,2	3,4	61,4	1,8	0,0	0,0	100,0
Inhambane	5,7	0,1	0,2	10,0	0,0	0,8	1,9	6,4	66,6	8,1	0,3	0,0	100,0
Gaza	7,2	0,3	0,1	13,9	0,0	0,2	1,6	6,1	68,0	2,6	0,0	0,0	100,0
Maputo Província	10,4	0,8	2,1	33,2	0,4	0,6	3,7	8,6	38,0	2,1	0,0	0,0	100,0
Maputo Cidade	11,6	1,0	3,0	33,4	0,0	1,4	9,3	5,6	33,5	1,0	0,3	0,0	100,0

4. NÍVEL E ESTRUTURA DAS DESPESAS

4.1 INTRODUÇÃO

O objectivo principal dos Inquéritos aos Orçamentos Familiares é precisamente medir o nível e a estrutura de despesa da população, indicadores que reflectem de forma mais abrangente as condições de vida desta. O nível de despesas é a característica principal para se aferir do bem-estar das famílias.

A recolha de dados sobre as despesas foi portanto, o objectivo principal do Inquérito aos Orçamentos Familiares 2014/15 (IOF 2014/15). Os dados recolhidos abrangem as seguintes componentes:

Compra de produtos alimentares, bebidas, tabaco, transporte urbano de passageiros, recargas de telemóvel e outros produtos de consumo frequente e aquisição diária da maior parte das famílias em quantidades pequenas. Estas despesas foram recolhidas diariamente.

Compra de vestuário, calçado, artigos domésticos e de higiene pessoal e outros; despesas relacionadas com a habitação; combustíveis; mobiliário; medicamentos e serviços de saúde diversos; despesas em transporte (exclui o urbano) e; recreação e outros serviços. Todas estas despesas foram recolhidas tendo como período de referência o mês.

Compra de bens duráveis, como meios de transporte, televisores, geleiras e outros. As despesas destes bens, assim como da educação foram recolhidas tomando como referência um ano.

Auto-consumo, que compreende a valorização a preços do mercado local de produtos de produção própria que foram destinados ao consumo das famílias. Esta despesa foi recolhida diariamente.

Renda estimada da casa própria, cujo período de referência da despesa foi o mês.

4.2 DESPESA POR AGREGADO FAMILIAR E PER CAPITA SEGUNDO ÁREA DE RESIDENCIA E PROVINCIA

Os dados do IOF 2014/15, ilustrados no Quadro 4.1, revelam que os Agregados Familiares residentes no País gastaram em média 6.924,00 MT mês, o equivalente a 1.406,00 Meticais por pessoa, sendo que a média mês da área urbana situou-se acima da média nacional com 11.889,00 Meticais (2.360,00 Meticais per capita) e a da área rural abaixo com 4.654,00 Meticais (956,00 Meticais per capita). Refira-se que a despesa média mês da área urbana é mais que o dobro da área rural.

QUADRO 4.1 - DESPESA MÉDIA MENSAL POR AGREGADO FAMILIAR E PER CAPITA SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA (Em Meticais a preços correntes). MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

Área de Residência	Despesa Média Mensal					
	Por Agregado Familiar			Per Capita		
	2002/3	2008/9	2014/15	2002/3	2008/9	2014/15
Total	1 559	3 368	6 924	324	721	1 406
Urbana	2 703	5 530	11 889	523	1 133	2 360
Rural	1 073	2 480	4 654	231	541	956

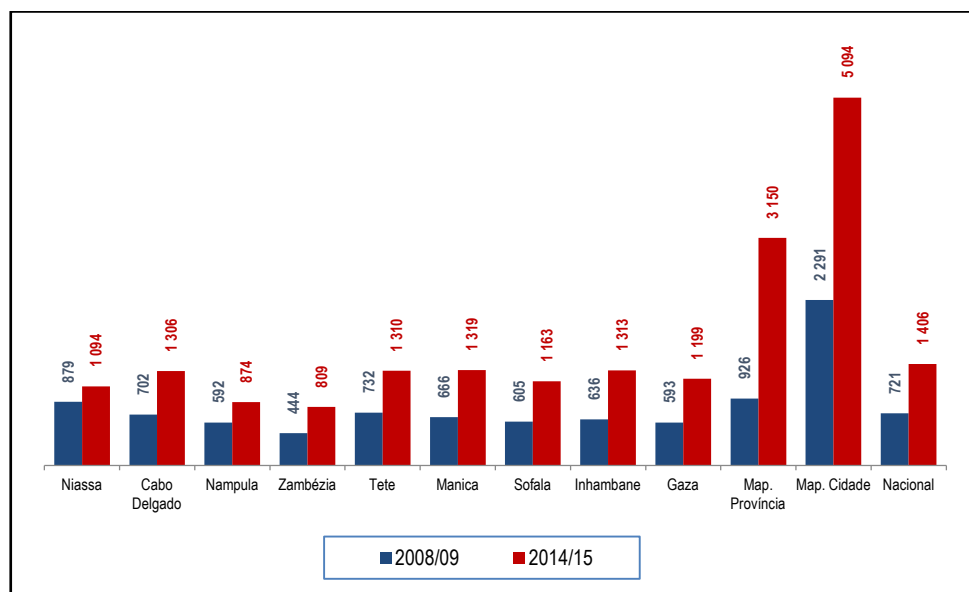
Os dados do IOF 2014/15 quando desagregados por província (Quadro 4.2), mostram que as Províncias de Maputo e Maputo Cidade têm despesas médias mensais muito acima da média nacional com 14.865,00 Meticais e 25.912,00 Meticais, respectivamente. As Províncias da Zambézia e Nampula tiveram as despesas médias mensais mais baixas com 3.749,00 Meticais e 4.123,00 Meticais, respectivamente. Aliás, este comportamento verificou-se também nos dois inquéritos anteriores.

QUADRO 4.2 - DESPESAS MENSAIS POR AGREGADO FAMILIAR E PER CAPITA SEGUNDO PROVÍNCIAS (Em Meticais a preços correntes). MOÇAMBIQUE. 2008/09 A 2014/15

Províncias	Despesa Média Mensal					
	Por Agregado Familiar			Per Capita		
	2002/03	2008/09	2014/15	2002/03	2008/09	2014/15
Total	1 559	3 368	6 924	324	721	1 406
Niassa	1 616	4 020	5 603	320	879	1 094
Cabo Delgado	1 330	2 916	6 244	341	702	1 306
Nampula	1 040	2 644	4 123	238	592	874
Zambézia	1 133	2 101	3 749	239	444	809
Tete	1 115	3 489	6 429	238	732	1 310
Manica	1 929	3 146	7 565	336	666	1 319
Sofala	2 113	3 230	6 785	380	605	1 163
Inhambane	940	2 974	6 154	201	636	1 313
Gaza	1 572	3 007	6 121	299	593	1 199
Maputo Província	2 367	4 175	14 865	483	926	3 150
Maputo Cidade	5 822	11 156	25 912	928	2 291	5 094

O Gráfico 4.1, mostra os níveis de despesas mensais per capita para a média nacional e para cada província. Para uma média nacional de 1.406,00 Meticais per capita, as Províncias de Maputo e Maputo Cidade situaram-se muito acima da média nacional, enquanto que as Províncias da Zambézia e de Nampula posicionaram-se abaixo da média com per capitais de 809,00 Meticais e 874,00 Meticais, respectivamente. As restantes sete províncias registaram per capitais não muito distantes da média, com um diferencial entre Niassa que tem o per capita mais baixo deste grupo e a média nacional de 312,00 Meticais.

GRÁFICO 4.1- DESPESAS MENSAIS PER CAPITA SEGUNDO PROVÍNCIAS
(Em Meticais a preços correntes). MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



4.3 DESPESA MENSAL PER CAPITA POR AGREGADO FAMILIAR SEGUNDO GRUPOS DE DESPESAS

Os bens e serviços cuja despesa foi recolhida no IOF 2014/15 foram agrupados com base na Classificação do Consumo Individual por Objectivo (CCIO) em doze divisões de despesa. A estrutura dos resultados do inquérito é apresentada no Quadro 4.3.

QUADRO 4.3- DESPESAS MENSAIS POR AGREGADO FAMILIAR E PER CAPITA SEGUNDO DIVISÕES DE DESPESAS (Em Meticais a preços correntes).
MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

Divisões de Despesas	Média mensal por Agregado familiar		Per capita		Estrutura da Despesa mensal por agregado familiar (%)	
	2008/9	2014/15	2008/9	2014/15	2008/9	2014/15
Total	3 368	6 924	721	1 406	100,0	100,0
Produtos Alimentares e Bebidas não alcoólicas	1 729	2 463	370	500	51,4	35,6
Bebidas Alcoólicas	21	47	5	9	0,6	0,6
Vestuário e Calçado	209	414	45	84	6,2	6,0
Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	775	1 758	166	357	23,0	25,4
Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	148	304	32	62	4,4	4,4
Saúde	25	90	5	18	0,7	1,3
Transporte	212	671	45	136	6,3	9,7
Comunicações	71	285	15	58	2,1	4,1
Recreação e Lazer	59	77	13	16	1,8	1,1
Educação	23	77	5	16	0,7	1,1
Restaurantes, Hotéis e Cafés	24	583	5	118	0,7	8,4
Bens e Serviços Diversos	70	155	15	32	2,1	2,3

Do quadro, observa-se que a despesa mensal per capita em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas é relativamente mais rondando os 500,00 Meticais, o equivalente a 2.463,00 Meticais por agregado familiar. Do mesmo, verifica-se que cerca 35,6% das despesas realizadas foram direccionadas para a aquisição de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e representam uma diminuição em 15,8 pontos percentuais relativamente a 2008/09.

Os gastos em Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis ocupam o segundo lugar com 25,4%, seguindo-se os Transportes com 9,7% e na terceira posição temos a divisão de Restaurantes, Hotéis e Cafés com 8,4%.

Da análise dos resultados por área de residência, no Quadro 4.4 e no Gráfico 4.2 conclui-se haver diferenças na estrutura das despesas entre as áreas urbanas e rurais. O nível de despesas em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas em 2014/15 não difere muito. A população da área rural gastou 507,00 Meticais per capita e a da área urbana 488,00 Meticais.

A percentagem de gastos em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas é mais significativa na área rural, tendo se situado em 53,0% quando na área urbana representa 20,7% da despesa total.

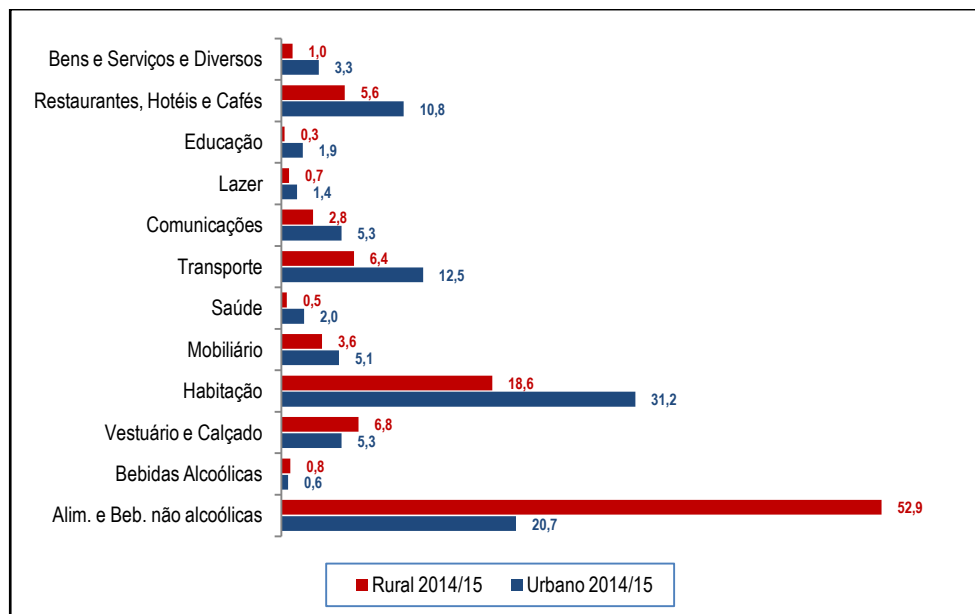
As despesas em Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis ocupam o segundo lugar na estrutura de consumo das famílias, com 18,6% nas áreas rurais e 31,2% nas áreas urbanas.

As despesas em transporte têm maior relevância nas áreas urbanas (12,5%) que nas rurais (6,4%). O mesmo se verifica na divisão de Restaurantes, Hotéis e Cafés com uma importância relativa de 10,8% nas áreas urbanas e 5,6% nas rurais.

QUADRO 4.4 - DESPESA MENSAL PER CAPITA POR ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO DIVISÕES DE DESPESA (Em Meticais a preços correntes). MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

Divisões de Despesas	2008/9				2014/15			
	Área de residência (Meticais)		Estrutura (%)		Área de residência (Meticais)		Estrutura (%)	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Total	1 133	541	100,0	100,0	2 360	956	100,0	100,0
Produtos Alimentares e Bebidas não alcoólicas	415	351	36,6	64,8	488	507	20,7	53,0
Bebidas Alcoólicas	10	2	0,9	0,4	14	7	0,6	0,7
Vestuário e Calçado	63	37	5,6	6,8	124	65	5,3	6,8
Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	356	83	31,5	15,3	736	178	31,2	18,6
Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	58	20	5,1	3,7	120	34	5,1	3,6
Saúde	10	3	0,9	0,6	47	5	2,0	0,5
Transporte	93	25	8,2	4,5	296	61	12,5	6,4
Comunicações	40	5	3,5	0,8	124	26	5,3	2,7
Lazer, Recreação e Cultura	27	6	2,4	1,2	34	7	1,4	0,7
Educação	15	1	1,3	0,1	44	2	1,9	0,2
Restaurantes, Hotéis e Cafés	12	2	1,0	0,4	256	54	10,8	5,6
Bens e Serviços e Diversos	34	7	3,0	1,2	77	10	3,3	1,0

GRAFICO 4.2 - DESPESAS MENSAIS PER CAPITA POR DIVISÃO DE DESPESA, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA (Em Percentagem). MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



Analisando a estrutura de despesas de acordo com a posição do chefe do agregado familiar no processo laboral no Quadro 4.5, conclui-se que os agregados familiares cujos chefes trabalham em Organismos internacionais/Embaixadas têm os níveis per capita mensais mais elevados apesar de menos expressivos em termos populacionais.

Os agregados cujo chefe trabalha por Conta própria sem empregados e em Empresa privada, são as de maior peso em termos de AF e têm per capita na ordem 994,0 Meticais e 2.292,00 Meticais, respectivamente.

QUADRO 4.5 - ESTRUTURA PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES E A DESPESA MENSAL PER CAPITA, SEGUNDO A POSIÇÃO DO CHEFE NO PROCESSO LABORAL. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Posição no Processo Laboral	Despesa Per Capita mês	Precentagem de Agregados Familiares
Administração Pública	3 102	6,2
Autarquias Locais	2 425	0,3
Empresa Pública	3 751	0,5
Empresa Privada	2 292	10,8
Cooperativa	1 507	0,1
Instituições sem fins Lucrativos	1 943	0,4
Casa particular	1 585	1,6
Conta própria com empregados	3 097	3,7
Conta própria sem Empregados	994	73,0
Trabalhador familiar sem remuneração	1 115	3,3
Organismos Internacionais/Embaixada	30 900	0,0
Outros	620	0,0

4.4 NÍVEL E ESTRUTURA DE DESPESAS POR SEXO DO CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR

Desagregando as despesas por sexo do chefe de agregado familiar e tomando o nível de despesa per capita dos agregados familiares chefiados por mulheres como base (100), segundo o Quadro 4.6, os resultados mostram uma relativa supremacia dos agregados chefiados pelos homens. Estes, gastam em média, 27,1% mais do que os chefiados por mulheres.

À excepção da divisão de Saúde onde os agregados chefiados por mulheres gastam significativamente mais que os chefiados por homens, em todas outras divisões estes últimos gastam mais com destaque para os Transportes (99,8%), as Bebidas alcoólicas (178,2%) e os Restaurantes, Hotéis e Cafés (62,9%).

QUADRO 4.6 - DESPESAS MENSAIS PER CAPITA POR SEXO DO CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR, SEGUNDO DIVISÕES DE DESPESAS (Em Meticais a preços correntes).
MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

Divisões de despesas	2008/9			2014/15		
	Sexo do chefe (Meticais)		"Mulh. = 100"	Sexo do chefe (Meticais)		"Mulh. = 100"
	Hom.	Mulh.		Hom.	Mulh.	
Total	728	697	104,4	7 513	5 911	127,1
Produtos Alimentares e Bebidas não alcoólicas	362	356	101,7	2 671	2 097	127,4
Bebidas Alcoólicas	5	4	121,9	54	31	178,2
Vestuário e Calçado	47	39	120,6	459	330	139,2
Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	150	179	83,6	1 802	1 763	102,2
Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	33	28	117,4	329	264	124,6
Saúde	6	5	117,1	81	118	68,6
Transporte	51	28	179,4	799	400	199,8
Comunicações	16	11	140,9	320	215	148,6
Lazer, Recreação e Cultura	14	10	136,9	88	58	152,1
Educação	5	5	87,9	83	68	123,1
Restaurantes, Hotéis e Cafés	6	3	166,3	669	410	162,9
Bens e Serviços e Diversos	36	29	125,4	158	157	100,8

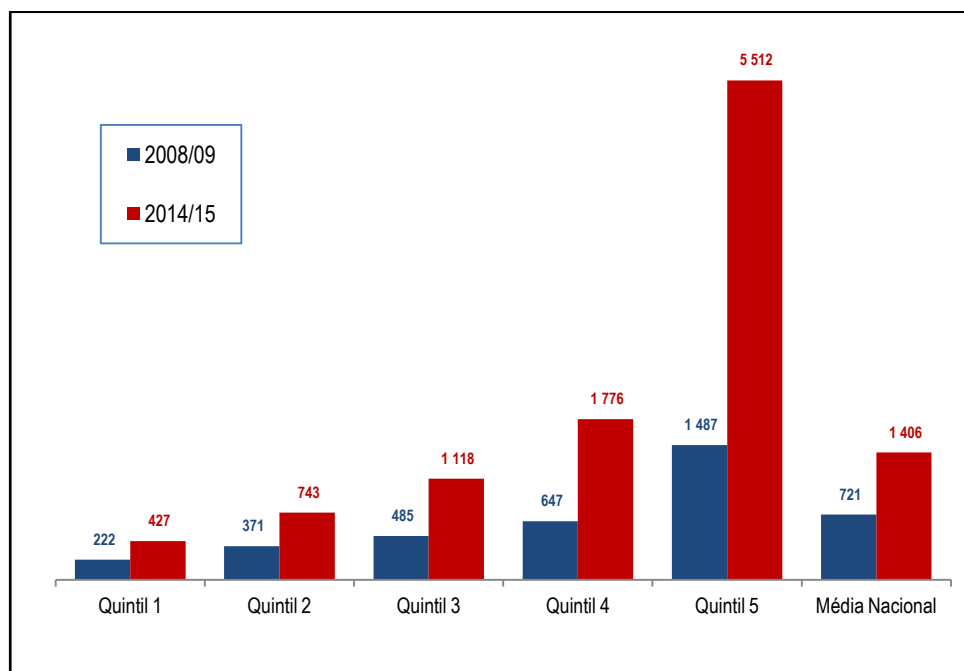
4.5 NÍVEL E ESTRUTURA DE DESPESAS POR QUINTIS DE POPULAÇÃO

Para analisar a relação entre a estrutura de despesa e o nível de de bem estar, a população em análise foi dividida em cinco grupos, denominados quintis. O primeiro quintil abrange os 20,0% da população com despesa per capita mais baixa. O segundo quintil abrange os seguintes 20,0% e assim, sucessivamente até ao quinto quintil que inclui os 20,0% com o nível de despesa mais elevado.

O Gráfico 4.3, mostra os distintos níveis de despesa mensal per capita por quintis de população. O mesmo ilustra que para a população do primeiro quintil (20,0% da população com despesa mais baixa) observa-se um gasto de 427,00 Meticais per capita por mês, enquanto que o quinto quintil (20,0% da população com despasa mais alta) despende cerca de 5.812,00 Meticais per capita mês, valor muito acima da média nacional (1.406,00 Meticais per capita mês), ou seja, estes chegam a gastar em média 13 vezes mais que os do primeiro quintil. Contudo, o nível de despesa do primeiro ao quarto quintil apresenta diferenças moderadas.

Analisando o comportamento da despesa do primeiro ao quarto quintil verifica-se que apenas o quarto quintil situou-se acima da média com 1.776,00 Meticais de per capita mês.

GRÁFICO 4.3 - DESPESAS MENSAIS PER CAPITA POR QUINTÍS DE POPULAÇÃO (Em Meticais, a preços correntes)
MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



O Quadro 4.7 apresenta informação sobre a estrutura das despesas mensais per capita por divisões de despesa segundo quintis de população. O mesmo indica que os agregados familiares do primeiro ao terceiro quintil, representando 60,0% da população total, gasta acima de 50,0% das suas despesas em produtos alimentares. Porém, verifica-se no quarto quintil uma ligeira redução nesta despesa tendo sido em torno dos 39,8%. Já no quinto quintil a despesa em alimentação reduz drasticamente representando cerca de 14,4%, o que mostra que este grupo em relação aos outros, gasta muito menos em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e gasta mais em habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis.

A divisão de Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis do primeiro ao quarto quintil, afigura-se como a segunda na hierarquia de despesa, absorvendo entre 18,6% e 23,7%. Outro dado a realçar vai para o crescimento da despesa em Restaurantes, Hotéis e Cafés, verificado em todos os quintis.

QUADRO 4.7 - ESTRUTURA DAS DESPESAS MENSAIS PER CAPITA POR DIVISÕES DE DESPESA SEGUNDO QUINTIS DE POPULAÇÃO (Em percentagem).
MOÇAMBIQUE, 2014/15

Divisão de Despesas	Quintil 1	Quintil 2	Quintil 3	Quintil 4	Quintil 5	Média Nacional
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Produtos Alimentares e Bebidas não alcoólicas	62,5	58,6	51,6	39,8	14,4	35,6
Bebidas Alcoólicas	0,7	0,8	0,7	0,7	0,6	0,6
Vestuário e Calçado	5,6	6,3	7,0	6,5	5,3	6,0
Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	19,0	18,6	19,4	23,7	32,0	25,4
Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	2,7	3,1	3,6	4,1	5,6	4,4
Saúde	0,5	0,4	0,4	0,4	2,5	1,3
Transporte	2,3	3,4	5,1	7,9	15,9	9,7
Comunicações	2,1	2,7	3,5	4,4	5,1	4,1
Lazer, Recreação e Cultura	0,4	0,5	0,7	1	1,7	1,1
Educação	0,1	0,2	0,2	0,7	2,2	1,1
Restaurantes, Hotéis e Cafés	3,7	4,7	6,5	8,8	11,2	8,4
Bens e Serviços e Diversos	0,5	0,8	1,3	2,0	3,5	2,3

Segundo o Quadro 4.8 que apresenta a estrutura das despesas mensais em produtos alimentares por quintis segundo grupos alimentares, podemos notar que os agregados familiares gastam mais em cereais e produtos de padaria bem como em hortícolas, batatas e outros tubérculos. O consumo de peixes, moluscos e crustáceos; de óleos e gorduras e de frutos é quase igual em todos os quintis. Porém nota-se que o gasto pelas famílias em carnes e seus derivados vai aumentando ligeiramente do primeiro ao quarto quintil.

QUADRO 4.8 - ESTRUTURA DAS DESPESAS MENSAIS EM PRODUTOS ALIMENTARES POR QUINTIS DE POPULAÇÃO, SEGUNDO GRUPOS DE ALIMENTOS (Em percentagem). MOÇAMBIQUE, 2014/15

Grupo de Produtos Alimentares	Quintil 1	Quintil 2	Quintil 3	Quintil 4	Quintil 5	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cereais e produtos de padaria	48,4	52,7	52,5	46,9	29,8	47,0
Carne e seus derivados	6,4	7,1	8,3	11,5	21,3	10,6
Peixe, moluscos e crustáceos	11,7	10,6	10,3	10,8	12,3	11,0
Leite e seus derivados, ovos	0,5	0,5	0,6	0,9	3,3	1,1
Óleo e gorduras	2,2	2,4	2,6	2,6	2,9	2,5
Frutos	5,6	5,5	5,0	5,6	6,8	5,6
Hortícolas, batata e outros Tubérculos	23,9	19,6	18,8	19,4	21,2	20,3
Açúcar e produtos de confeitaria	0,6	0,9	1,0	1,3	1,3	1,0
Outros	0,7	0,8	0,9	0,9	1,0	0,9

O Quadro 4.9, do comportamento de alguns produtos de maior relevo, mostra que a farinha de milho continua sendo o principal produto de consumo para a maioria dos agregados familiares, apesar de o quinto quintil apresentar uma despesa consideravelmente baixa deste produto. O consumo da farinha de mandioca tem maior peso nas famílias do primeiro quintil e cada vez menos até ao quinto quintil. Nota-se porém que o peixe seco e o arroz decrescem de forma moderada à medida que as despesas gerais aumentam. Entretanto, o peixe fresco, refrigerado ou congelado apresenta uma importância equiparada em todos agregados familiares.

QUADRO 4.9 - PERCENTAGEM DE DESPESA DE ALGUNS PRODUTOS BÁSICOS NAS DESPESAS TOTAIS EM ALIMENTAÇÃO. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Produto	Quintil 1	Quintil 2	Quintil 3	Quintil 4	Quintil 5	Total
Farinha de milho	23,9	34,9	38,5	31,8	10,3	29,7
Farinha de mandioca	13,9	7,8	3,6	2,4	0,6	5,4
Peixe seco	5,6	4,2	3,5	2,8	1,6	3,5
Arroz	5,5	4,6	4,0	3,8	2,9	4,2
Peixe fresco, refrigerado ou congelado	3,8	3,7	3,5	3,5	3,8	3,7

4.6 COMPARAÇÃO DO NÍVEL E ESTRUTURA DE DESPESAS DE 2014/15 COM A DE 2008/09

Este capítulo, faz uma análise da evolução dos níveis de despesa do IOF 2014/15 e do IOF 2008/2009, a preços constantes de 2008/09. Para esse fim, as despesas de 2014/15, foram ajustadas pelo índice de preços no consumidor geral de 2014/15 face 2008/09.

Os resultados no Quadro 4.10, mostram uma variação das despesas entre os dois períodos de 721,00 Meticais em 2008/2009 para 1.008,00 Meticais para a média nacional, o equivalente a um aumento na ordem de 39,8%, contra um aumento de 95,0% registados a preços correntes. Desagregando por área de residência, nota-se um crescimento real da despesa mais acentuado na área urbana (49,3%), que na rural (26,7%).

QUADRO 4.10 - DESPESAS MENSAIS PER CÁPITA SEGUNDO ÁREAS DE RESIDÊNCIA (Em Meticais a preços constantes)
MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

ÁREA DE RESIDÊNCIA	2008/09	2014/15	2008/09=100
Média Nacional	721	1 008	139,8
Urbano	1 133	1 692	149,3
Rural	541	685	126,7

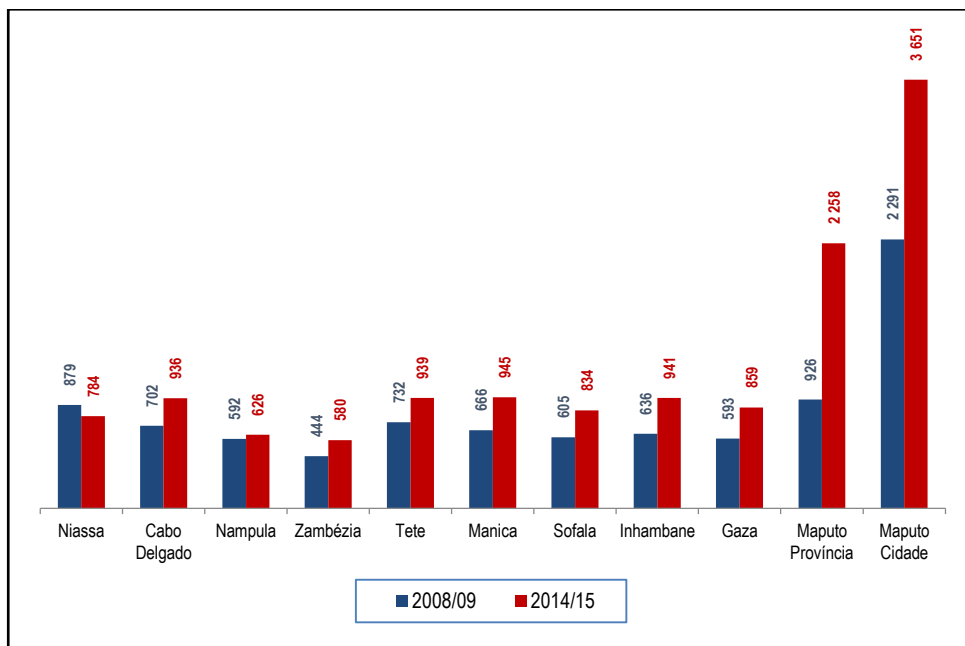
Da comparação dos dados entre os dois períodos por província no Quadro 4.11 e no Gráfico 4.4 nota-se um crescimento das despesas mensais percapita em todas as províncias excepto a do Niassa que teve uma queda na ordem de 10,8%. A Província de Maputo registou o aumento mais assinalável com 143,8% e as restantes viram os percapitas aumentados num intervalo entre 5,8% para Nampula e 59,4% para a Cidade de Maputo.

QUADRO 4.11- COMPARAÇÃO DAS DESPESAS MENSAIS PER CÁPITA SEGUNDO PROVÍNCIAS (Em Meticais a preços constantes).
MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

Províncias	2008/09	2014/15	2008/09=100
Niassa	879	784	89,2
Cabo Delgado	702	936	133,3
Nampula	592	626	105,8
Zambézia	444	580	130,6
Tete	732	939	128,3
Manica	666	945	142,0
Sofala	605	834	137,8
Inhambane	636	941	148,0
Gaza	593	859	144,9
Maputo Província	926	2 258	243,8
Maputo Cidade	2 291	3 651	159,4

Em termos de níveis, a Cidade de Maputo teve em 2014/15 o percapita mês mais elevado (3.652,00 Meticais), seguida da Província de Maputo (2.258,00 Meticais). Zambézia foi a província com o percapita mês mais baixo a preços constantes com 580,00 Meticais e na segunda posição ficou a Província de Nampula com 626,00 Meticais.

GRÁFICO 4.4 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PER CÁPITA POR PROVÍNCIAS (Em Meticais a preços constantes). MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



A evolução das despesas mensais percapita entre o IOF 2008/09 e o IOF 2014/15 no Quadro 4.12 pelas doze divisões de despesas segundo a CCIO aponta para diminuições nas despesas de lazer, recreação e cultura e da alimentação e bebidas não alcoólicas em 11,8% e 3,1%, respectivamente. Contudo a divisão da Alimentação e Bebidas não alcoólicas registou o percapita mais elevado com 358,00 Meticais.

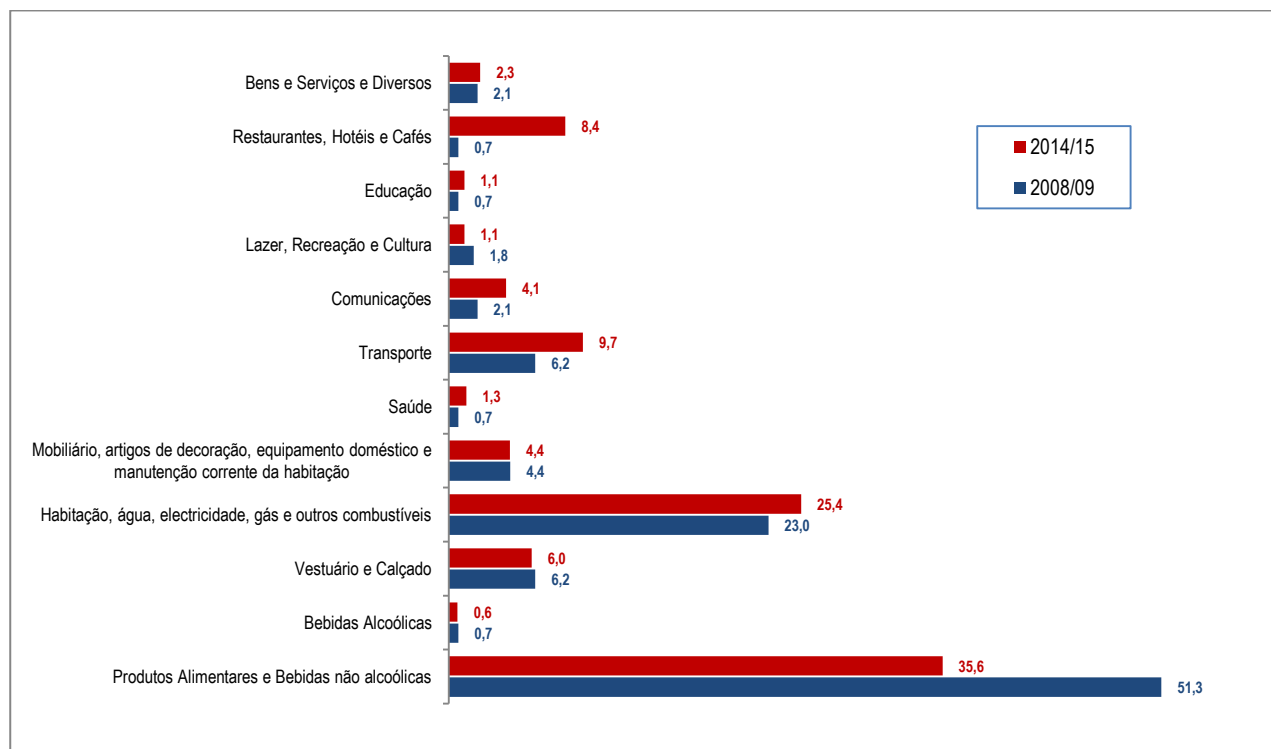
A divisão de Restaurantes, Hotéis e Cafés cresceu de forma significativa a preços constantes de 5,00 Meticais mês para 85,00 Meticais como resultado da tendência crescente de gastos em alimentação e bebidas fora de casa. As despesas em comunicações aumentaram em 177,2%, a da Saúde em 158,0%.

QUADRO 4.12 - DESPESAS MENSAIS PER CÁPITA POR DIVISÕES DE DESPESA (Em Meticais a preços constantes). MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

Divisão de Despesas	2008/09	2014/15	2008/09 =100
Total	721	1 008	139,8
Produtos Alimentares e Bebidas não alcoólicas	370	358	96,9
Bebidas Alcoólicas	5	6	129,0
Vestuário e Calçado	45	60	133,8
Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	166	256	154,1
Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	32	44	138,9
Saúde	5	13	258,0
Transporte	45	97	216,6
Comunicações	15	42	277,2
Lazer, Recreação e Cultura	13	11	88,2
Educação	5	11	229,4
Restaurantes, Hotéis e Cafés	5	85	1 691,6
Bens e Serviços e Diversos	15	23	152,9

Em termos da estrutura da despesa, conclui-se pelo Gráfico 4.5, que entre 2008/09 e 2014/15, houve uma diminuição assinalável da alimentação e bebidas não alcoólicas de 51,3% para 35,6%. Em contrapartida as divisões de Restaurantes, Hoteis e Cafés, das Comunicações, dos Transportes e da Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis tiveram aumentos de relevo.

GRÁFICO 4.5- COMPARAÇÃO DA ESTRUTURA DAS DESPESAS
(Em Percentagem a preços constantes). MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



QUADRO 4.13 - ESTRUTURA DE DESPESA MENSAL POR ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO DIVISÕES DE DESPESAS (Em Meticais a preços constantes). MOÇAMBIQUE, 2014/15

Divisão de Despesas	2008/09	2014/15
Total	100,0	100,0
Produtos Alimentares e Bebidas não alcoólicas	51,3	35,6
Bebidas Alcoólicas	0,7	0,6
Vestuário e Calçado	6,2	6,0
Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	23,0	25,4
Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	4,4	4,4
Saúde	0,7	1,3
Transporte	6,2	9,7
Comunicações	2,1	4,1
Lazer, Recreação e Cultura	1,8	1,1
Educação	0,7	1,1
Restaurantes, Hotéis e Cafés	0,7	8,4
Bens e Serviços e Diversos	2,1	2,3

4.7 POSSE DE BENS DURÁVEIS

No âmbito do IOF2014/15 foram recolhidas informações que permitem aferir a posse de bens duráveis pelos agregados familiares.

Para a análise da posse de bens duráveis foram seleccionados os bens que apresentam frequências relevantes. Deste modo, o Quadro 4.14 apresenta a percentagem de agregados familiares que possuem determinados bens duráveis, sem tomar em consideração o facto de algumas famílias possuírem mais de um exemplar. O importante neste contexto é saber se a família possui ou não rádio, televisão, telefone e outros bens tidos como relevantes para o bem estar familiar e social.

De referir que, relativamente ao IOF anterior, o IOF2014/15 estendeu a sua lista de bens, tendo sido inseridos nesta o fogão a carvão ou lenha, mesa, cadeiras e microondas, bens que têm vindo a ganhar expressão no seio dos agregados familiares.

Uma breve análise aos dados contidos no Quadro 4.14 revela que, dum modo geral, a situação dos agregados familiares em termos de posse de bens duráveis melhorou consideravelmente, em particular no que concerne à posse de carro, moto, congelador, televisão, aparelhagem sonora, cama e telefone celular.

Contrariamente, a percentagem de agregados familiares com casa própria denota uma ligeira redução. Todavia, em termos absolutos, o número de agregados com casa própria aumentou, embora pouco.

Outros bens cuja percentagem de posse pelos agregados familiares reduziu são o relógio, o que é concordante com o aumento da percentagem de posse de telefone celular, e o rádio, que é condizente com o aumento de posse de aparelhagem sonora e televisão.

Importa realçar também que, relativamente à posse de meios circulantes, a percentagem de agregados familiares que possuem carro e motorizada aumentou, em detrimento da posse de bicicleta, que denota redução.

Comparando os dados por área de residência, nota-se que, exceptuando o caso de posse de casa própria, motorizada e painel solar, cuja expressão é relativamente maior na área rural, para os restantes bens, a percentagem de agregados que os possuem é mais elevada na área urbana que na rural. De ressaltar que a posse de telefone celular denota um crescimento mais significativo na área rural, comparativamente à urbana.

QUADRO 4.14 - PERCENTAGEM DE AGREGADOS FAMILIARES QUE POSSUEM DETERMINADOS BENS DURÁVEIS, POR ÁREA DE RESIDENCIA. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

Bens Duráveis	Total		Urbano		Rural	
	2008/9	2014/15	2008/9	2014/15	2008/9	2014/15
Casa	94,5	91,1	87,3	82,7	97,4	94,7
Carro	2,0	4,1	5,3	10,1	0,6	1,4
Moto	3,6	8,1	5,2	9,4	3,0	7,5
Bicicleta	38,3	32,8	24,3	19,3	44	38,9
Máquina de lavar roupa	0,4	1,0	1,1	2,6	0,1	0,2
Aparelho de ar condicionado	0,5	1,2	1,4	3,5	0,1	0,1
Geleira	5,8	6,4	18,4	17,4	0,6	1,5
Congelador	3,3	12,9	10,5	35,2	0,4	3,0
Ferro de engomar	34,3	29,4	70,7	61,6	17,4	15,0
Microondas	-	2,9	-	8,6	-	0,4
Televisor	12,4	24,2	35,9	58,8	2,8	8,7
Aparelhagem	8,7	16,0	21,0	33,5	3,6	8,1
Rádio	46,1	39,5	47,9	33,3	45,4	42,3
Ventoinha	6,8	10,3	19,3	28,3	1,6	2,2
Mesa	-	46,6	-	73,9	-	34,4
Cadeiras	-	61,3	-	83,4	-	51,4
Cama	39,1	52,4	64,1	78,8	28,8	40,7
Relógio	20,4	10,4	28,7	22,1	17,1	5,2
Fogao a carvão ou lenha	-	29,2	-	71,5	-	10,3
Fogão eléctrico	2,4	5,8	21,3	16,1	1,1	1,2
Fogão a gás	2,4	3,7	7,8	10,5	0,2	0,6
Fogão misto	0,8	1,1	2,2	3,4	0,2	0,1
Telefone fixo	1,0	0,8	2,7	1,7	0,2	0,4
Telefone celular	23,5	55,8	53,0	78,8	11,4	45,6
Painel solar	3,3	10,3	1,1	1,6	4,2	14,2
Computador	1,5	5,7	4,4	16,1	0,3	1,0
Impressora	1,0	0,8	3,0	2,5	0,2	0,1

A posse de bens duráveis é um indicador que reflecte, de forma visível, o nível de vida da população. Os dados do Quadro 4.15 confirmam a forte relação entre o nível de despesas e a posse de bens.

No geral, nota-se que a percentagem dos agregados familiares que possuem os bens seleccionados cresce à medida que aumenta o nível de despesa, exceptuando os caso de posse de bicicleta, que denota uma redução no último quintil e de posse de motorizada e radio, cuja percentagem decai no quarto e no quinto quintil. De referir que, sem a inclusão desses dois bens, os agregados familiares dos primeiros dois quintis apresentam percentagens abaixo da média nacional. Relativamente aos agregados pertencentes ao quintil 3, estes tanto revelam estar abaixo da média, como acontece com a posse de cama, carro, televisor e relógio,

assim como acima da média, como ocorre no concenete à posse de motorizada, bicicleta, rádio e telemóvel.

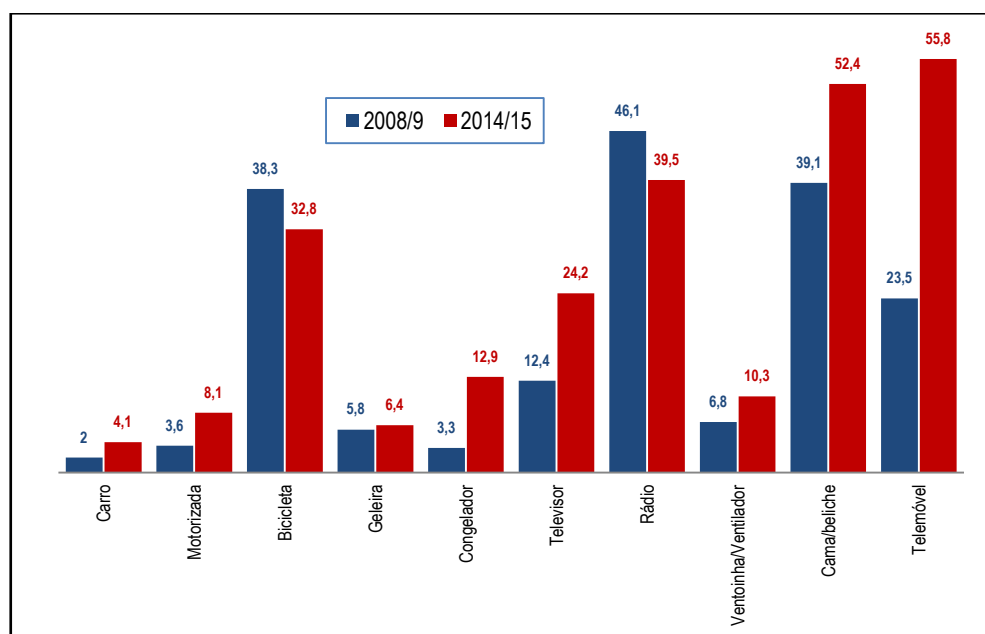
A posse de carro parece ser privilégio dos agregados pertencentes ao quinto quintil. De notar que, nos dois primeiros quintis, a percentagem de agregados que possuem este bem é quase insignificante e nos quintis quatro e cinco, continua sem grande expressão.

QUADRO 4.15 - PERCENTAGEM DE AGREGADOS FAMILIARES QUE POSSUEM BENS POR QUINTÍIS DE DESPESAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Bens Duráveis	Quintil 1	Quintil 2	Quintil 3	Quintil 4	Quintil 5
Camas e beliches	36,3	45,8	50,9	62,0	85,8
Carro	0,3	0,9	1,2	2,9	23,5
Motorizadas	3,2	6,1	9,7	13,5	11,6
Bicicleta	32,6	36,3	38,4	32,4	18,9
Rádio	34,4	40,6	43,6	42,6	37,1
Televisores	5,9	13,0	20,6	36,1	70,0
Relógios de parede/pulso/bolso	1,8	4,8	7,4	15,4	35,5
Telemóveis	32,8	49,9	60,2	69,2	86,9

O gráfico que se segue demonstra a magnitude do aumento ou redução da percentagem de agregados familiares relativamente à posse de alguns bens seleccionados.

GRÁFICO 4.6 - PERCENTAGEM DE AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO POSSE DE BENS. MOÇAMBIQUE, 2014/15



5. CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM AS DESPESAS

5.1 INTRODUÇÃO

A habitação é uma das necessidades básicas da população. Por isso, uma habitação adequada é condição essencial para o bem estar de todos. A habitação não se limita apenas às qualidades físicas da sua construção mas também o acesso aos serviços de abastecimento de água potável, saneamento (casa de banho, latrina, etc.) e energia para iluminação e confecção de alimentos.

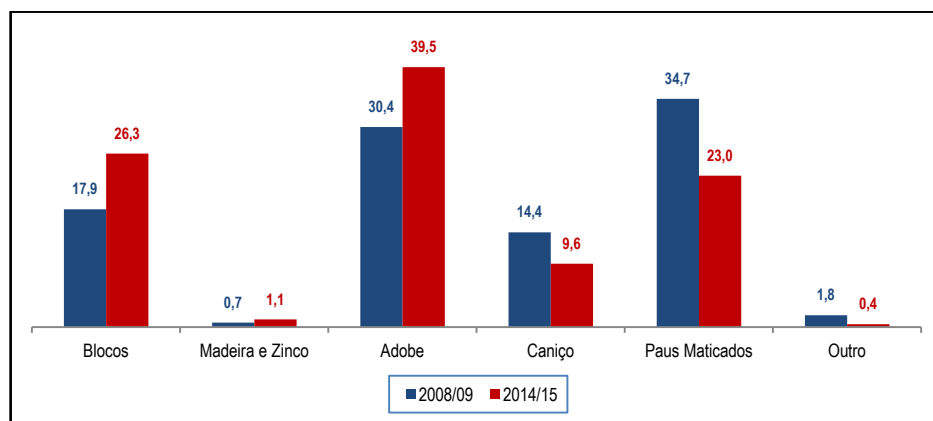
As características físicas das habitações, especialmente o material usado para a sua construção, e o acesso a serviços básicos são, para o caso de Moçambique, indicadores importantes do nível de vida dos agregados familiares e dos seus membros. Por isso, na maior parte dos inquéritos realizados pelo INE, tem-se recolhido esta informação para acompanhar a evolução e melhoramento dos referidos indicadores. No presente capítulo, são analisadas as condições de habitação e sua relação com as despesas dos agregados familiares.

5.2 MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PREDOMINANTE NA HABITAÇÃO

No questionário do IOF 2014/15 foram incluídas perguntas que permitem identificar a qualidade da habitação em Moçambique em função do material predominante na construção das paredes, cobertura e pavimento. Neste relatório, faz-se uma análise comparativa entre os resultados do IOF 2014/15 e do IOF 2008/9.

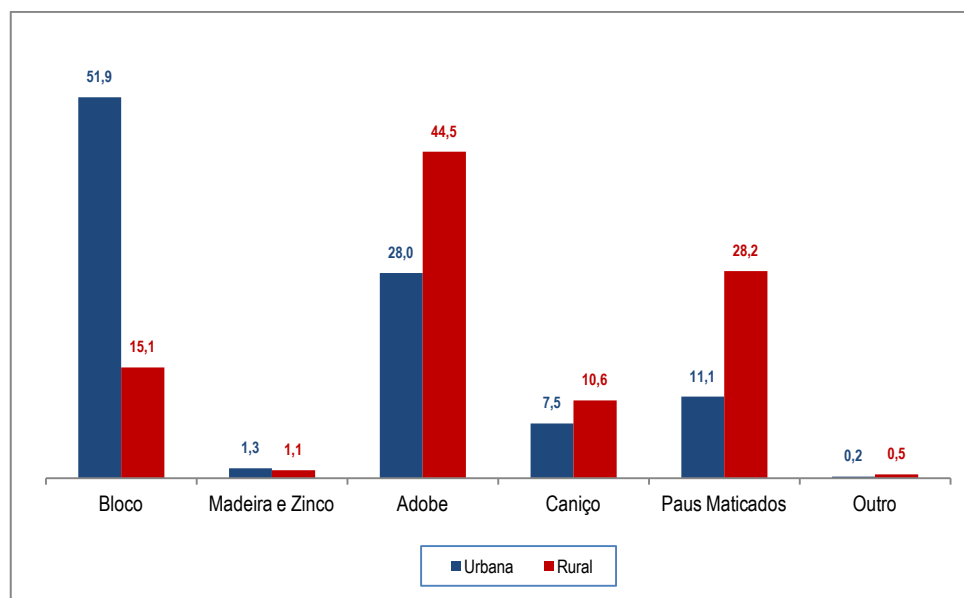
O Gráfico 5.1, mostra que, em geral, tanto em 2008/9, como em 2014/15, o material predominante nas paredes são paus maticados e adobe. Entretanto no mesmo período registou-se o aumento de blocos de cimento e adobe e a diminuição de paus maticados e caniço.

GRÁFICO 5.1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO MATERIAL USADO NAS PAREDES DAS SUAS CASAS. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



A variação do tipo de material usado na construção de paredes por área de residência é mostrada no Gráfico 5.2. Nota-se que nas áreas urbanas, destacam-se casas cujas paredes foram construídas com blocos (51,9%); nas rurais predominam as de adobe (44,5%). Em relação às casas de caniço e madeira e zinco, as diferenças são muito pequenas entre as áreas rural e urbana.

GRÁFICO 5.2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO MATERIAL USADO NAS PAREDES DAS SUAS CASAS POR ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2014/15



Os dados do Quadro 5.1 mostram a distribuição percentual dos agregados familiares de acordo com o material usado na construção das paredes das habitações. Os dados mostram diferenças em materiais de construção de paredes em várias províncias. Em Niassa, Nampula e Zambézia predominam casas construídas com parede de adobe, enquanto que em Cabo Delgado predominam as de paus maticados. Em Gaza e Inhambane, regista-se predominância das paredes de caniço e em Maputo Província (78,0%) e Cidade (94,0%), a maior parte de casas foram construídas de blocos.

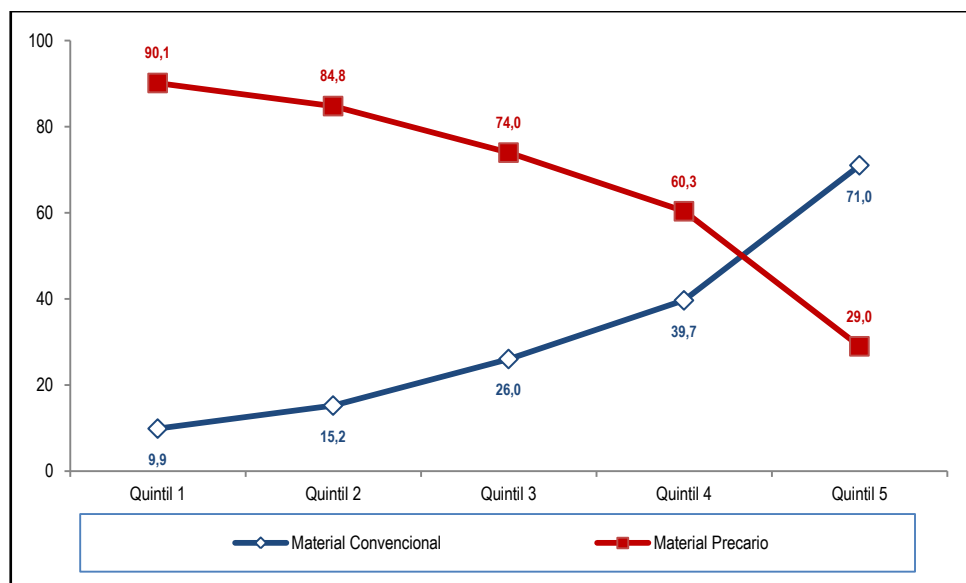
É importante salientar que em todas as províncias houve aumento na utilização de blocos de cimento na construção das paredes, com destaque nas províncias de Tete, Gaza e Manica, onde registou-se duplicação.

QUADRO 5.1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR MATERIAL USADO NAS PAREDES DAS SUAS CASAS SEGUNDO PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

Províncias	Material de construção das paredes						Total	N
	Blocos	Madeira e Zinco	Adobe	Caniço	Paus Maticados	Outros		
2014/15								
Total	26,3	1,1	39,5	9,6	23,0	0,4	100,0	5 055 630
Niassa	14,0	0,1	76,4	3,3	5,6	0,5	100,0	311 468
Cabo Delgado	7,4	0,3	14,0	3,5	74,4	0,4	100,0	386 346
Nampula	9,0	0,5	65,2	3,7	21,6	0,1	100,0	1 016 455
Zambézia	15,6	0,2	56,7	3,8	23,4	0,3	100,0	1 006 241
Tete	32,9	0,4	46,2	0,7	19,5	0,4	100,0	494 825
Manica	28,2	0,2	38,2	3,3	29,2	0,9	100,0	328 131
Sofala	28,1	0,0	26,7	10,9	33,3	1,0	100,0	339 013
Inhambane	21,4	9,8	2,4	53,9	11,0	1,5	100,0	316 044
Gaza	35,9	1,2	2,2	40,6	20,0	0,2	100,0	271 125
Maputo Província	78,2	1,2	3,1	14,9	2,4	0,3	100,0	348 948
Maputo Cidade	94,1	3,4	0,1	2,1	0,3	0,0	100,0	237 034
2008/9								
Total	17,9	0,7	30,4	14,4	34,8	1,8	100,0	4 611 545
Niassa	6,6	0,4	72,0	5,3	15,6	0,1	100,0	278 879
Cabo Delgado	2,2	0,1	14,9	0,7	81,8	0,3	100,0	406 325
Nampula	5,0	0,4	54,6	2,3	35,9	1,9	100,1	925 672
Zambézia	9,5	0,1	46,8	16,2	27,0	0,4	100,0	865 838
Tete	17,2	0,0	23,2	1,7	44,8	13,1	100,0	406 226
Manica	13,3	0,2	38,9	7,7	39,8	0,1	100,0	317 941
Sofala	21,0	0,2	3,5	18,9	55,9	0,5	100,0	327 893
Inhambane	13,4	4,2	0,0	60,2	22,0	0,2	100,0	282 104
Gaza	18,2	1,0	0,7	47,3	32,3	0,5	100,0	268 558
Maputo Província	67,2	0,5	0,0	25,1	6,1	1,1	100,0	301 182
Maputo Cidade	86,9	4,3	0,1	8,4	0,0	0,3	100,0	230 927

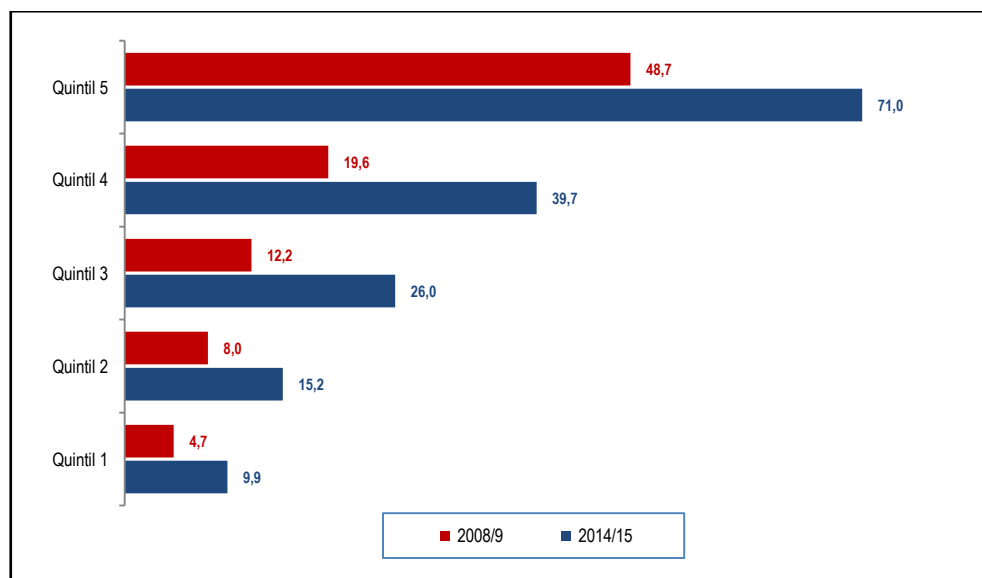
O Gráfico 5.3 apresenta a relação entre as despesas de agregados familiares e o material usado na construção das paredes. Nota-se que existe uma forte relação entre o nível de despesas e o material de construção. Assim, a percentagem de casas com paredes construídas com material convencional (blocos de cimento ou tijolo), varia de 9,9% no 1º Quintil a 71,0% no 5º Quintil. Em contrapartida, o uso de material precário (paus maticados, adobe, caniço), tende a decrescer do 1º Quintil em diante.

GRÁFICO 5.3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO MATERIAL USADO NAS PAREDES DASSUAS CASAS POR QUINTIS DE DESPESAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15



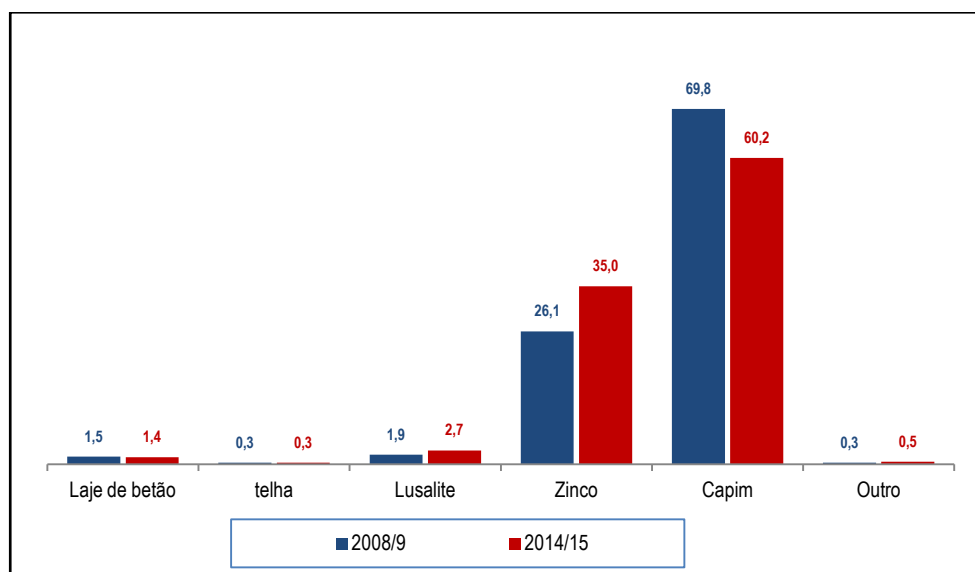
Do Gráfico 5.4 se pode constatar que, entre 2008/9 e 2014/15, registou-se aumento de agregados familiares que usam material convencional para a construção de paredes; do 1º ao 5º Quartil. A maior variação percentual foi registada no 4º Quartil com 20,0 pontos percentuais e no 5º Quartil, que registou um aumento de 22,0 pontos percentuais.

GRÁFICO 5.4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO MATERIAL USADO NAS PAREDES DAS SUAS CASAS POR QUINTIS DE DESPESAS. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



Quanto ao material de cobertura, o capim continua a ser o material predominante com 60,2%, seguindo-se chapas de zinco, com 35,0% (vide o Gráfico 5.5). No entanto, pode-se observar que o uso de capim está a reduzir gradualmente, dando lugar ao das chapas de zinco. De acordo com os dados do IOF 2008/9, as casas cobertas de capim representavam 69,8%; e os resultados do IOF 2014/15 mostram que esta percentagem reduziu para 60,2%. As casas cobertas de chapas de zinco, que em 2008/9 representavam 26,2%, passaram para 35,0% em 2014/15.

GRÁFICO 5.5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO MATERIAL DE COBERTURA DAS SUAS CASAS. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



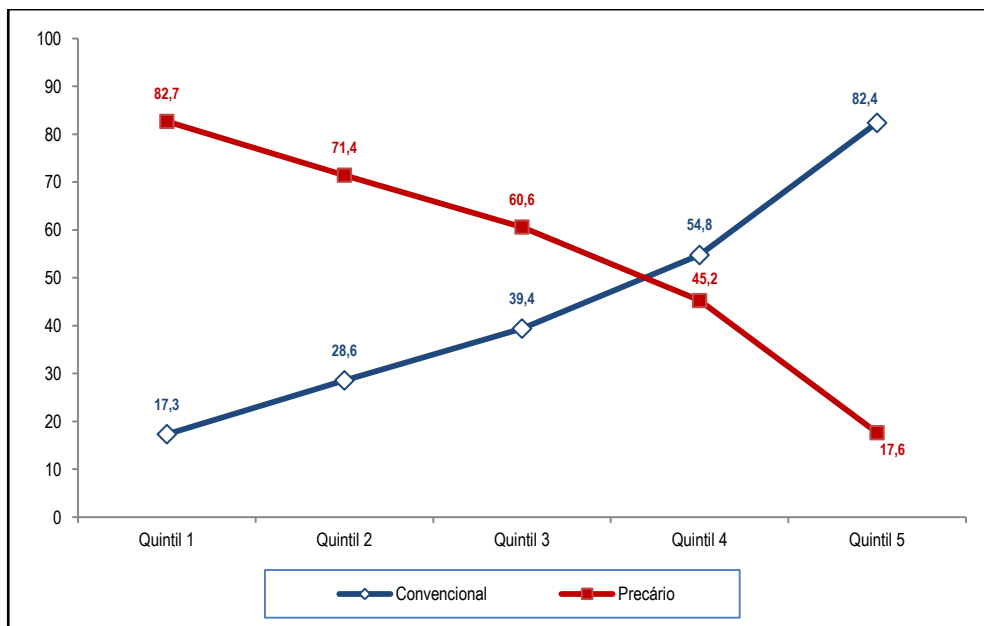
Os dados apresentados no Quadro 5.2 mostram que a maioria de agregados familiares, à excepção dos que vivem nas Províncias de Maputo Província, Maputo Cidade, Gaza e Inhambane, habitam em casas cobertas de capim. No entanto, em todas as províncias, nota-se ligeiro aumento de casas cobertas de chapas de zinco.

QUADRO 5.2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO MATERIAL DE COBERTURA DAS CASAS SEGUNDO PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

Províncias	Material de cobertura							N
	Laje de betão	Telha	Lusalite	Zinco	Capim	Outro	Total	
2014/15								
Total	1,4	0,3	2,7	35,0	60,2	0,5	100,0	5 055 630
Niassa	0,1	0,0	0,5	11,4	88,0	0,0	100,0	311 468
Cabo Delgado	0,1	0,0	1,4	21,4	76,8	0,3	100,0	386 346
Nampula	0,2	0,3	1,3	18,9	78,7	0,6	100,0	1 016 455
Zambézia	0,3	0,1	0,5	20,3	78,6	0,2	100,0	1 006 241
Tete	0,2	0,0	1,9	27,7	69,7	0,5	100,0	494 825
Manica	0,0	0,0	7,3	36,6	55,9	0,2	100,0	328 131
Sofala	3,1	0,1	9,6	37,2	48,8	1,1	100,0	339 013
Inhambane	0,6	0,0	1,8	56,6	39,5	1,5	100,0	316 044
Gaza	1,2	1,5	3,3	74,4	19,5	0,0	100,0	271 125
Maputo Província	3,6	0,8	4,5	87,8	2,9	0,4	100,0	348 948
Maputo Cidade	15,2	1,0	5,9	77,3	0,5	0,2	100,0	237 034
2008/9								
Total	1,5	0,3	1,9	26,2	69,8	0,3	100,0	4 611 545
Niassa	0,0	0,2	1,2	6,7	91,8	0,1	100,0	278 879
Cabo Delgado	0,1	0,1	0,3	10,7	88,3	0,5	100,0	406 325
Nampula	1,5	0,5	1,4	8,4	87,8	0,4	100,0	925 672
Zambézia	0,2	0,1	0,6	10,7	88,3	0,1	100,0	865 838
Tete	0,0	0,1	0,8	14,5	84,1	0,5	100,0	406 226
Manica	0,0	0,0	3,2	22,3	74,1	0,4	100,0	317 941
Sofala	2,7	0,4	9,6	26,7	60,5	0,1	100,0	327 893
Inhambane	1,3	0,0	1,5	43,0	53,9	0,3	100,0	282 104
Gaza	0,5	0,7	2,1	64,5	32,1	0,1	100,0	268 558
Maputo Província	1,8	1,3	1,4	89,7	5,0	0,8	100,0	301 182
Maputo Cidade	14,5	0,2	3,0	82,1	0,1	0,1	100,0	230 927

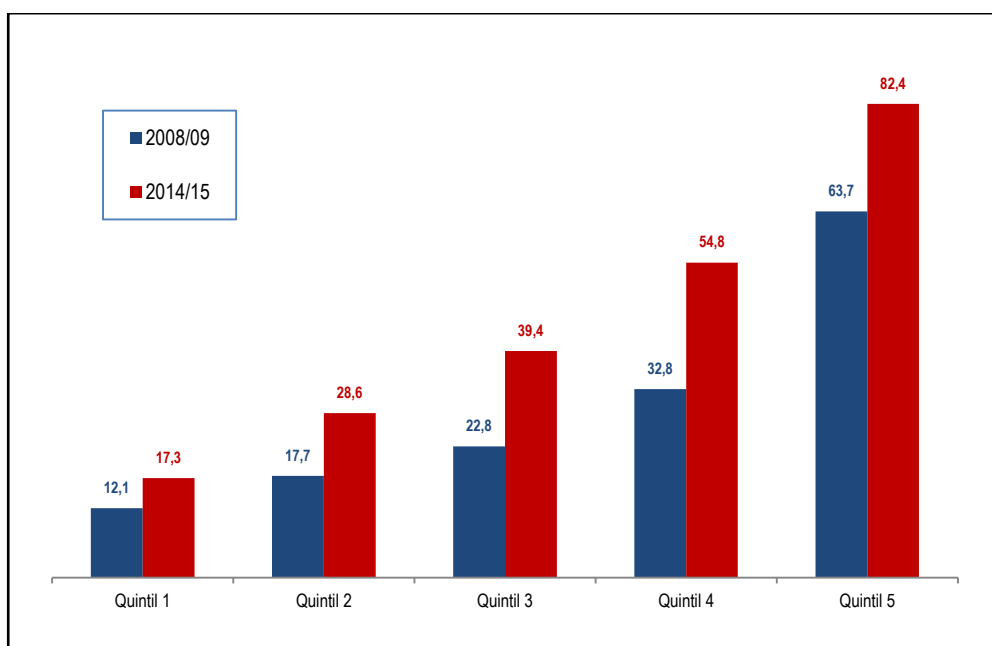
A relação entre as despesas e o material da cobertura da habitação apresenta-se no Gráfico 5.6 e observa-se que o material usado na cobertura varia de acordo com o nível das despesas. À medida que o nível de despesas aumenta, incrementa a percentagem de agregados familiares cujo material de cobertura é convencional (isto é, zinco, lusalite, telha e laje de betão) acontecendo o contrário para os agregados cujo material é considerado precário (capim e outros).

GRÁFICO 5.6 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO MATERIAL USADO NA COBERTURA DAS SUAS CASAS POR QUINTIS DE DESPESA. MOÇAMBIQUE, 2014/15



Da comparação do material convencional durante o período que separa os dois inquéritos (Gráfico 5.7) constata-se que, do 1º ao 5º Quartil, registou aumento de agregados que usam material convencional.

GRÁFICO 5.7 – EVOLUÇÃO DO USO DE MATERIAL CONVENCONAL NA COBERTURA DAS CASAS POR QUINTIS DE DESPESA. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

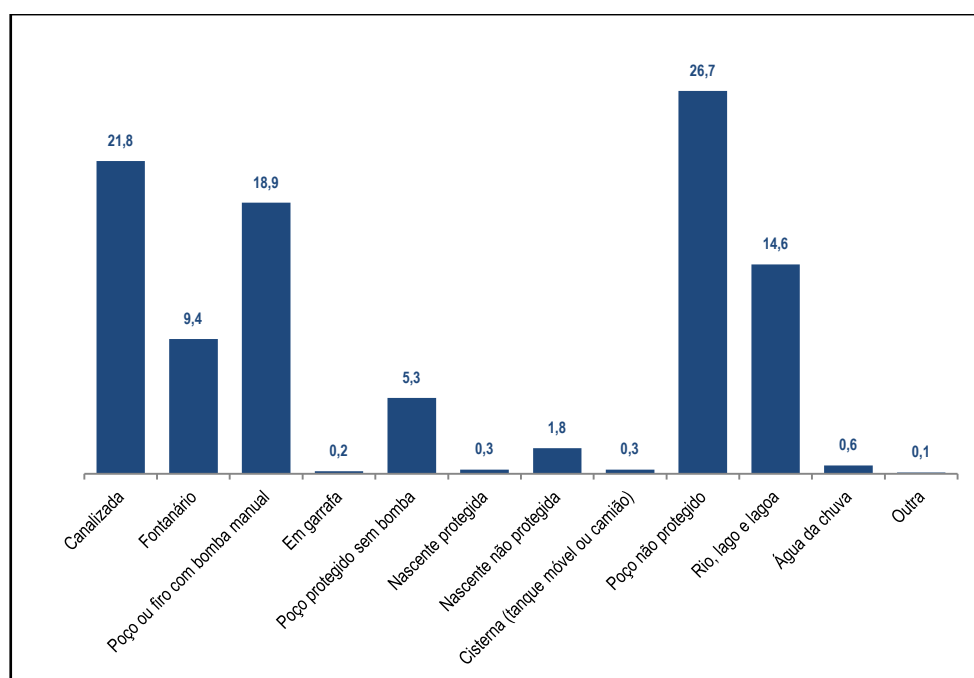


5.3 PRINCIPAL FONTE DE ÁGUA PARA BEBER

O acesso a água potável é um bom indicador das condições de saúde preventiva da população. O IOF 2014/15 e IOF 2008/9 recolheram informação sobre a principal fonte de abastecimento de água para beber que o agregado familiar usa, a qual permite acompanhar o estado de evolução do fornecimento de água potável à população.

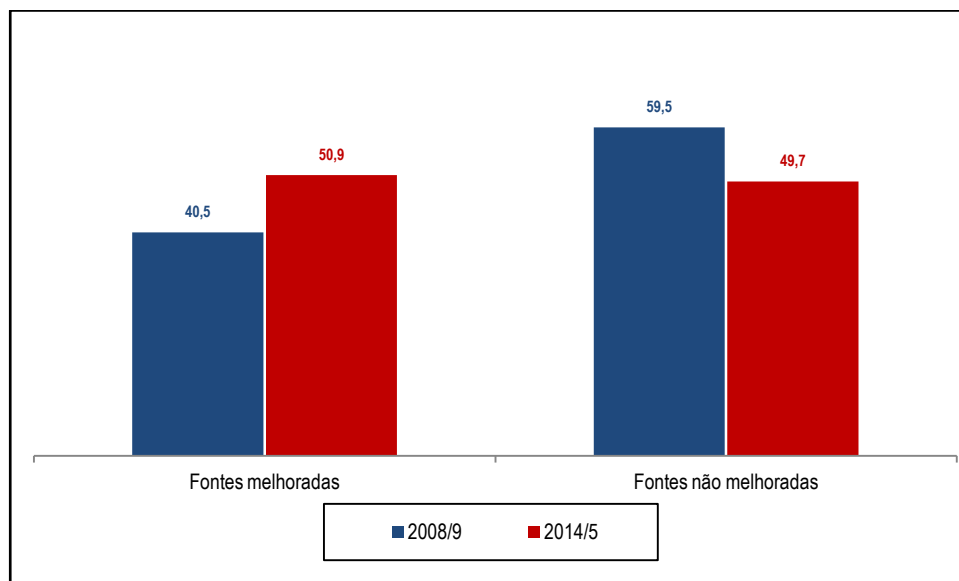
O Gráfico 5.8 apresenta os agregados familiares por fonte de água que usam para beber. Observa-se que as principais fontes de água no País são poços não protegidos (26,7%), seguidos de água canalizada (21,8%) e poços e furos com bomba manual (18,9%).

GRÁFICO 5.8 - AGREGADOS FAMILIARES POR FONTE DE ÁGUA PARA BEBER. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



De acordo com os dados contidos do Gráfico 5.9, de 2008/9 para 2014/15, houve um aumento de agregados familiares que utilizam água de fontes seguras (canalizada, fontenário, poço ou furo com bomba manual, água em garrafa, nascentes protegidas e cisternas ou tanques moveis) passando de 40,5% para 50,9%.

GRÁFICO 5.9 - AGREGADOS FAMILIARES POR FONTE DE ÁGUA PARA BEBER. MOÇAMBIQUE, 2014/15 E 2008/09



O Quadro 5.3 apresenta as principais fontes de água para beber, segundo área de residência e província. Nota-se que nas áreas urbanas destaca-se água canalizada, enquanto nas rurais, as principais fontes de água são poços não protegidos, com 34,5% do total de agregados familiares; embora esta percentagem esteja a representar uma redução, pois em 2008/9 foi de quase 47,1%.

Por província, observa-se que quatro províncias, nomeadamente, Maputo Cidade com 95,5%, seguindo a província de Maputo com 76,5%, Gaza com 32,6% e Sofala com 28,8%, a maioria dos seus agregados familiares possui água canalizada. De seguida, três províncias – Tete, Manica e Inhambane, os seus agregados familiares maioritariamente consomem água do poço ou furo com bomba manual. Para as restantes províncias, os seus agregados familiares consomem maioritariamente água de poço não protegido.

QUADRO 5.3 - AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE FONTE DE ÁGUA, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Área de residência e Província	Seguras				Não seguras								Total	N
	Canalizada	Fontanário	Poço ou furoom bomba manual	Em garrafa	Poço protegido sem bomba	Nascentes protegidas	Nascentes não protegidas	Cisterna (tanque móvel ou camião)	Poço não protegido	Rio, lago e lagoa	Água da chuva	Outro		
Total	21,8	9,4	18,9	0,2	5,3	0,3	1,8	0,3	26,7	14,6	0,6	0,1	100,0	5 055 630
Área de Residência														
Urbana	63,1	11,3	7,8	0,5	4,6	0,0	0,2	0,4	8,9	3,2	0,2	0,0	100,0	1 547 577
Rural	3,5	8,6	23,9	0,0	5,6	0,5	2,6	0,2	34,5	19,6	0,8	0,2	100,0	3 508 053
Província														
Niassa	4,7	10,5	23,8	0,0	6,8	0,4	3,9	0,1	32,7	16,8	0,2	0,0	100,0	311 468
Cabo Del.	9,0	6,3	29,3	0,0	4,1	0,0	3,5	0,1	33,3	13,1	1,5	0,0	100,0	386 346
Namp.	14,0	13,5	10,6	0,0	5,6	0,0	0,2	0,4	30,9	24,4	0,2	0,1	100,0	1 016 455
Zamb.	7,7	7,5	15,4	0,0	4,6	0,2	1,6	0,0	43,3	19,5	0,1	0,0	100,0	1 006 241
Tete	9,6	5,0	35,1	0,0	4,1	2,3	3,7	0,2	23,5	16,6	0,0	0,0	100,0	494 825
Manica	16,4	4,2	31,9	0,0	5,0	0,0	7,1	0,0	22,7	12,6	0,0	0,0	100,0	328 131
Sofala	28,8	22,5	15,9	0,0	8,4	0,0	0,0	0,0	16,5	7,9	0,0	0,0	100,0	339 013
Inhamb.	15,7	11,0	26,8	0,0	10,2	0,0	1,9	1,6	25,2	3,2	4,3	0,0	100,0	316 044
Gaza	32,6	15,3	25,8	0,2	5,0	0,0	0,0	0,2	13,2	3,5	2,3	1,9	100,0	271 125
Map. Prov.	76,5	4,2	5,7	0,6	4,0	0,4	0,5	0,4	1,4	5,6	0,7	0,0	100,0	348 948
Map. Cid.	95,5	0,8	1,0	2,2	0,3	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	100,0	237 034

Do Quadro 5.4 constata-se que, de 2008/9 à 2014/15, houve um aumento de 10,0 pontos percentuais de fontes seguras.

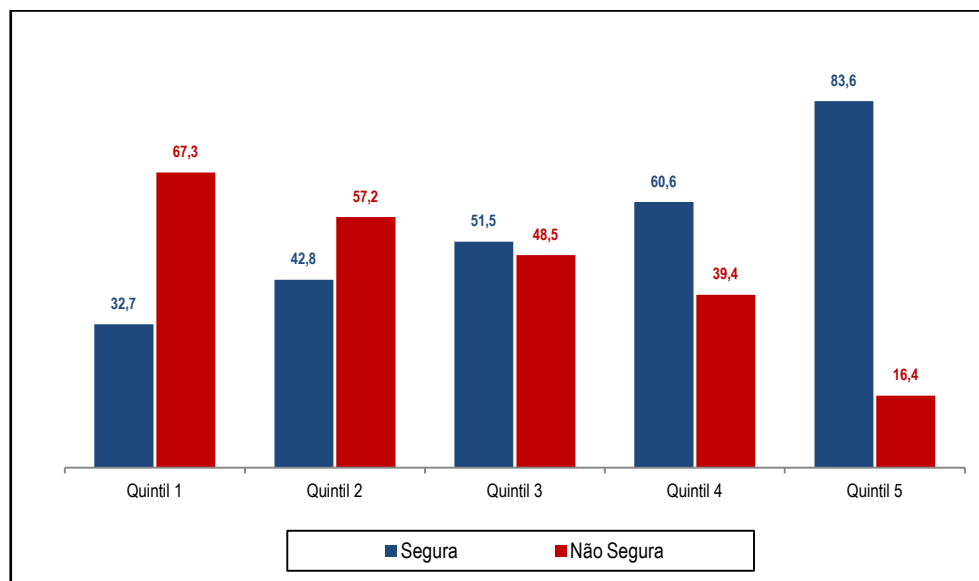
Com a excepção da Província de Niassa, todas as províncias demonstram um incremento de fontes seguras. O maior incremento, com 27,4 pontos percentuais, foi observado em Maputo Província seguido de Inhambane com 24,2 pontos percentuais. A Província de Sofala lidera o incremento na Região Centro com 17,1 pontos percentuais; ainda em Sofala, os dados mostram que 67,2% da população consome água de fontes seguras.

QUADRO 5.4 - AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE FONTE DE ÁGUA SEGURA, SEGUNDO ÁREAS DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Área de Residência e Província	Fontes seguras		Fontes não seguras	
	2014/5	2008/9	2014/15	2008/9
Total	50,3	40,5	49,7	59,6
Área de Residência				
Urbana	82,5	64,7	17,5	35,4
Rural	36,1	30,5	63,9	69,5
Província				
Niassa	39,1	41,7	60,9	58,2
Cabo Delgado	44,5	34,2	55,5	65,8
Nampula	38,1	35,7	61,9	64,3
Zambézia	30,6	20,1	69,4	79,9
Tete	49,7	48,8	50,3	51,1
Manica	52,5	36,8	47,5	63,3
Sofala	67,2	50,1	32,8	49,9
Inhambane	53,5	29,3	46,5	70,7
Gaza	73,9	52,0	26,1	48,0
Maputo Província	87,1	59,7	12,9	40,3
Maputo Cidade	99,5	96,3	0,5	3,7

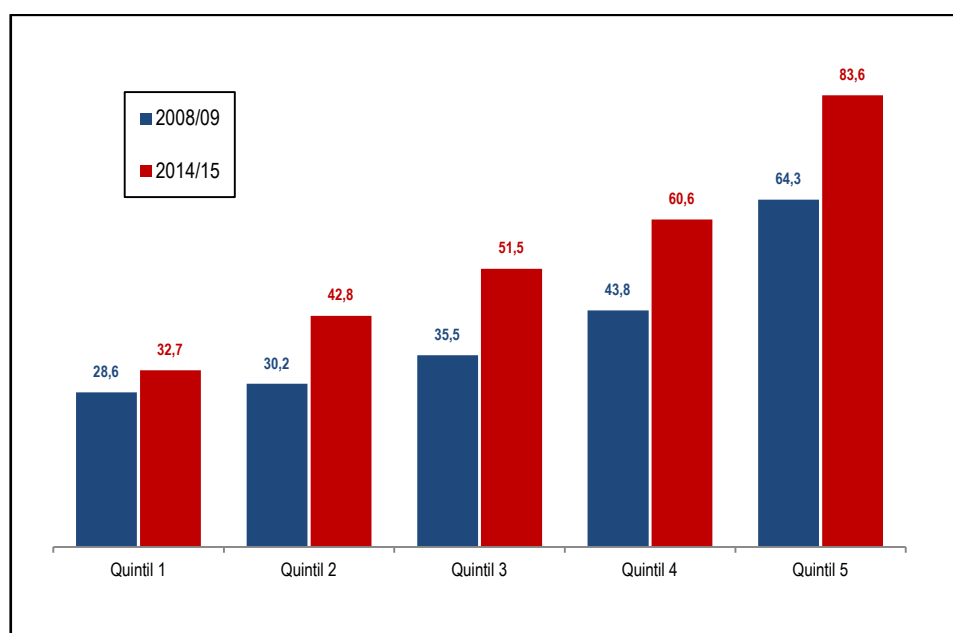
De acordo com os dados do Gráfico 5.10, que estabelece a relação entre as despesas e fonte de água para beber segura, observa-se que do 1º quintil ao quintil mais elevado, agregados se beneficiam de fontes seguras aumenta ate 32,7% do quintil mais baixo, para 83,6% no quintil mais elevado.

GRÁFICO 5.10 - AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE FONTE DE ÁGUA SEGUNDO QUINTÍIS DE DESPESA. MOÇAMBIQUE, 2014/15



Os dados do Gráfico 5.11 mostram que quase em todos quintis houve aumento de agregados familiares que utilizam água de fontes seguras entre 2008/9 e 2014/15. No 5º quintil o aumento foi de 19,3 pontos percentuais.

GRÁFICO 5.11 - AGREGADOS FAMILIARES QUE USAM ÁGUA DE FONTES SEGURAS SEGUNDO QUINTÍIS DE DESPESA. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

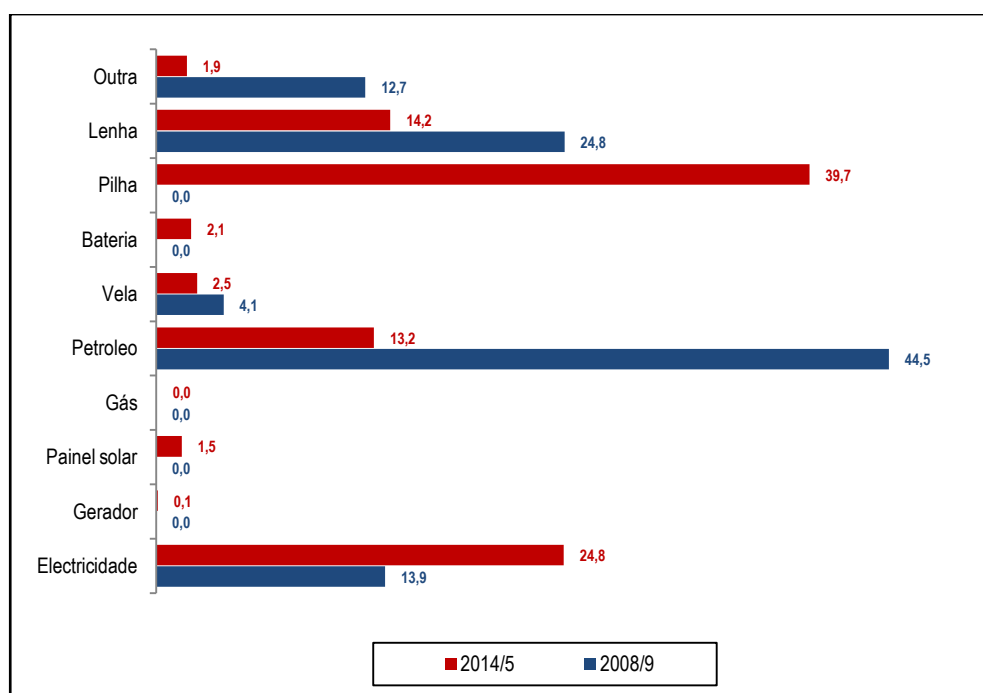


5.4 FONTE DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO

O Gráfico 5.12 a distribuição dos agregados familiares por principal fonte de energia para iluminação. A nível nacional, a pilha é a principal fonte de iluminação (39,7%), seguida de electricidade (24,8%) e lenha (14,2%).

De salientar que durante o período que separa os dois inquéritos, registou-se aumento de electricidade como fonte de iluminação e redução de petróleo e lenha.

GRÁFICO 5.12 - PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO.
MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



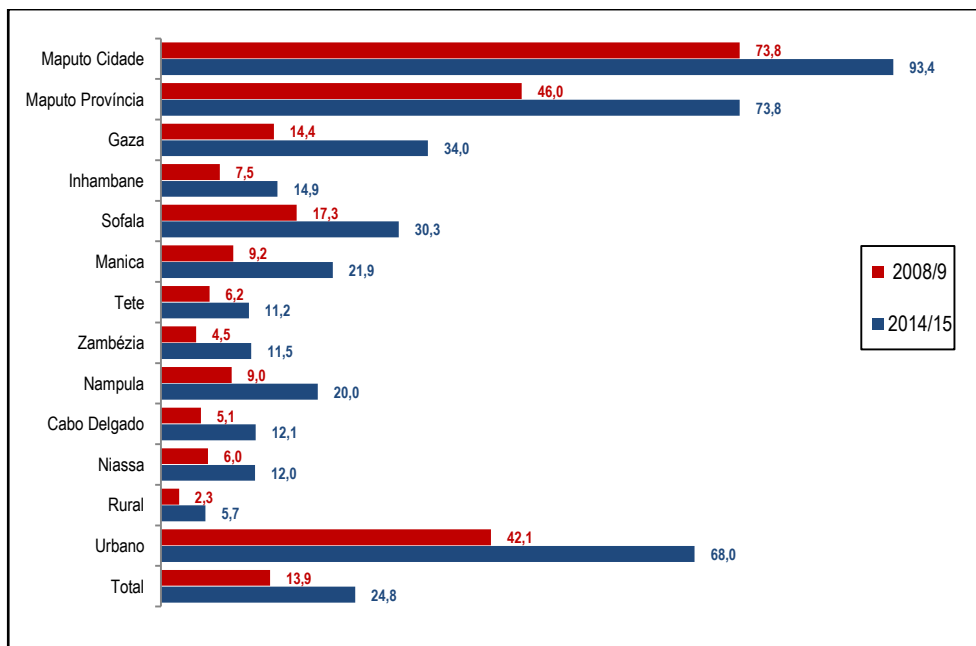
Por área de residência, como mostra o Quadro 5.5, a principal fonte de iluminação na área rural continua a ser a pilha e lenha, enquanto na urbana, a principal fonte de iluminação, passa a ser energia eléctrica e pilha. Na área urbana, aproximadamente 70,0% de agregados familiares tem a energia eléctrica como a principal fonte de iluminação.

QUADRO 5.5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE ENERGIA UTILIZADA PARA ILUMINAÇÃO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Área de Residência e Província	Fonte de energia para iluminação									Total	Nº
	Eléctrica	Gerador	Painel Solar	Petróleo e Gás	Vela	Bateria	Pilha	Lenha	Outro		
Total	24,8	0,1	1,5	13,2	2,5	2,1	39,7	14,2	1,9	100,0	5 055 630
Área de Residência											
Urbana	68,0	0,1	0,3	11,6	4,3	1,3	11,9	2,1	0,3	100,0	1 547 577
Rural	5,7	0,1	2,1	13,9	1,7	2,5	51,9	19,5	2,5	100,0	3 508 053
Província											
Niassa	12,0	0,0	1,0	2,3	3,7	2,7	54,7	20,8	2,6	100,0	311 468
Cabo Delgado	12,1	0,2	2,6	3,6	0,9	1,4	67,4	11,7	0,2	100,0	386 346
Nampula	20,0	0,1	1,7	18,6	0,3	1,6	37,2	19,3	1,1	100,0	1 016 455
Zambézia	11,5	0,1	1,4	5,6	1,9	2,6	51,4	20,2	5,2	100,0	1 006 241
Tete	11,2	0,0	1,1	2,8	1,8	2,6	63,9	16,0	0,6	100,0	494 825
Manica	21,9	0,0	2,4	5,2	3,3	2,9	46,7	16,6	1,0	100,0	328 131
Sofala	30,3	0,4	0,8	16,0	1,9	1,5	34,6	14,4	0,2	100,0	339 013
Inhambane	14,9	0,0	3,3	41,5	4,1	6,2	20,5	6,2	3,4	100,0	316 044
Gaza	34,0	0,0	1,7	46,3	7,5	1,0	6,3	2,0	1,1	100,0	271 125
Maputo Prov.	73,8	0,1	0,8	15,8	5,6	0,3	3,0	0,3	0,2	100,0	348 948
Maputo Cid.	93,4	0,1	0,0	2,9	3,4	0,1	0,2	0,0	0,0	100,0	237 034

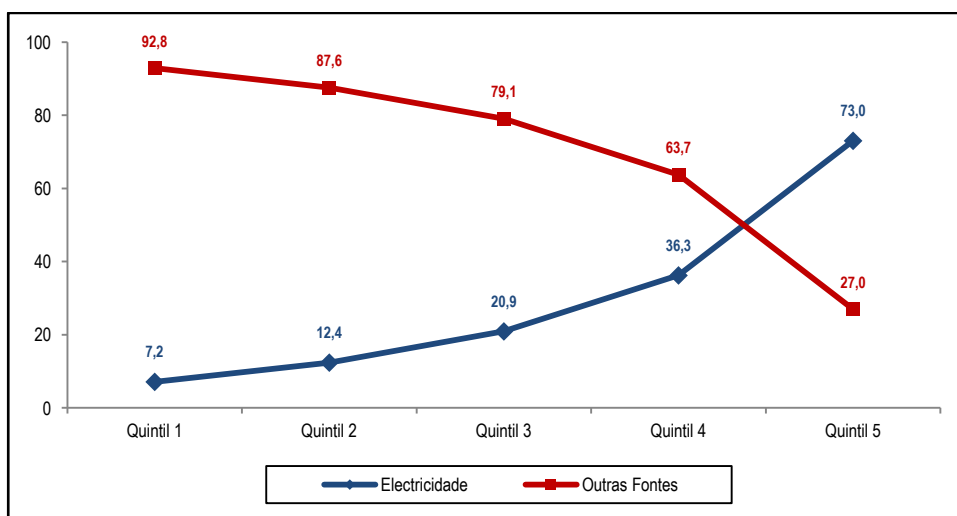
No período compreendido entre 2008/9 e 2014/15 registou-se aumento de agregados familiares que utilizam energia eléctrica para iluminação, passando cerca de 14,0% para quase 25,0% (Gráfico 5.13).

GRÁFICO 5.13 - PERECENTAGEM DE AGREGADOS FAMILIAIRES QUE UTILIZAM ENERGIA ELECTRICA PARA ILUMINAÇÃO. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



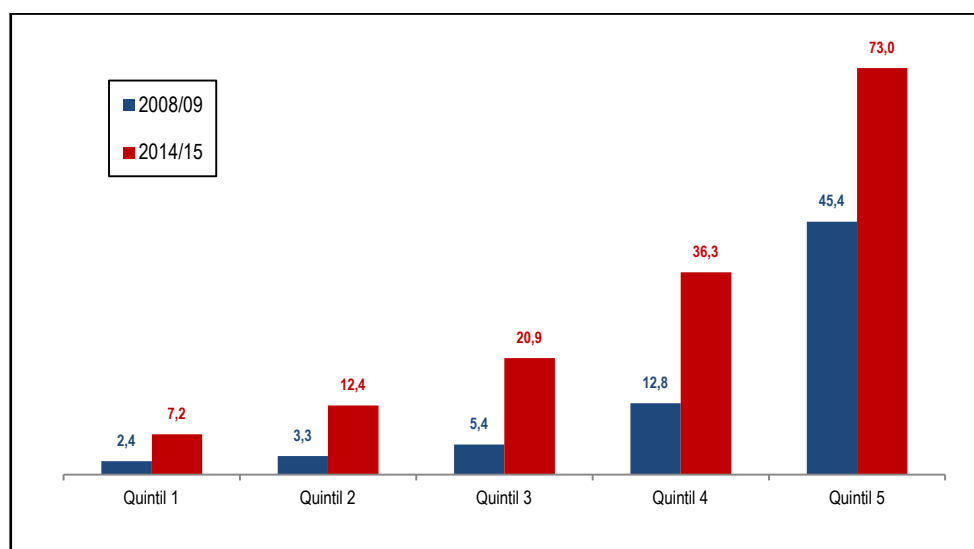
Para analisar a variação de fontes de energia de iluminação, utilizando quintís de despesas, foi considerada a electricidade e outras fontes em referência às demais agrupadas (vide o Quadro 5.5). Os resultados mostram que, o uso de energia eléctrica para iluminação, apresenta grande variação. Assim, no primeiro quintil apenas 7,2% de agregados familiares utilizam energia eléctrica, enquanto que no último quintil, a percentagem de 73,0%, respectivamente (Gráfico 5.14).

GRÁFICO 5.14 - AGREGADOS FAMILIAIRES POR USO DE ELECTRICIDADE E OUTRAS FONTES PARA ILUMINAÇÃO SEGUNDO QUINTÍS DE DESPESA. MOÇAMBIQUE, 2014/15



Do Gráfico 5.15 se pode observar que entre 2008/0 e 2014/15, houve aumento de agregados familiares que usam a electricidade para a iluminação em todos quintis. Entretanto, os maiores aumentos se registaram no 4º e 5º quintis em 23,5 e 27,6 pontos percentuais

GRÁFICO 5.15 - AGREGADOS FAMILIARES POR USO DE ELECTRICIDADE PARA ILUMINAÇÃO SEGUNDO QUINTÍIS DE DESPESA.MOÇAMBIQUE. 2008/09 A 2014/15



5.5 SANEAMENTO

Embora o conceito de “saneamento” seja bastante amplo, tanto no IOF 2014/15, como no IOF 2008/9, este conceito é usado para indicar o tipo de casas de banho que o agregado possui. Os dados do Quadro 5.6, mostram que 37,5% dos agregados familiares declarou não ter nenhuma casa de banho ou usar o mato para satisfazer as suas necessidades, embora essa percentagem represente uma diminuição, uma vez que em 2008/9, esta foi de 49,3%.

Regista-se diferenças entre as áreas de residência. Na área rural a percentagem de agregados familiares sem casa de banho ou que usam mato é de 48,5% contra 12,7% na urbana e esta tendência representa continuidade daquilo que se registou há cinco anos atrás. No segundo lugar estão os agregados familiares que usam latrinas não melhoradas, com 35,5% em quase todos os domínios de análise representados neste quadro.

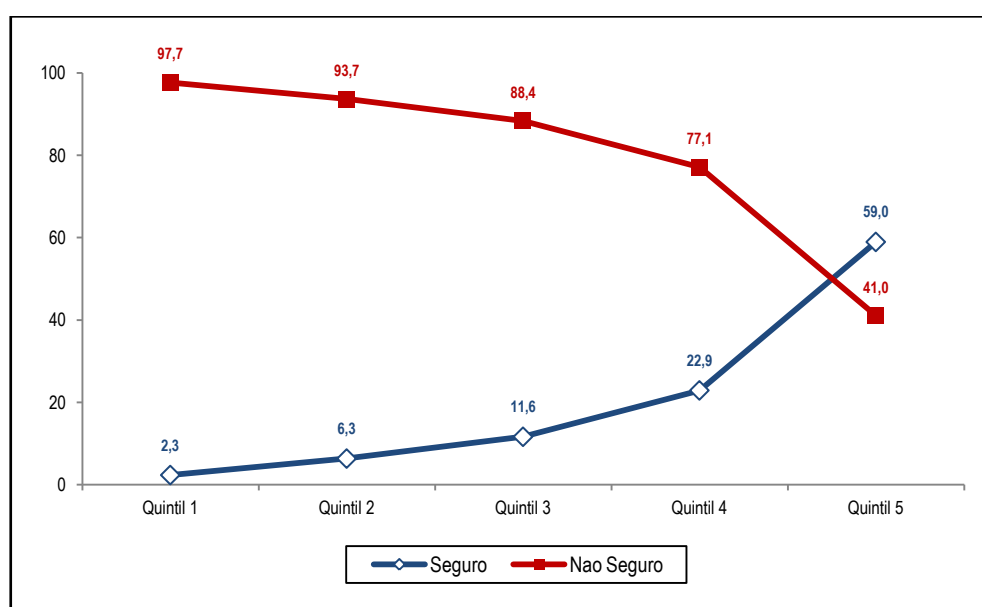
QUADRO 5.6 - AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE SANEAMENTO, SEGUNDO ÁREAS DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

Área de residência e Província	Tipo de saneamento				Total	N
	Retrete ligada a fossa séptica	Latrina Melhorada	Latrina não Melhorada	Não tem latrina		
2014/15						
Total	6,3	20,6	35,5	37,5	100,0	5 055 630
Área de residência						
Urbana	18,8	39,0	29,5	12,7	100,0	1 547 577
Rural	0,7	12,5	38,2	48,5	100,0	3 508 053
Província						
Niassa	0,6	16,7	68,4	14,3	100,0	311 468
Cabo Delgado	1,0	14,1	64,6	20,2	100,0	386 346
Nampula	1,1	19,3	33,6	46,0	100,0	1 016 455
Zambézia	1,3	11,7	21,8	65,2	100,0	1 006 241
Tete	1,6	21,4	32,9	44,1	100,0	494 825
Manica	4,0	16,9	33,3	45,9	100,0	328 131
Sofala	7,0	23,9	28,5	40,7	100,0	339 013
Inhambane	3,5	20,3	53,1	23,2	100,0	316 044
Gaza	5,4	29,3	49,6	15,7	100,0	271 125
Maputo Província	27,1	43,0	21,7	8,1	100,0	348 948
Maputo Cidade	51,8	36,7	11,2	0,3	100,0	237 034
2008/9						
Total	4,1	11,9	34,8	49,3	100,0	4 611 545
Área de residência						
Urbana	13,2	28,4	36	22,4	100,0	1 341 231
Rural	0,3	5,2	34,3	60,1	100,0	3 270 314
Província						
Niassa	1,0	16,1	58,9	24,1	100,0	278 879
Cabo Delgado	0,5	3,9	60,4	35,2	100,0	406 325
Nampula	1,3	4,9	33,4	60,3	100,0	925 672
Zambézia	1,0	4,5	17,4	77,0	100,0	865 838
Tete	0,4	5,4	33,3	60,9	100,0	406 226
Manica	2,0	6,4	41,2	50,4	100,0	317 941
Sofala	5,8	18,3	13,4	62,5	100,0	327 893
Inhambane	1,0	18,1	45,3	35,6	100,0	282 104
Gaza	1,4	12,9	59,0	26,7	100,0	268 558
Maputo Província	19,3	34,7	30,7	15,3	100,0	301 182
Maputo Cidade	30,2	48,8	20,1	0,9	100,0	230 927

Constata-se, em relação ao uso de retretes ligadas a fossas sépticas, excepto Maputo Província, com 27,1% e Maputo Cidade com 51,8% dos agregados familiares, todas as restantes províncias apresentam menos de 10,0% de agregados familiares que utilizam retrete ligada a fossa séptica.

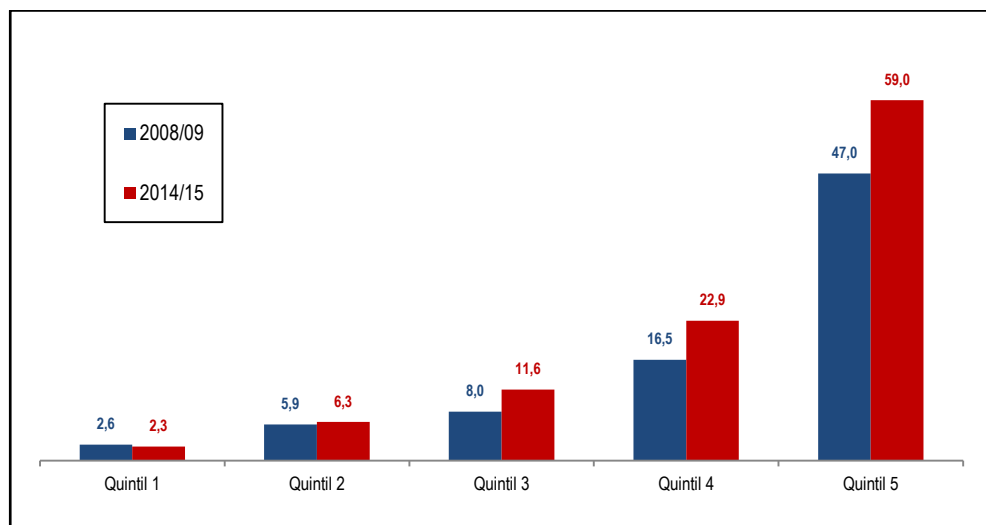
Depois de agrupar o tipo de saneamento em seguro (retrete com fossa séptica e latrina melhorada) e em não seguro (não tem latrina, latrina não melhorada) e fazendo cruzamento com o nível de quintís de despesas, os resultados apresentados no Gráfico 5.16, assinalam que os agregados que utilizam saneamento não seguro as suas percentagens variam de 97,0% no 1º quintil, aos 41,0% no 5º quintil. Ao contrário, a variação de agregados que utilizam saneamento seguro é de 2,3% no primeiro quintil a 59,0% do 5º quintil.

GRÁFICO 5.16 - TIPO DE SANEAMENTO POR QUINTÍS DE DESPESA
MOÇAMBIQUE, 2014/15



Os dados do Gráfico 5.7 revelam que, se registou aumento de agregados familiares que utilizam saneamento seguro em todos quintis, sendo o maior aumento registado no quinto quintil com 12,0 pontos percentuais.

GRÁFICO 5.7 - EVOLUÇÃO DO SANEAMENTO SEGURO POR QUINTÍIS DE DESPESA. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



5.6 DISTÂNCIA PARA CHEGAR AOS SERVIÇOS BÁSICOS

O acesso aos serviços é definido pelo tempo que as pessoas levam para chegar aos serviços básicos. Tanto no IOF 2008/9, quanto no IOF 2014/15, perguntou-se aos inquiridos o tempo em minutos necessário para chegar ao local mais próximo que tenha os serviços descritos no Quadro 5.8. Neste quadro, apresenta-se a informação para o caso das pessoas que procuram estes serviços andando a pé.

QUADRO 5.8 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR TEMPO (EM MINUTOS) QUE SE LEVA A PÉ PARA CHEGAR A ALGUNS SERVICOS BASICOS, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

Área de Residência e Província	Fonte de água				Mercado alimentar/Loja				Transporte público			
	Até 30 minutos	De 31 a 59 minutos	Mais de 60 minutos	Total	Até 30 minutos	De 31 a 59 minutos	Mais de 60 minutos	Total	Até 30 minutos	De 31 a 59 minutos	Mais de 60 minutos	Total
2014/15												
Total	91,3	4,3	4,4	100,0	56,0	8,6	35,5	100,0	55,3	7,4	37,3	100,0
Área de residência												
Urbana	97,8	1,3	0,9	100,0	81,8	7,6	10,6	100,0	80,0	9,8	10,2	100,0
Rural	88,4	5,7	5,9	100,0	44,6	9,0	46,4	100,0	44,4	6,4	49,3	100,0
Província												
Niassa	89,6	5,7	4,7	100,0	55,0	10,2	34,8	100,0	61,7	7,1	31,2	100,0
C. Delgado	89,5	4,3	6,2	100,0	80,7	5,0	14,3	100,0	70,2	6,5	23,3	100,0
Nampula	85,3	7,9	6,8	100,0	43,5	9,9	46,7	100,0	41,8	7,4	50,7	100,0
Zambézia	92,5	4,3	3,2	100,0	42,0	11,4	46,6	100,0	34,6	8,5	56,9	100,0
Tete	96,7	2,6	0,7	100,0	37,3	5,7	57,0	100,0	44,8	3,7	51,4	100,0
Manica	94,3	2,7	3,0	100,0	64,8	11,7	23,5	100,0	60,1	9,8	30,1	100,0
Sofala	86,7	3,3	10,1	100,0	66,8	7,4	25,8	100,0	51,3	9,9	38,8	100,0
Inhambane	87,3	4,9	7,8	100,0	46,5	9,8	43,8	100,0	66,7	11,4	22,0	100,0
Gaza	95,2	4,0	0,8	100,0	74,1	5,3	20,6	100,0	84,5	6,2	9,3	100,0
Maputo Prov.	97,6	0,9	1,6	100,0	81,9	6,8	11,3	100,0	83,8	7,6	8,5	100,0
Maputo Cid.	100,0	0,0	0,0	100,0	95,1	2,8	2,1	100,0	97,9	1,0	1,1	100,0
2008/9												
Total	87,8	8,4	3,9	100,0	66,2	18,4	15,4	100,0	66,4	17,1	16,5	100,0
Área de residência												
Urbana	93,3	4,9	1,8	100,0	74,6	18	7,4	100,0	73,8	18,6	7,6	100,0
Rural	85,9	9,5	4,6	100,0	61,4	18,6	20,0	100,0	61,3	16	22,7	100,0
Província												
Niassa	95,4	4,3	0,3	100,0	74,7	18,3	7,0	100,0	68	26	6	100,0
C. Delgado	73,1	19,6	7,3	100,0	80,5	15,7	3,9	100,0	53,9	30,2	15,9	100,0
Nampula	86,4	7,4	6,2	100,0	66,1	16,8	17,1	100,0	49,6	21,2	29,2	100,0
Zambézia	88,2	9,8	2	100,0	41,7	27	31,3	100,0	22,5	31,7	45,8	100,0
Tete	88,1	8,1	3,9	100,0	48	16,4	35,5	100,0	28,2	33,4	38,4	100,0
Manica	85,6	7,9	6,5	100,0	64,2	24	11,8	100,0	34,3	25,5	40,3	100,0
Sofala	95,3	3	1,7	100,0	79,6	12,4	7,9	100,0	59,2	19,6	21,2	100,0
Inhambane	90,1	6,5	3,4	100,0	59,2	27,4	13,4	100,0	33,1	34,8	32,1	100,0
Gaza	85,1	9,8	5,1	100,0	66,3	17,3	16,4	100,0	32,3	29,1	38,7	100,0
Maputo Prov.	89,6	9,3	1,1	100,0	76,9	16,5	6,6	100,0	56,3	32	11,7	100,0
Maputo Cid.	98,6	1,2	0,1	100,0	93,3	6,6	0,1	100,0	63,6	31,8	4,6	100,0

Os dados mostram que a fonte de água, tende a estar mais próxima dos agregados familiares, se compararmos com as distâncias que se percorre até ao mercado alimentar e a paragem de transporte público mais próximo. A percentagem de agregados que estão a menos de 30 minutos da fonte de água é de 91,3% contra 56,0% e 55,3% para o mercado alimentar e transporte público, respectivamente.

Se compararmos com o ano 2008/9, o número de agregados que estão a menos de 30 minutos da fonte de água aumentou, passando de 87,8% em 2008/9 para 91,3% em 2014/15. Pelo contrário, há que assinalar que, quanto as distâncias percorridas até ao mercado e a paragem de transporte público, houve uma redução de 66,2 para 56,0% e de 66,4 para 55,3%, respectivamente.

Registam-se diferenças assinaláveis nas distâncias para o mercado alimentar e transporte público entre as áreas urbanas e rurais. Nas áreas rurais, aproximadamente a metade de agregados familiares gasta mais de uma hora para chegar a pé até o mercado alimentar e estação de transporte público mais próximo.

No que diz respeito as províncias, com relação às distâncias que os agregados levam ao mercado e estação de transporte público, consta que, na província de Tete, mais de metade dos agregados leva acima de uma hora para chegar a estes locais. Especificamente para o alcance do transporte público, tal como Tete, na Zambézia e Nampula os agregados percorrem mais de uma hora.

Com exceção das províncias de Nampula, Zambézia, Tete e Inhambane, mais de 50,0% de agregados familiares percorre uma distância inferior ou igual a 30 minutos para chegar ao mercado alimentar mais próximo.

6. EDUCAÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL

6.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo, versa sobre indicadores da educação e sua relação com o nível de despesas, nomeadamente, o analfabetismo, o nível educacional mais elevado frequentado e a situação da frequência escolar da população de 5 a 24 anos de idade.

Dada a vastidão do conceito de educação, o presente capítulo trata apenas da educação formal, ou seja, aquela que está inteiramente ligada à escolarização. Isto é, se refere educação institucionalizada e está estruturado de forma hierárquica. Para caso de Moçambique, compreende o Ensino Primário (EP1 e EP2 ou equivalente), o Ensino Secundário Geral (EGS1 e EGS2, ou equivalentes) e o Ensino Superior (ou equivalente).

6.2 TAXA DE ANALFABETISMO

Considera-se analfabeto, todo o indivíduo que não possui habilidade de leitura e de escrita em qualquer língua. A taxa de analfabetismo apresentada neste relatório, representa a percentagem da população de 15 anos e mais que no inquérito se declarou que não sabia ler nem escrever.

Os resultados apresentados no Quadro 6.1, mostra que a percentagem de pessoas que não sabem ler e nem escrever tem vindo a diminuir. Assim, a percentagem passou de 49,9% em 2008/9 para 44,9% em 2014/15. Esta redução regista-se para ambos os sexos e em todos os grupos de idade, excepto o grupo de 15 a 19 anos.

QUADRO 6.1 - TAXA DE ANALFABETISMO POR SEXO SEGUNDO IDADE. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

Idade	IOF 2008/9			IOF 2014/15		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	49,9	33,2	63,9	44,9	30,1	57,8
15 - 19	29,2	20,4	37,5	29,3	23,2	35,6
20 - 29	44,1	27,0	56,6	35,8	22,2	46,6
30 - 39	54,5	37,6	68,5	50,2	34,1	63,4
40 - 49	54,1	33,3	73,0	51,5	32,3	68,8
50 - 59	66,0	41,8	87,6	56,6	35,9	75,0
60+	77,1	59,7	92,4	70,8	49,9	89,0

Os dados mostram diferenças significativas de taxa de analfabetismo entre homens e mulheres, pois, em 2014/15, as mulheres apresentam uma taxa de 57.8%, contra 30% de homens; e esta tendência de taxas de mulheres serem mais elevadas que dos homens se registou também em 2008/9.

No Quadro 6.2 apresentam-se as taxas de analfabetismo por sexo segundo área de residência e províncias do qual se pode constatar que tanto em 2008/9 quanto em 2014/15, a percentagem de pessoas que não sabem ler nem escrever é mais elevada na área rural do que na urbana.

As taxas de analfabetismo por províncias, indicam que a Província de Cabo Delgado é a que apresenta as taxas mais elevadas, enquanto Maputo Cidade ostenta as mais baixas. Em todas as províncias registou-se uma redução das taxas de analfabetismo de 2008/9 para 2014/15, excepto a Província de Tete que tende a aumentar.

QUADRO 6.2 - TAXA DE ANALFABETISMO POR SEXO SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

Área de residência e províncias	IOF 2008/9			IOF 2014/15		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	49,9	33,2	63,9	44,9	30,1	57,8
Área de residência						
Urbana	26,8	15,7	36,6	23,1	14,0	31,4
Rural	61,2	42,1	76,9	56,6	39,1	71,6
Províncias						
Niassa	60,8	42,9	77,2	58,0	42,6	72,4
Cabo Delgado	70,3	55,0	83,2	60,7	46,7	73,7
Nampula	58,8	41,4	76,1	56,0	40,5	71,2
Zambézia	58,4	36,1	77,7	53,9	34,3	71,9
Tete	50,3	32,7	67,1	55,2	39,7	69,1
Manica	44,9	26,6	59,7	34,3	14,0	51,2
Sofala	45,9	25,4	63,1	43,6	25,4	59,2
Inhambane	41,4	24,1	51,6	32,0	18,8	41,5
Gaza	46,3	30,0	55,2	32,4	19,3	40,7
Maputo província	26,0	16,5	33,6	19,3	10,5	26,6
Maputo Cidade	10,9	5,4	15,5	9,5	4,7	13,7

6.3 NÍVEL DE ENSINO FREQUENTADO

No Quadro 6.3 mostra-se a distribuição percentual da população por nível de ensino mais elevado frequentado segundo idade. Observa-se que a maior parte da população frequentou o nível primário do primeiro grau (EP1), 40,9%, seguido pelos níveis primário do segundo grau (EP2) e o secundário do primeiro ciclo (ESG1), com 12,3% e 10,2%, respectivamente.

QUADRO 6.3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 5 ANOS E MAIS POR NÍVEL DE ENSINO FREQUENTADO, SEGUNDO IDADE. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Idades	Nível mais alto frequentado									N
	Alfabeti- zação	EP1	EP2	ESG 1	ESG 2	Superior	Nenhum	Sem informação	Total	
Total	0,9	40,9	12,3	10,2	4,4	1,2	29,8	0,1	100,0	20 767 648
5 - 9	0,4	55,6	0,1	0,0	0,0	0,0	43,9	0,0	100,0	4 335 105
10 - 14	0,2	60,6	18,9	6,5	0,0	0,0	13,8	0,0	100,0	3 533 067
15 - 19	0,2	27,6	21,6	30,1	7,1	0,5	12,9	0,0	100,0	2 565 801
20 - 24	0,3	25,2	18,3	22,6	14,7	2,5	16,4	0,1	100,0	1 857 405
25 - 29	0,8	28,0	15,5	15,2	11,9	2,6	25,8	0,1	100,0	1 588 718
30 - 34	1,4	33,3	13,4	9,5	7,4	3,4	31,4	0,2	100,0	1 389 081
35 - 39	1,7	33,8	13,5	8,5	4,8	2,6	34,6	0,5	100,0	1 252 725
40 - 44	1,7	33,8	14,7	7,6	3,4	2,0	36,4	0,3	100,0	1 034 626
45 - 49	2,5	35,2	12,3	6,7	3,8	2,4	36,7	0,5	100,0	793 323
50 - 54	2,3	37,8	9,3	5,9	2,9	1,7	39,8	0,3	100,0	719 481
55 - 59	2,8	37,1	6,8	4,1	1,9	1,2	45,6	0,6	100,0	492 087
60 - 64	3,1	35,4	5,6	2,8	1,6	1,0	50,2	0,4	100,0	408 375
65+	2,9	26,8	3,0	1,8	0,8	0,3	64,0	0,4	100,0	797 853

Os dados apresentados no Quadro 6.4 indicam menor percentagem da população feminina que frequentou algum nível comparativamente aos homens, principalmente à medida que se atingem os níveis educacionais mais elevados. No que diz respeito a área de residência, o quadro mostra que na área urbana, regista-se significativas percentagens da população que frequenta níveis educacionais mais elevados, enquanto na área rural continua dominado por EP1.

Em todas as províncias maior parte da população frequentou ensino primário (EP1 e EP2). Contudo, há que salientar, as províncias de Maputo e Maputo Cidade que mostram uma percentagem significativa da população que frequentou o nível secundário ou mais.

QUADRO 6.4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 5 ANOS E MAIS POR NÍVEL DE ENSINO FREQUENTADO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Características seleccionadas	Nível de escolaridade mais alto frequentado									N
	Alfabetização	EP1	EP2	ESG1	ESG2	Superior	Nenhum	Desconhecido	Total	
Total	0,9	40,9	12,3	10,2	4,4	1,2	29,8	0,1	100,0	20 767 648
Sexo										
Homem	0,7	43,2	14,2	12,0	5,4	1,5	22,8	0,2	100,0	9 943 762
Mulher	1,1	38,8	10,7	8,6	3,5	0,8	36,4	0,0	100,0	10 823 887
Área de residência										
Urbana	0,7	32,5	16,3	19,1	10,3	3,3	17,6	0,2	100,0	6 776 759
Rural	1,0	45,0	10,4	5,9	1,6	0,2	35,8	0,1	100,0	13 990 889
Província										
Niassa	0,4	43,6	9,2	6,6	3,7	0,6	36,0	0,1	100,0	1 283 905
Cabo Delgado	1,5	38,5	9,6	5,8	2,6	0,3	41,6	0,0	100,0	1 558 719
Nampula	1,1	38,5	10,1	6,5	3,6	0,5	39,8	0,2	100,0	3 975 412
Zambézia	0,9	46,7	9,6	7,1	3,2	0,6	31,7	0,1	100,0	3 806 164
Tete	0,9	44,0	10,2	6,1	2,7	0,6	35,2	0,2	100,0	1 972 955
Manica	0,3	42,4	14,9	12,8	4,3	1,3	24,1	0,0	100,0	1 545 306
Sofala	1,2	36,9	13,9	12,8	4,3	1,3	29,6	0,1	100,0	1 661 813
Inhambane	1,1	42,1	15,0	13,9	5,0	1,0	21,7	0,1	100,0	1 278 781
Gaza	0,5	46,8	16,4	13,3	4,0	0,9	17,8	0,2	100,0	1 165 467
Maputo Província	1,4	35,1	19,6	20,1	8,4	2,7	12,3	0,4	100,0	1 436 106
Maputo Cidade	0,6	28,4	18,9	24,5	13,1	6,9	7,6	0,1	100,0	1 083 020

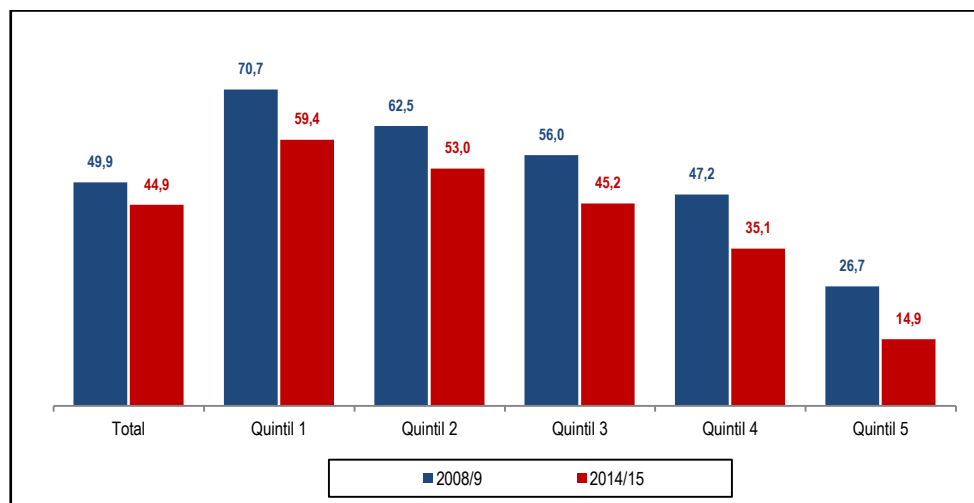
6.4 RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E NÍVEL DE DESPESAS

Nesta secção apresenta-se a relação entre a educação e o nível de despesas através de três indicadores: taxa de analfabetismo, nível de ensino frequentado e taxas de escolarização.

Como se pode observar no Gráfico 6.1, a taxa de analfabetismo mostra uma relação inversa com o nível de despesas, pois à medida que se passa de um quintil para o imediato, a percentagem de pessoas analfabetas reduz consideravelmente. A maior redução verifica-se na passagem do 4º para o 5º quintil de despesas.

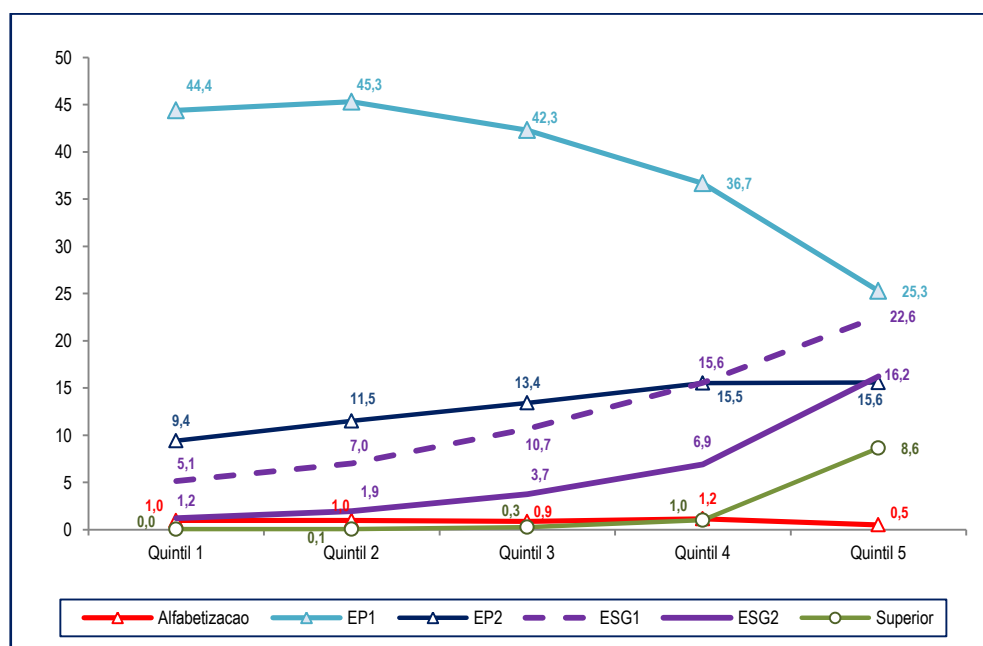
O mesmo gráfico, compara as taxas de analfabetismo entre 2008/9 e 2014/15, constatando-se que, em todos quintis as taxas de analfabetismo reduziram com maior intensidade no quinto quintil de despesas.

GRÁFICO 6.1 - TAXA DE ANALFABETISMO SEGUNDO QUINTÍIS DE DESPESAS. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



No que se refere à relação entre o nível de ensino frequentado e as despesas, o Gráfico 6.2, mostra que à medida que se percorre os quintis de despesa observa-se, no geral, uma tendência de maior percentagem de pessoas que frequentam níveis de educação mais elevados. Deste modo, o quinto quintil de despesa, tende a ter menor percentagem de pessoas que frequentaram o nível primário do primeiro grau (EP1) e regista uma percentagem relativamente elevada de pessoas que frequentaram níveis mais elevados.

GRÁFICO 6.2 - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS POR NÍVEL DE ENSINO FREQUENTADO, SEGUNDO QUINTÍIS DE DESPESAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

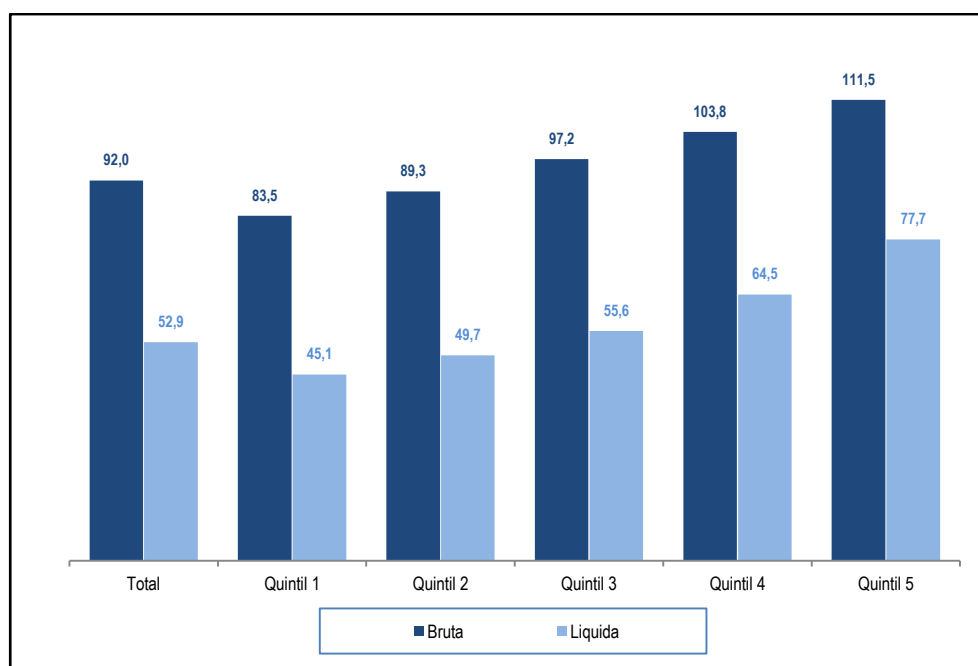


Uma outra relação que interessa verificar é a das despesas com as taxas de escolarização. As taxas de escolarização classificam-se em brutas e líquidas. A taxa bruta de escolarização corresponde à percentagem de alunos frequentando um determinado nível sobre a população com idade oficial para frequentar esse nível. Assim, por exemplo, a taxa bruta de escolarização do EP1 equivale à percentagem de alunos do EP1 em relação à população de 6 a 10 anos.

A taxa líquida de escolarização é a percentagem de alunos com idade oficial para frequentar um determinado nível, sobre a população com dessa respectiva idade. Por exemplo, a taxa líquida de escolarização do EP1 indica a percentagem de alunos dos 6 a 10 anos em relação à população correspondente a esse grupo etário.

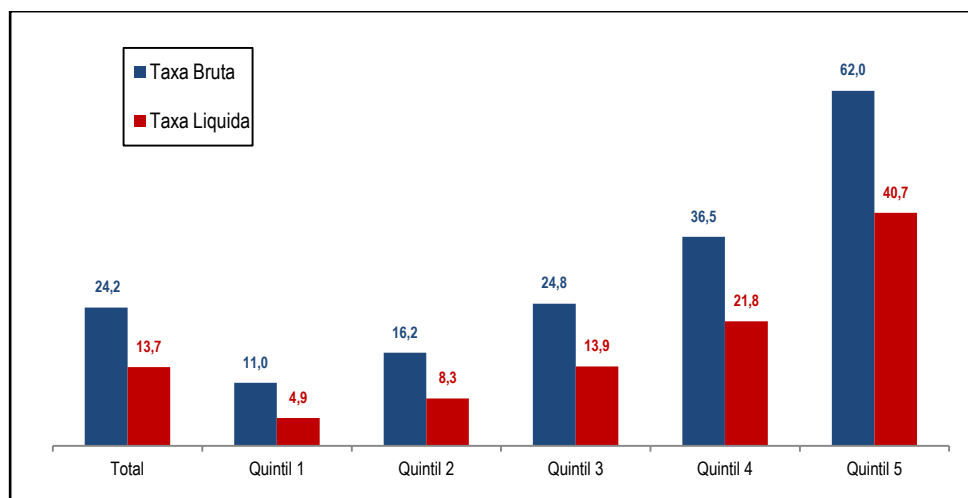
Os resultados do IOF 2014/15 apresentados no Gráfico 6.3 mostram que a taxa bruta de escolarização do nível primário completo é de 92,0% e que a taxa líquida corresponde a 52,9%, o que quer dizer que das crianças matriculadas no ensino primário apenas 53,0% tem idade para estar naquele nível. Tanto as taxas líquidas e assim como as brutas, aumentam do quintil mais baixo ao mais elevado.

GRÁFICO 6.3 - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO
(1ª À 7ª CLASSES), SEGUNDO QUINTÍIS DE DESPESAS.
MOÇAMBIQUE, 2014/15



O Gráfico 6.4 que apresenta as taxas de escolarização no ensino secundário segundo quintís de despesas e mostra uma relação positiva entre as duas variáveis, uma vez que quanto maior é o nível de despesa, mais elevada é a taxa de escolarização.

GRÁFICO 6.4 - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO (8ª À 12ª CLASSES), SEGUNDO QUINTÍIS DE DESPESAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

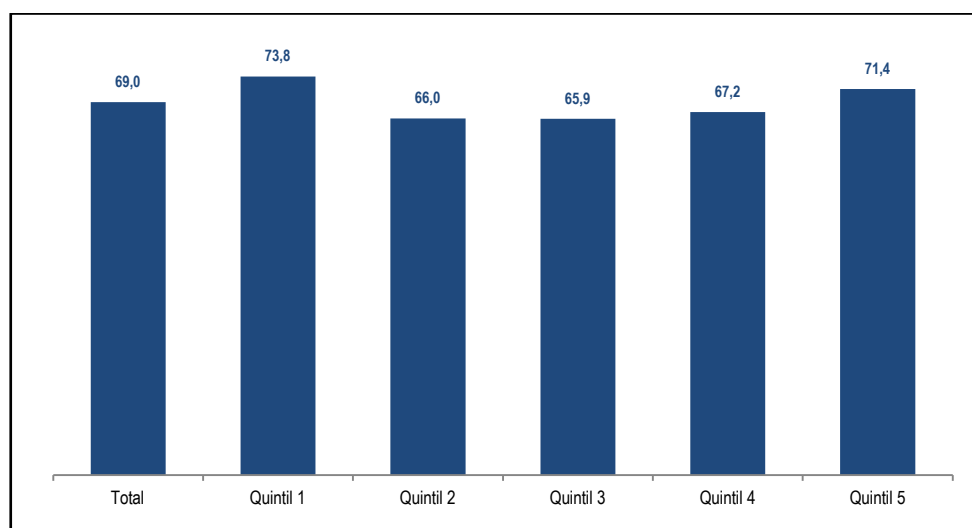


6.5 PROBLEMAS DOS ALUNOS NA ESCOLA

O questionário do IOF 2014/15 incluiu também perguntas para obter a percepção dos alunos sobre as condições das infra-estruturas escolares, qualidade do ensino, disponibilidade de material escolar, de professores, entre outros aspectos.

No Gráfico 6.5 e Quadro 6.5 apresentam os resultados do inquérito sobre esta pergunta por quintis de despesas. Os dados indicam que 69,0% dos alunos que frequentam a escola, estão insatisfeitos com as condições que lhes são oferecidas. A maior causa da insatisfação é a falta de carteiras, que foi apontada por 44,0% dos alunos, seguida de instalações em péssimas condições, com 29,4%.

GRÁFICO 6.5 - PERCENTAGEM DE ALUNOS INSATISFEITOS COM A ESCOLA SEGUNDO QUINTÍIS DE DESPESAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15



O grau de insatisfação dos alunos varia segundo o quintil de despesas, sendo mais elevado no primeiro e quinto quintis, onde a percentagem de alunos insatisfeitos situa-se acima da média nacional. Não se nota uma variação significativa do tipo de problemas em função dos quintis de despesa. Assim, a falta de carteiras e instalações em péssimas condições, constituem principais causas indicadas pela maior parte dos alunos em todos os quintis.

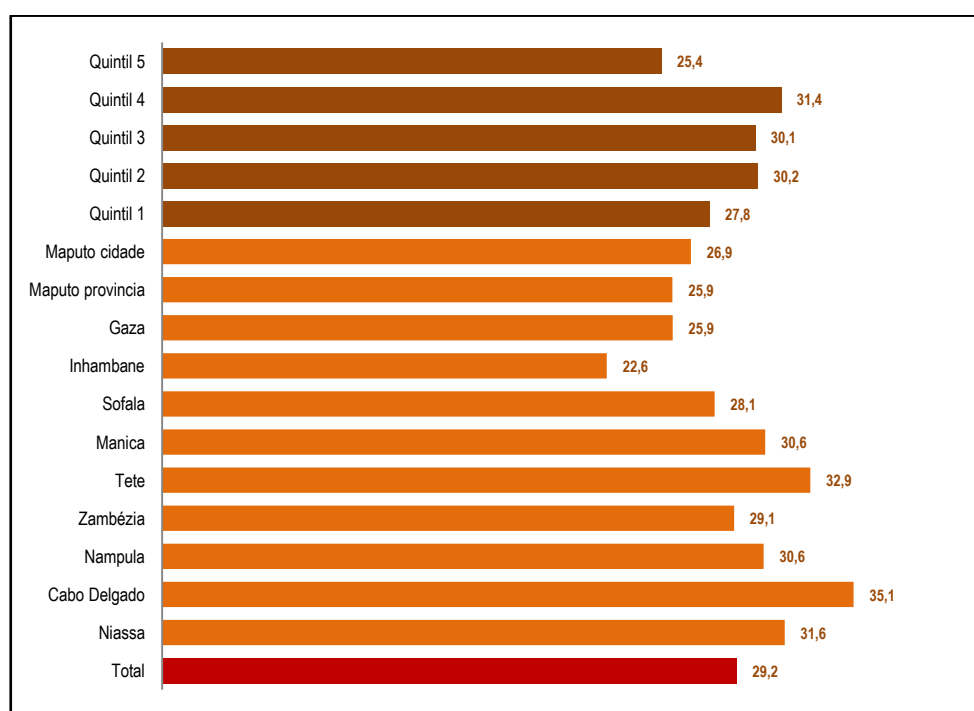
QUADRO 6.5 - PERCENTAGEM DE ALUNOS INSATISFEITOS COM A ESCOLA POR CAUSAS DA INSATISFAÇÃO, SEGUNDO QUINTÍIS DE DESPESAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Quintis de Despesas	Tipo de problemas com a escola							
	Falta de material	Falta de livro	Falta de professores	Instalação em péssimas condições	Problemas de suborno	Falta de carteiras	Outros Problemas	Nenhum problema
Total	13,1	12,8	9,1	29,4	1,4	44,0	2,3	31,0
Quintil 1	18,7	15,3	13,1	41,8	1,9	59,1	2,9	26,2
Quintil 2	13,7	11,9	12,0	31,6	1,2	46,7	2,7	34,0
Quintil 3	11,9	12,1	6,6	26,4	1,2	40,7	1,9	34,1
Quintil 4	9,1	11,4	5,4	19,8	1,4	33,0	2,2	32,8
Quintil 5	5,8	11,8	3,0	12,9	1,2	22,9	1,5	28,6

6.6 FREQUÊNCIA ESCOLAR DA POPULAÇÃO DE 5 A 24 ANOS DE IDADE

O Gráfico 6.6 apresenta a percentagem da população de 5 a 24 anos de idade que se encontravam fora do sistema educacional na altura do inquérito. Os dados indicam que 29,2% da população escolar não frequentava a escola, esta percentagem é mais elevada na Província de Cabo Delgado onde atinge 35,0%.

GRÁFICO 6.6 - PERCENTAGEM DA POPUALCAO DE 5 A 24 ANOS QUE NÃO FREQUENTA A ESCOLA ACTUALMENTE, SEGUNDO PROVÍNCIAS E QUINTÍIS DE DESPESAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15



As razões ou motivos de não frequência escolar são apresentados no Quadro 6.6, de onde se constata que 31,2% não frequentou a escola por falta de interesse. Esta razão, é mais significativa na Província de Cabo Delgado, (55,9%).

Os casamentos constituem também uma das causas de não frequência escolar. Os dados mostram que 18,0% das pessoas de 5 a 24 anos não estudou por ter casado. Por províncias, destacam-se as províncias de Manica (27,0%), Niassa (24,0%), Zambézia (22,7%), Nampula (21,4%); Tete (20,6%) e Sofala (19,6%), com percentagens acima da média nacional.

QUADRO 6.6 - PERCENTAGEM DE PESSOAS DE 5 A 24 ANOS QUE NÃO FREQUENTA A ESCOLA ACTUALMENTE POR RAZOES PARA A NÃO FREQUENCIA ESCOLAR. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Províncias	Motivos para não estudar actualmente												Total
	Atingiu o nível que desejava	Não existe o nível seguinte	Falta de vagas	A escola fica muito distante	É muito cara	É muito novo/velho	Trabalha (casa/serviço)	De nada serve/ Falta de interesse	Reprovou	Casou-se	Gravidez	Outros	
Total	1,5	1,2	5,2	7,0	14,3	0,5	10,5	31,2	1,6	18,4	5,5	3,2	100,0
Niassa	0,2	1,4	2,1	3,9	13,3	0,5	7,8	39,9	0,4	24,2	3,3	3,1	100,0
C. Delgado	0,0	0,9	3,5	1,0	16,0	0,9	6,2	55,9	1,1	7,6	5,2	1,7	100,0
Nampula	1,3	1,3	2,8	14,2	22,0	0,5	5,2	21,2	2,7	21,4	4,9	2,4	100,0
Zambézia	0,3	1,2	2,9	8,9	13,3	0,5	12,5	31,1	1,2	22,7	3,5	2,0	100,0
Tete	6,0	1,1	2,5	8,2	8,2	0,6	5,9	37,9	1,0	20,6	3,3	4,6	100,0
Manica	1,1	1,4	3,0	6,3	8,1	0,1	8,9	34,0	1,6	27,0	4,7	3,8	100,0
Sofala	1,5	1,8	7,1	3,6	15,4	1,2	13,8	24,2	1,5	19,6	5,6	4,9	100,0
Inhambane	2,0	0,0	9,1	5,0	15,8	0,2	11,6	31,0	2,1	10,1	9,9	3,2	100,0
Gaza	0,3	1,7	4,2	7,1	14,4	0,1	12,6	29,2	1,2	17,7	7,2	4,2	100,0
Maputo Prov.	1,8	1,2	12,6	3,6	14,8	0,2	23,2	15,6	1,7	7,9	11,0	6,4	100,0
Maputo Cid.	1,4	0,3	20,6	0,4	11,5	0,0	16,1	33,7	2,5	4,1	8,5	0,9	100,0

7. SAÚDE

7.1 INTRODUÇÃO

A saúde é também um indicador de bem estar dos cidadãos. O IOF 2014/15 recolheu dados que permitem avaliar o acesso às infra-estruturas de saúde, uso dos serviços e o grau de satisfação dos utentes.

Para efeitos de compreensão dos resultados apresentados neste capítulo do relatório importa fazer referência dos seguintes conceitos:

Acesso às infra-estruturas de saúde. Para efeitos deste relatório, diz-se que o indivíduo tem acesso (fácil) às infra-estruturas de saúde, quando percorre a pé menos de 30 minutos para chegar a uma unidade sanitária mais próxima;

Necessidade de cuidados de saúde, diz-se que um individuo teve necessidades dos serviços de saúde, quando esteve doente ou ferido no período de referência (isto é, nas últimas duas semanas antes do inquérito);

Uso dos serviços de saúde - definiu-se como uso de serviços de saúde, quando uma pessoa esteve doente e que tenha consultado um agente da saúde, uma unidade sanitária, um curandeiro, uma farmácia.

Satisfação em relação aos cuidados de saúde, considerou-se as pessoas que havendo consultado um agente da saúde, uma unidade sanitária, um curandeiro ou farmácia, afirmaram que não tiveram nenhum problema, isto é, ficaram satisfeitas com o serviço prestado.

O questionário permitia múltiplas respostas, isto é, o mesmo individuo poderia enumerar diferentes alternativas, por este motivo as percentagens de cada alternativa representam universos independentes.

7.2 ACESSO, NECESSIDADE, UTILIZAÇÃO E SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

De acordo com os resultados apresentados no Quadro 7.1, 12,0% dos dos residentes no País estiveram doentes ou feridos nas duas semanas antes do inquérito, isto é, tiveram necessidade de consultar um agente de saúde. No mesmo quadro mostra-se também que 68,3% da população tem fácil acesso a uma unidade sanitária, ou seja, caminham a pé menos de 30 minutos. O acesso é elevado para a população que residente nas áreas urbanas (76,7%) comparativamente à da área rural (64,4%).

Analisando os dados por província, constata-se que Maputo Cidade (96,4%), Maputo Província (86,3%) e Gaza (83,4%) são as províncias com maior acesso a infra-estruturas de Saúde. A Província de Cabo Delgado apresenta o nível de acesso mais baixo com 38,7%).

Desagregando por quintis de despesas observa-se que a população do 5º quintil é a que tem maior acesso (83,6) e maior uso (78,5%). Por níveis de educação, regista-se que acesso e uso aumentam com nível de educação, enquanto a necessidade diminui.

QUADRO 7.1 - POPULAÇÃO POR INDICADORES DE SAÚDE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Características seleccionadas	Acesso	Necessidade	Uso	Satisfação
Total	68,3	12,0	67,4	53,0
Área de residência				
Urbana	76,7	9,1	79,8	50,7
Rural	64,4	13,4	63,6	53,9
Provincias				
Niassa	64,6	14,0	60,9	64,6
Cabo Delgado	38,7	14,7	74,5	60,6
Nampula	66,1	12,6	60,2	49,2
Zambézia	64,8	13,1	56,5	44,5
Tete	74,4	13,2	69,7	54,7
Manica	65,4	8,9	77,2	72,2
Sofala	68,2	9,2	75,6	55,9
Inhambane	64,5	12,1	81,2	47,4
Gaza	83,4	14,3	79,6	47,6
Maputo provincia	86,3	8,8	73,3	49,8
Maputo cidade	96,4	7,3	79,5	52,9
Quintis de despesa				
Quintil 1	65,8	11,9	60,5	49,7
Quintil 2	63,2	12,0	65,1	53,5
Quintil 3	67,7	12,5	70,4	57,2
Quintil 4	72,6	12,4	74,0	52,3
Quintil 5	83,6	11,2	78,5	52,6
Nível de escolaridade de chefe				
Alfabetizacao	64,5	16,1	70,5	47,4
EP1	67,8	13,0	64,3	53,8
EP2	68,5	11,2	71,0	51,4
ESG1	70,6	11,6	77,7	54,2
ESG2	77,0	9,8	81,4	50,8
Superior	90,3	9,7	83,5	48,8
Nenhum	65,3	11,4	63,3	53,9
Desconhecido	50,5	16,2	64,2	36,9

Mais de 67,0% da população que esteve doente consultou um agente ou instituição de saúde, isto é, fez uso de serviços de saúde. De referir que o uso dos serviços de saúde foi medido a partir da resposta afirmativa sobre a consulta a um agente ou instituição de saúde nas duas semanas que antecederam a entrevista, por isso, as cifras apresentadas correspondem a

percentagem de pessoas que consultaram um agente ou instituição de saúde nesse período de referência.

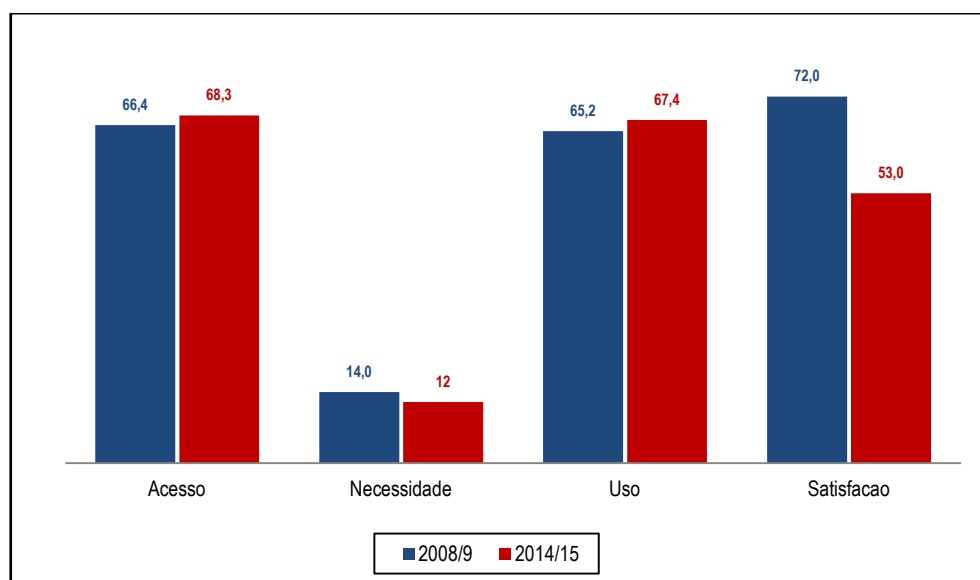
A percentagem de pessoas que fizeram uso dos serviços de saúde, revela uma diferença de 16,2 pontos percentuais entre a área urbana e rural. Quanto a necessidade de serviços sanitários, nota-se que na área urbana houve menos necessidade que na área rural, na ordem de 9,1 e 13,4%, respectivamente.

Comparando a percentagem de *necessidade* e *uso* dos serviços sanitários, constata-se que apesar de área rural ter tido elevada percentagem de *necessidade*, foi a que teve menor percentagem de utilização dos serviços (63,6%), enquanto que na área urbana houve menos necessidade e maior uso (79,8%).

Quanto a satisfação dos utentes que consultaram a um agente ou a uma unidade sanitária, com excepção das províncias de Niassa, Cabo Delgado, Tete, Manica, Sofala e Maputo Cidade, a satisfação está abaixo de 50,0%.

O Gráfico 7.1, compara o acesso, necessidade, uso e satisfação entre 2008/9 e 2014/15. Os resultados indicam melhoria de acesso as unidades sanitárias, isto é, aumento do número da população que percorre a pé até 30 minutos para aceder aos serviços sanitários, em 1,9 pontos percentuais. Igualmente, o uso dos serviços de saúde, também registou aumento, passando de 65,2% para 67,4%. Contrariamente ao acesso e uso, a satisfação dos serviços prestados reduziu de 72,0% para 53,0%.

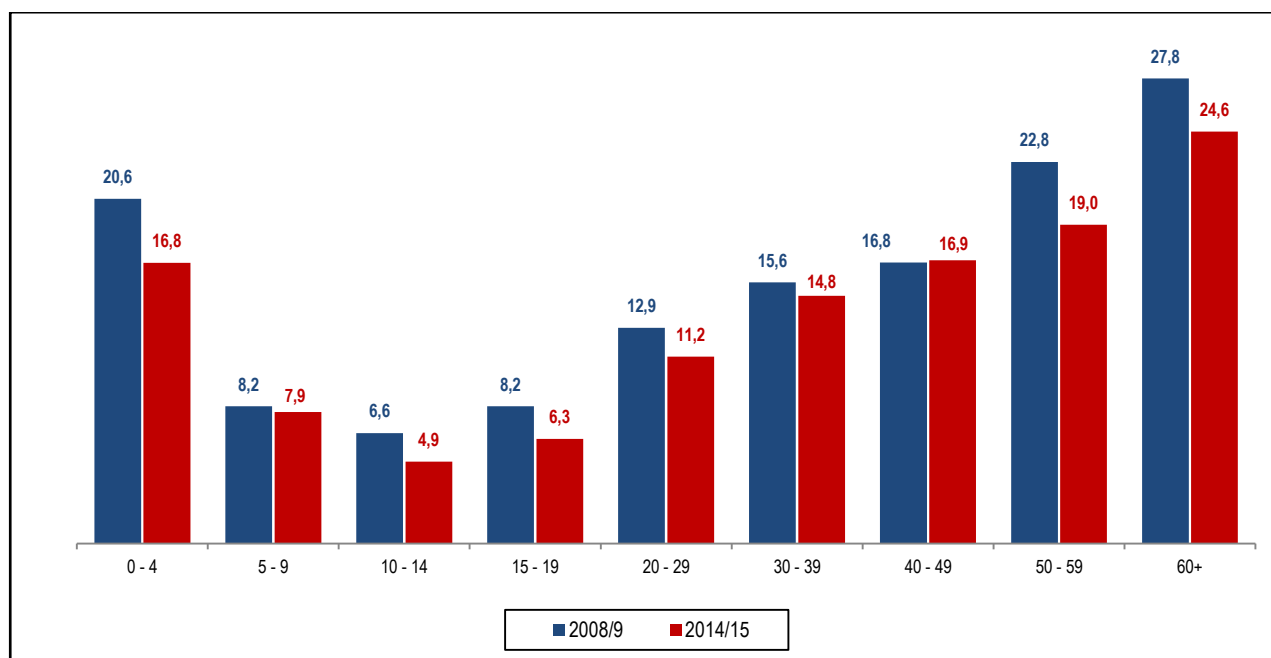
GRÁFICO 7.1 - POPULAÇÃO POR INDICADORES DE SAÚDE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15



No Gráfico 7.2 apresenta-se a distribuição da população que esteve doente ou ferida no período em referência segundo idade. Os dados mostram uma maior incidência de doença entre os menores de 5 anos e indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos. A percentagem mais baixa regista-se

entre as pessoas de 10 a 19 anos. Segundo os dados dos dois inquéritos, revela-se que se registou um decréscimo substancial da população que esteve doente ou ferida.

GRÁFICO 7.2 - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO QUE ESTEVE DOENTE NAS DUAS SEMANAS ANTERIORES AO INQUÉRITO, SEGUNDO IDADE. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15



7.3. TIPO DE AGENTE CONSULTADO

A nível nacional, o Centro de Saúde ou Posto de Saúde (67,6%) e Hospitais (22,3%) representam unidades sanitárias mais consultadas. O terceiro agente mais consultado é o curandeiro, com 5,2% da população (vide Quadro 7.2).

A análise por área de residência mostra que tanto na área urbana (65,8%) e assim como na rural (68,2%), o Posto ou Centro de Saúde público representam unidades sanitárias mais consultadas pelos utentes. Em ambas as áreas, depois do centro ou posto de saúde, aparecem os Hospitais públicos em segundo lugar com 27,2% e 20,3% para área urbana e rural respectivamente.

A nível de províncias, os dados confirmam serem os centros/postos de saúde e os hospitais serem principais agentes de saúde mais consultado. Entretanto, importa mencionar que a Província da Zambézia é a que ostenta percentagem significativa de pessoas que consultaram o curandeiro, com 10,7%, seguindo-se as províncias do Niassa (10,4%) e de Nampula (9,1%).

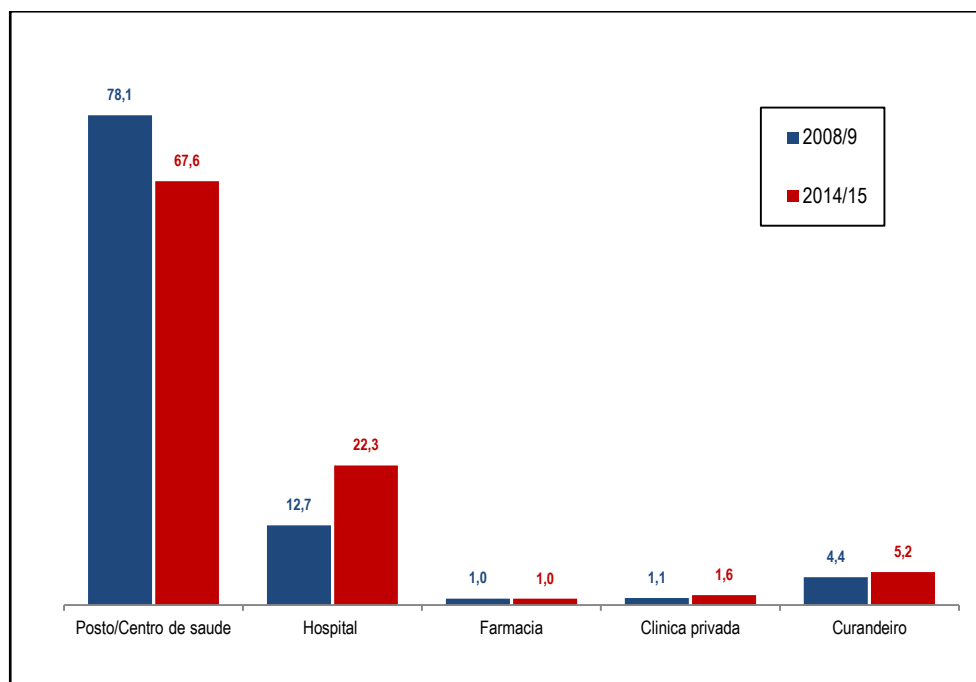
Não se regista diferenças significativas quanto ao agente consultado por quintis de despesa e níveis de educação, o que se pode aferir que o acesso aos serviços sanitários públicos não se discriminam a população por estratos sociais.

QUADRO 7.2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO QUE CONSULTOU UM AGENTE DE SAÚDE, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Características seleccionadas	Tipo de agente consultado											N
	Posto/Centro de Saúde do estado	Hospital (Rural, Central, Geral, Provincial)	Farmácia Pública	Hospital privado	Clínica privada	Farmácia privada	Médico/Enfermeiro/Dentista/Agente de saúde	Curandeiro	Igreja	Outro	Total	
Total	67,6	22,3	0,3	0,7	0,9	0,7	1,6	5,2	0,1	0,7	100,0	2 040 448
Sexo												
Homem	67,0	23,4	0,3	0,6	0,8	0,7	1,5	4,9	0,1	0,6	100,0	914 315
Mulher	68,0	21,3	0,3	0,8	0,9	0,7	1,7	5,5	0,1	0,7	100,0	1 126 133
Área de residência												
Urbana	65,8	27,2	0,4	1,6	2,1	1,0	0,3	1,4	0,0	0,2	100,0	573 063
Rural	68,2	20,3	0,2	0,4	0,4	0,6	2,1	6,7	0,1	0,8	100,0	1 467 385
Províncias												
Niassa	75,8	13,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	10,4	0,0	0,3	100,0	136 749
C.Delgado	71,9	13,8	0,2	0,1	0,2	0,4	7,3	5,2	0,0	1,0	100,0	206 497
Nampula	62,8	26,2	0,1	0,4	0,3	0,3	0,8	9,1	0,0	0,0	100,0	370 559
Zambézia	64,4	21,6	0,1	0,4	0,1	0,1	1,3	10,7	0,0	1,1	100,0	348 783
Tete	57,5	36,1	0,0	0,4	1,8	0,4	0,7	1,3	0,1	1,8	100,0	224 754
Manica	81,9	13,0	0,0	0,2	0,1	1,3	1,0	1,6	0,4	0,4	100,0	130 947
Sofala	60,5	33,7	0,0	0,7	1,1	1,3	0,9	1,3	0,0	0,4	100,0	139 213
Inhambane	72,3	16,9	2,1	1,2	0,1	1,4	2,9	1,7	0,8	0,5	100,0	146 566
Gaza	80,6	15,9	0,0	0,0	1,0	1,5	0,0	0,3	0,0	0,7	100,0	159 139
Map. Prov.	61,6	25,6	0,9	3,3	4,3	2,6	1,1	0,5	0,0	0,0	100,0	106 723
Map. Cid.	68,7	17,9	0,9	5,5	5,3	1,2	0,0	0,6	0,0	0,0	100,0	70 519
Quintis de despesa												
Quintil 1	70,9	18,4	0,0	0,3	0,0	0,1	1,2	8,4	0,1	0,7	100,0	542 048
Quintil 2	66,5	23,4	0,5	0,1	0,4	0,7	1,7	6,3	0,1	0,3	100,0	491 241
Quintil 3	64,9	24,6	0,4	0,8	0,3	0,8	2,4	4,7	0,0	1,1	100,0	443 862
Quintil 4	68,6	24,0	0,3	0,8	0,7	0,9	1,8	2,0	0,2	0,7	100,0	343 510
Quintil 5	65,5	22,0	0,3	3,0	5,4	1,8	0,7	1,1	0,0	0,4	100,0	219 787
Nível de escolaridade de chefe												
Alfabetiz.	67,0	26,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,6	0,0	0,0	100,0	52 993
EP1	68,9	20,8	0,3	0,3	0,5	0,7	1,9	5,3	0,1	1,0	100,0	813 760
EP2	67,1	22,9	0,3	1,0	0,9	1,2	1,4	5,2	0,0	0,0	100,0	299 014
ESG1	68,4	22,2	0,5	1,2	2,0	0,7	1,4	2,7	0,1	0,8	100,0	224 841
ESG2	61,2	31,0	0,5	1,9	1,7	1,1	0,3	2,2	0,0	0,0	100,0	101 932
Superior	53,3	34,7	0,5	4,4	4,4	0,8	1,2	0,8	0,0	0,0	100,0	42 573
Nenhum	67,3	21,4	0,1	0,4	0,6	0,4	1,9	7,2	0,1	0,7	100,0	493 175
Desconh.	86,2	7,8	0,0	6,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	12 160

O Gráfico 7.3 mostra agente de saúde consultado em 2008/9 e 2014/15 e os dados indicam que, a percentagem dos doentes que consultaram o Posto ou Centro de saúde baixou de 78,1% para 67,6% e por outro lado, a percentagem que tiveram consultas nos hospitais subiu de 12,7% para 22,3%.

GRÁFICO 7.3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO QUE CONSULTOU UM AGENTE DE SAÚDE POR TIPO DE AGENTE CONSULTADO. MOÇAMBIQUE, 2008/9 E 2014/15



7.4. PROBLEMAS TIDOS NAS CONSULTAS

Menos de metade (47,0%) das pessoas que consultaram um agente de saúde manifestaram insatisfação em relação aos serviços prestados. Segundo o Quadro 7.3, as razões mais relevantes evocadas para a insatisfação foram: muito tempo de espera (28,6%), falta de pessoal qualificado (6,7%) e falta de higiene (3,9%).

Os dados por área de residência e por província, revelam que demasiado tempo de espera constitui principal razão de insatisfação, seguindo pessoal mal qualificado e falta de higiene. Estas razões constituem também principais em todos quintis de despesas e níveis de educação, não havendo diferenças significativas.

QUADRO 7.3 - PERCENTAGEM DE PESSOAS INSATISFEITAS E CAUSAS DA INSATISFAÇÃO
SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS. MOÇAMBIQUE, 2014/15

Características seleccionadas	Percentagem de insatisfação	Causas da insatisfação							
		Falta de higiene	Muito tempo de espera	Falta de pessoal qualificado	É caro	Falta de medicamentos	Tratamento sem êxito	Corrupção	Outros
Total	47,0	3,9	28,6	6,7	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0
Área de residência									
Urbana	49,3	4,6	31,7	4,0	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0
Rural	46,1	3,6	27,4	7,7	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0
Províncias									
Niassa	35,4	2,4	19,9	3,6	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0
Cabo Delgado	39,4	3,5	17,9	10,8	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0
Nampula	50,8	5,1	29,1	12,5	0,1	0,3	0,2	0,1	0,0
Zambézia	55,5	5,3	36,8	6,3	0,1	0,3	0,2	0,0	0,0
Tete	45,3	2,9	24,7	3,7	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0
Manica	27,8	0,7	21,3	0,8	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Sofala	44,1	2,8	26,2	2,4	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0
Inhambane	52,6	2,5	36,3	2,4	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0
Gaza	52,4	3,6	38,7	6,9	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0
Maputo Província	50,2	6,6	25,2	8,8	0,1	0,3	0,2	0,0	0,0
Maputo Cidada	47,1	6,4	30,7	6,1	0,0	0,2	0,1	0,1	0,0
Quintis de despesa									
Quartil 1	50,3	4,3	29,4	9,8	4,5	27,6	13,3	2,9	0,6
Quartil 2	46,5	3,0	28,9	5,9	5,4	22,1	10,7	3,6	0,0
Quartil 3	42,8	3,2	27,2	5,8	3,9	22,4	7,8	2,3	0,1
Quartil 4	47,7	5,4	29,6	4,5	3,3	23,4	9,4	3,7	0,0
Quartil 5	47,4	4,1	27,2	5,7	4,3	24,6	10,1	2,2	0,3
Nível de escolaridade de chefe									
Alfabetização	52,6	8,3	31,3	15,8	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0
EP1	46,2	3,9	28,4	6,5	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0
EP2	48,6	3,5	31,1	6,6	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0
ESG1	45,8	3,9	28,8	3,4	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0
ESG2	49,2	4,7	30,9	1,8	0,1	0,3	0,1	0,0	0,0
Superior	51,2	6,7	24,1	10,3	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0
Nenhum	46,1	3,2	26,7	8,2	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0
Desconhecido	63,1	11,7	40,4	1,3	0,0	0,3	0,1	0,1	0,0

O Gráfico 7.4, mostra a comparação das percentagens dos insatisfeitos com serviços de saúde. Os dados desse gráfico, indicam que de 2008/9 a 2014/15, registou-se um aumento da percentagem de doentes insatisfeitos com alguns serviços sanitários prestados, nomeadamente: o tempo de espera, falta de pessoal qualificado e falta de higiene. Em relação a falta de medicamentos, houve uma redução de 7,6% para 0,2% e assim como o tratamento sem êxito reduziu de 5,3% para 0,1%.

GRÁFICO 7.4 - PERCENTAGEM DE PESSOAS INSATISFEITAS COM OS SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS SEGUNDO RAZÕES. MOÇAMBIQUE, 2008/09 A 2014/15

